

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE



RELATÓRIO DE RESULTADOS E IMPACTOS EXERCÍCIO DE 2014 – Primeiro Semestre





Presidente:

Nelson Antonio de Souza

Diretores:

Francisco das Chagas Soares
Isaías Matos Dantas
Luiz Carlos Everton de Farias
Manoel Lucena dos Santos
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Romildo Carneiro Rolim

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Etene

Superintendente: Francisco José Araújo Bezerra

Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Célula de Avaliação de Políticas e Programas

Bruno Gabai

Revisão Vernacular:

Hermano José Pinho

Equipe Técnica:

Bruno Gabai – Coordenador

Elizabeth Castelo Branco
Iraci Soares Ribeiro Maciel
Jane Mary Gondim de Souza
Luiz Fernando Gonçalves Viana
Renato Alves dos Santos

Colaboradores:

Antônio Ricardo de Norões Vidal
Rita Maria Lourinho Sales
Carlos Alberto Pinto Barreto
Cláudio Pereira Bentemuller
Francisco Raimundo Evangelista
Hamilton Reis de Oliveira
João Bosco Ximenes Carmo
José Ricardo Fernandes Leite
Liliana de Miranda Coelho
Luísa Maria Tessman
Sâmia Araújo Frota
Zidiê Batista de Medeiros

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
1 – INTRODUÇÃO	14
2 – POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE	16
3 – A EXECUÇÃO DO FNE	26
3.1 – Contratações Setoriais	32
3.2 – Valores Programados e Valores Realizados	61
3.3 – Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE	64
3.3.1 – Contratações por Estado.....	64
3.3.2 – Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido.....	69
3.3.2.1 – Ações Desenvolvidas para Incremento das Aplicações no Semiárido.....	70
3.3.3 – Contratações por Porte de Beneficiário.....	72
3.3.4 – Municípios Atendidos pelo FNE	77
3.4 – Repasses do FNE	79
3.4.1 – Repasses do FNE a Outras Instituições.....	79
3.5 – Prioridades Definidas pelo Condel/Sudene para a Aplicação do FNE	87
3.5.1 – Prioridades Espaciais	87
3.5.2 – Prioridades Setoriais	90
3.6 – O FNE no Contexto da PNDR	98
4 – GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL.....	117
4.1 – Inadimplemento das Operações.....	117
4.2 – Recuperação de Crédito.....	119
4.3 – Operações Renegociadas com base no Art. 15-D, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989	121
4.4 - Operações liquidadas/renegociadas com base nas medidas legais de regularização de dívidas (Resoluções CMN nº 4.211, 4.212, 4.250, 4.251, 4.289, 4.298, 4.299, 4.314, 4.315 e Art. 8º e 9º da Lei 12.844/2013).....	122
5 – RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS	124
5.1 – Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no 1º semestre de 2014	124
5.2 – Principais Ocorrências.....	125
6 – AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE	127
6.1. Impactos Macroeconômicos do Pronaf	127
6.1.1 Metodologia da Pesquisa	127
6.1.2 Principais resultados e considerações	128
6.2 – Síntese dos Indicadores Utilizados na Avaliação de Resultados e Impactos do FNE – Primeiro Semestre de 2014	129
6.2.1 – Indicadores de Eficácia (Quadros 2 e 3)	129
6.2.2 – Indicadores de Efetividade (Quadro 4)	132
6.2.3 – Indicadores de Eficiência Operacional (Quadro 5)	133

6.3 Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE no Primeiro Semestre de 2014	134
6.3.1 Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto	134
6.3.2 Impactos Socioeconômicos do FNE na Região Nordeste – Contratações no Primeiro Semestre de 2014.....	137
6.3.2.1 Os Efeitos Transbordamento do FNE.....	140
6.3.2.2 Impactos Socioeconômicos Previstos dos Financiamentos do FNE para Mini/Micro, Pequenos, Pequeno-Médio e Médios Empreendimentos na Região Nordeste.....	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do PIB Per Capita dos Estados do Nordeste, da Região e do Brasil, de 1990 para 2011 (R\$).	17
Tabela 2 – Evolução do PIB Per Capita das Regiões Brasileiras, de 1990 para 2011 (R\$).	18
Tabela 3 – Nordeste - Evolução Real do PIB dos Estados, de 1990 a 2011 (R\$ milhões).....	19
Tabela 4 – Evolução Real do PIB das Regiões Brasileiras, de 1990 a 2011 (R\$ milhões).....	19
Tabela 5 – Participações das Regiões Brasileiras no Valor Adicionado Setorial, em 1990 e 2011 (%).....	20
Tabela 6 – Evolução de Indicadores Sociais Selecionados nos Estados do Nordeste, de 1992 a 2012.....	21
Tabela 7 – Pobreza e Extrema Pobreza nos Estados do Nordeste, em 1992 e 2012	22
Tabela 8 – Renda Domiciliar Per Capita e Renda Média de Todos os Trabalhos Estados do Nordeste, em 1992 e 2012 (R\$ set/12)	23
Tabela 9 – Indicadores Selecionados de Desigualdade de Renda nos Estados do Nordeste, em 1992 e 2012.....	24
Tabela 10 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos Estados do Nordeste, em 1991 e 2010.....	25
Tabela 11 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Primeiro Semestre de 2014.....	27
Tabela 12 – FNE – Prospecção de Negócios – Posição: 30.06.2014	29
Tabela 13 – FNE – Demonstrativo do Patrimônio Líquido – Posição em 30.06.2014	29
Tabela 14 – FNE – Ingressos Mensais de Recursos – Exercício de 2013.....	30
Tabela 15 – FNE – Demonstrativo das Variações das Disponibilidades – Primeiro Semestre de 2014.....	31
Tabela 16 – FNE – Participação Setorial nas Contratações ⁽¹⁾	32
Tabela 17 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2014	34
Tabela 18 – FNE – Setor Rural Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Primeiro Semestre de 2014	36
Tabela 19 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Agroindustrial – Primeiro Semestre de 2014.....	51
Tabela 20 – FNE - Setor Agroindustrial – Contratações(1) Estaduais – Primeiro Semestre de 2014.....	51
Tabela 21 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Industrial – Primeiro Semestre de 2014.....	53
Tabela 22 – FNE – Setor Industrial – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Primeiro Semestre de 2014.....	55
Tabela 23 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Turismo – Exercício de 2014.....	56
Tabela 24 - FNE - Setor Turismo - Contratações ⁽¹⁾ Estaduais - 1º Semestre de 2014	57
Tabela 25 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comércio e Serviços – Primeiro Semestre de 2014.....	59
Tabela 26 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Estado nos Setores Comércio e Serviços – Primeiro Semestre de 2014.....	60

Tabela 27 – FNE – Valores Programados e Realizados por Estado – Primeiro Semestre de 2014.....	62
Tabela 28 – FNE – Valores Programados e Realizados por Setor – Primeiro Semestre de 2014.....	62
Tabela 29 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ nas Mesorregiões SPR ⁽²⁾ – Primeiro Semestre de 2014.....	63
Tabela 30 – FNE – Contratações e Demanda de Recursos por Estado – Primeiro Semestre de 2014.....	64
Tabela 31 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Estado – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2014.....	66
Tabela 32 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao Número de Beneficiários – Primeiro Semestre de 2014.....	66
Tabela 33 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Relação à População Residente – Primeiro Semestre de 2014.....	67
Tabela 34 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao PIB dos Estados – Primeiro Semestre de 2014.....	69
Tabela 35 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Primeiro Semestre de 2014	70
Tabela 36 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Porte de Beneficiários – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2014.....	72
Tabela 37 – FNE – Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 2014.....	74
Tabela 38 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Porte dos Beneficiários e Setor – Primeiro Semestre de 2014.....	76
Tabela 39 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2014.....	77
Tabela 40 – FNE – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2014.....	78
Tabela 41 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado – Primeiro Semestre de 2014.....	78
Tabela 42 – FNE – Contratações por Tipo de Município ⁽¹⁾ – Primeiro Semestre de 2014.....	79
Tabela 43 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações – Primeiro Semestre de 2014.....	80
Tabela 44 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações ⁽¹⁾ Primeiro Semestre de 2014.....	81
Tabela 45 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2014.....	81
Tabela 46 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor Agroindustrial – Primeiro Semestre de 2014.....	82
Tabela 47 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2014.....	82
Tabela 48 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Primeiro Semestre de 2014.....	83
Tabela 49 – FNE – Bancos Repassadores – Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 2014.....	83
Tabela 50 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Porte e Setor do Beneficiário – Primeiro Semestre de 2014.....	84
Tabela 51 – FNE – Bancos Repassadores – Saldos Devedores e Inadimplência – Primeiro Semestre de 2014.....	85

Tabela 52 – FNE – Bancos Repassadores – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2014.....	85
Tabela 53 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Município – Primeiro Semestre de 2014.....	86
Tabela 54 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Arranjos Produtivos Locais – APLs – Primeiro Semestre de 2014.....	88
Tabela 55 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ com Mini, Micro e Pequenos Produtores Rurais ⁽²⁾ /Empresas – Primeiro Semestre de 2014	91
Tabela 56 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ com Empreendedores Individuais – Primeiro Semestre de 2014	92
Tabela 57 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ na Indústria Automotiva – Primeiro Semestre de 2014.....	93
Tabela 58 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ na Indústria Química, Petroquímica e Biocombustíveis – Primeiro Semestre de 2014.....	93
Tabela 59 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ na Indústria Metal-Mecânica e Siderúrgica – Primeiro Semestre de 2014.....	94
Tabela 60 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ no Setor da Indústria Extrativa de Minerais – Primeiro Semestre de 2014	94
Tabela 61 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ nas Indústrias de Calçados, Mobiliários e Vestuário e Acessórios – Primeiro Semestre de 2014	96
Tabela 62 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ no Setor de Exportação – Primeiro Semestre de 2014.....	97
Tabela 63 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Segmento de Informática e Medicamentos – Primeiro Semestre de 2014	97
Tabela 64 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Porte (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2014	101
Tabela 65 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Setor (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2014	104
Tabela 66 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Estado (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2014	105
Tabela 67 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Região (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2014.	106
Tabela 68 – FNE – Projetos Contratados ¹ nas Mesorregiões – Primeiro Semestre de 2014.....	108
Tabela 69 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Mesorregiões por Porte – Primeiro Semestre de 2014.....	110
Tabela 70 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Mesorregiões por Estado – Primeiro Semestre de 2014.....	111
Tabela 71 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões – Primeiro Semestre de 2014.....	113
Tabela 72 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Mesorregiões por Setor – Primeiro Semestre de 2014.....	114
Tabela 73 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por Município – Primeiro Semestre de 2014.....	115
Tabela 74 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por Setor – Primeiro Semestre de 2014.....	116
Tabela 75 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Grande Teresina - Timon – Por Município – Primeiro Semestre de 2014	116

Tabela 76 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Grande Teresina - Timon – Por Setor – Primeiro Semestre de 2014	117
Tabela 77 - FNE – SalDOS de Aplicações e Atraso por Porte dos Beneficiários ⁽¹⁾ – Posição: 30.06.2014	117
Tabela 78 – FNE – SalDOS de Aplicações em Atraso por Setor ⁽¹⁾ – Posição: 30.06.2014	118
Tabela 79 – FNE – SalDOS de Aplicações e Atraso por Data de Contratação ⁽¹⁾ – Posição: 30.06.2014	119
Tabela 80 – FNE – Regularização de Dívidas ⁽¹⁾ – 1º Semestre de 2014	120
Tabela 81 – FNE – Liquidações pelo Equivalente Financeiro – Resolução 55/2012 do CONDEL – Posição 30.06.2014.....	122
Tabela 82 – FNE – Regularizações de operações com base nas Resoluções CMN nº 4.211, 4.212, 4.250, 4.251, 4.289, 4.298, 4.299, 4.314 e 4.315, Art. 8º e 9º da Lei 12.844/2013 – Posição 30.06.2014	123
Tabela 83 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE – 1º Semestre de 2014 ¹ - R\$ Milhões e Empregos em Número de Pessoas .	139
Tabela 84 - Repercussões Econômicas das Contratações do FNE por Porte da Empresa (micro, mini, pequena e média) – 1º Semestre de 2014 ¹ – R\$ Milhões e Empregos em Número de Pessoas	141

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – FNE – Ingressos Mensais (R\$ Mil) de Recursos – Primeiro Semestre – 2013 e 2014	31
Gráfico 2 – CONTRATAÇÃO PRONAF - 2008 a 2014*	40
Gráfico 3 – CONTRATAÇÃO PRONAF – Setor	41
Gráfico 4 – Agroamigo – Unidades de Atendimento	44
Gráfico 5 – Agroamigo – Quantidade de Operações Contratadas por Ano.....	44
Gráfico 6 – Agroamigo – Valores Contratadas por Ano	45
Gráfico 7 – Agroamigo – Número de Clientes Ativos	45
Gráfico 8 – Agroamigo – Carteira Ativa (R\$ Mil)	45
Gráfico 9 – Agroamigo – Distribuição por Setor – Junho 2014	46
Gráfico 10 – Agroamigo – Distribuição por Atividade – Pecuária – 2014	47
Gráfico 11 - Agroamigo Crescer – Distribuição por Faixa de Valor Financiado - Junho 2014	47
Gráfico 12 - Agroamigo Mais – Distribuição por Faixa de Valor Financiado - Junho 2014	48
Gráfico 13 - Agroamigo Crescer – Distribuição por Prazo Médio – Junho 2014	48
Gráfico 14 - Agroamigo Mais – Distribuição por Prazo Médio – Junho 2014 ...	48
Gráfico 15 – Distribuição da Carteira por Gênero	49
Gráfico 16 – Situação dos Empreendimentos Vistoriados pelo FNE no 1º semestre de 2014	125

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do FNE.	100
Figura 2 – Mesorregiões na Área de Atuação do FNE	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores de impactos macroeconômicos do Pronaf	129
Quadro 2 – Indicadores de Eficácia – Primeiro Semestre de 2014	131
Quadro 3 – Indicadores de Eficácia – Contratação por Estado – FNE Primeiro Semestre de 2014	132
Quadro 4 – Indicadores de Efetividade – FNE Primeiro Semestre de 2014...	133
Quadro 5 – Indicadores de Eficiência Operacional	133

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte
Agroamigo	Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste
AL	Estado de Alagoas
APL	Arranjo Produtivo Local
AR	Alta Renda
BA	Estado da Bahia
Bacen	Banco Central do Brasil S/A
Banese	Banco do Estado de Sergipe
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
Benef.	Beneficiamento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S/A
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BR	Baixa Renda
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPEF	Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CE	Estado do Ceará
CIEST	Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas do Etene
CMN	Conselho Monetário Nacional
Condel	Conselho Deliberativo da Sudene
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
Desenbahia	Agência de Fomento do Estado da Bahia
Distrib.	Distribuição
DMR	Dinâmico de Média Renda
EMR	Estagnado de Média Renda
ES	Estado do Espírito Santo
Etene	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNE Agrin	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do
FNE EI	Programa FNE Empreendedor Individual
FNE MPE	Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas
FNE Proatur	Programa de Apoio ao Turismo Regional
FNE Proinfra	Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IGP-DI	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
Ind.	Indústria
Inec	Instituto Nordeste Cidadania
IO	Instituições Operadoras
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializados
MA	Estado do Maranhão
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MG	Estado de Minas Gerais
MI	Ministério da Integração Nacional
MIP	Matriz de Insumo-Produto
MPE	Micro e Pequena Empresa
NE	Nordeste
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PB	Estado da Paraíba
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PE	Estado de Pernambuco
PI	Estado do Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PIBpc	Produto Interno Bruto <i>per capita</i>
PL	Patrimônio Líquido
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Procera	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
Process.	Processamento
Prod.	Produtos
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RENAI	Rede Nacional de Informações sobre o Investimento
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento
RN	Estado do Rio Grande do Norte
SE	Estado de Sergipe
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
Sudene	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UF	Unidade da Federação
VBP	Valor Bruto da Produção

PREFÁCIO

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) encaminha ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) o Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referente ao primeiro semestre do ano de 2014.

Além de informações sobre a execução do Fundo, este Relatório traz os resultados e impactos do FNE objetos das avaliações concluídas no mesmo período. Estas avaliações foram realizadas em conformidade com a Metodologia de Avaliação do FNE, desenvolvida pelo BNB.

O BNB contratou, desde o início da operacionalização do FNE, em 1989, até junho de 2014, o montante de R\$ 141,7 bilhões¹. Tais financiamentos foram direcionados a empreendimentos predominantemente de mini, pequeno e médio portes dos setores rural, industrial e agroindustrial, comércio e serviços, turismo e de infraestrutura localizados nos onze estados da área de atuação do FNE.

Diante da magnitude dos recursos aplicados, da abrangência espacial da ação e da natureza de política pública que assumem as operações no âmbito do FNE, ressalta-se a importância da elaboração deste Relatório. Ele permite dar transparência à execução das ações, monitorar e avaliar sistematicamente o desempenho operacional e, à luz dos resultados alcançados, rever continuamente o processo de financiamento, sob a perspectiva da conjuntura socioeconômica da Região Nordeste.

Assim, espera-se que este Relatório seja um instrumento que contribua para o aperfeiçoamento do processo de financiamento produtivo, no âmbito do FNE, com foco na geração de emprego e renda.

Francisco José Araújo Bezerra
Superintendente do ETENE

¹ Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2014.

1 – INTRODUÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi criado através do artigo 159 da Constituição Federal de 1988 e regulamentado por força da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, tendo como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social de sua área de atuação.

O presente Relatório mostra os principais resultados e impactos do FNE no primeiro semestre de 2014, tendo por base as contratações realizadas nesse período.

Os financiamentos com recursos do FNE, no período considerado, alcançaram o montante de R\$ 4,0 bilhões, por meio da contratação de 214.392 operações de crédito produtivo.

Em termos de demanda por recursos, ao final do primeiro semestre de 2014, o estoque das propostas em carteira somava R\$ 2,8 bilhões e havia, ainda, um montante de R\$ 2,4 bilhões em negócios prospectados.

Setorialmente, os recursos do FNE foram distribuídos da seguinte forma: as atividades relacionadas ao meio rural absorveram R\$ 1,6 bilhões ou 40,7% do total contratado pelo FNE no período. O Setor Comércio e Serviços obteve R\$ 1,3 bilhão, equivalente a 31,5% do total contratado, seguido pelo Setor Industrial, no qual foi contratado o montante de R\$ 1,0 bilhão (25,4% do total contratado). No Setor de Turismo, as contratações atingiram o montante de R\$ 86,4 milhões (2,2% do total contratado) e no Setor Agroindustrial, somaram R\$ 13,0 milhões, o que corresponde, aproximadamente, a 0,3% do total contratado pelo FNE, neste mesmo período. Não houve contratações com recursos do FNE para o Setor de Infraestrutura neste primeiro semestre de 2014.

No que se refere à distribuição por região climática, as contratações no semiárido totalizaram, aproximadamente, R\$ 1,4 bilhão, contemplando cerca de 415 mil produtores, agricultores familiares e empreendimentos nesse território do Nordeste.

Os mini/micro, os pequenos e os pequeno-médios empreendimentos receberam recursos da ordem de R\$ 2,4 bilhões, atendendo a mais de 620 mil beneficiários do FNE, no período.

À agricultura familiar, por meio do Pronaf, foram destinados recursos do FNE no total de R\$ 823 milhões. Esses financiamentos beneficiaram mais de 610 mil pessoas, no âmbito desse Programa.

O FNE contratou recursos em 1.972 municípios de todos os estados de sua área de atuação (nove estados do Nordeste e regiões Norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo), no primeiro semestre de 2014.

Utilizando-se a Matriz de Insumo-Produto, infere-se que as contratações realizadas neste período, no âmbito do FNE, possam gerar para a Região, por meio de efeitos diretos, indiretos e de renda, acréscimo de produção bruta regional de aproximadamente R\$ 9,1 bilhões; valor adicionado estimado em R\$ 5,3 bilhões; geração de, aproximadamente, 412 mil ocupações (considerando-se empregos diretos, indiretos e induzidos); pagamento de salários por volta de R\$ 1,6 bilhão e geração de impostos estimada em R\$ 1,3 bilhão. Ressalta-se que os impactos acima não consideram os efeitos de transbordamento refletidos pelo Fundo.

O presente Relatório está dividido em seis capítulos. Esta **Introdução** faz uma síntese dos principais resultados das contratações do FNE no período analisado.

O segundo capítulo, **Políticas Regionais e o Desempenho da Economia do Nordeste**, apresenta um panorama da economia nordestina, que contextualiza e subsidia a compreensão da dinâmica do FNE.

A **Execução do FNE**, no terceiro capítulo, discrimina os financiamentos produtivos do Fundo, analisando-os em consonância com os setores da economia, com os estados da federação de sua área de atuação, com as regiões climáticas (no semiárido e fora do semiárido), com o porte dos empreendimentos, com as mesorregiões, conforme as tipologias definidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), bem como com as prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional.

O quarto capítulo, sobre a **Gestão do Ativo Operacional**, analisa o comportamento da adimplência do FNE no período e o processo de gerenciamento de crédito, enquanto o capítulo seguinte, **Resultado dos Acompanhamentos e Fiscalizações dos Empreendimentos Financiados**, faz uma síntese das vistorias realizadas ao longo do primeiro semestre de 2014, explicitando as principais ações e ocorrências.

Finalizando, o sexto capítulo, **Avaliação dos Resultados e Impactos do FNE**, apresenta os indicadores de desempenho utilizados, bem como faz uma análise das externalidades provocadas pelos investimentos financiados na economia regional e brasileira, utilizando-se como instrumento a Matriz de Insumo-Produto Regional.

2 – POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE

A política de desenvolvimento regional brasileira teve uma inflexão marcante em 1988/89, com a criação e regulamentação dos Fundos Constitucionais, em especial – para o Nordeste – com início do funcionamento do FNE. Em 2007, a luta pela redução das desigualdades regionais foi fortalecida, de forma direta, com a institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), por meio do Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, e de forma indireta com a implementação dos diversos programas sociais do Governo. Ao lado disso, testemunhou-se a retomada das ações governamentais, nos diversos níveis de governo, em prol da infraestrutura econômica regional.

Essas iniciativas foram concebidas para repercutir sobre as variáveis econômicas e sociais da Região, estimulando diretamente a produção, removendo-lhe os entraves e melhorando as condições de vida dos nordestinos, o que tem consequências indiretas sobre as atividades produtivas. Conforme afirma o Ministério da Integração Nacional, “a PNDR tem o duplo propósito de reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras [...]. O foco das preocupações incide, portanto, sobre a dinamização das regiões e a melhor distribuição das atividades produtivas no território”².

Essa dinamização vem sendo alcançada para a Região como um todo, conforme os dados da Tabela 1. O PIB per capita (PIBpc) do Nordeste aumentou em 56,6% em termos reais, de 1990 para 2011, superando o desempenho nacional, que foi de 44,4% no mesmo período. Com isso, o PIBpc regional passou a representar 48,2% do nacional em 2011, ante 44,5% em 1990.

Aproximar o Nordeste das regiões brasileiras mais desenvolvidas é um dos objetivos do FNE; mas também o é diminuir as diferenças entre os estados desta Região. Nesse sentido, a desigualdade intrarregional também diminuiu: o que pode ser visto pelo coeficiente de variação³, que passou de 0,29 para 0,17. Sete estados (Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) tiveram um desempenho igual ou superior ao do País (Tabela 1).

² Disponível em <http://www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/pndr/>. Acesso em 18/02/2013.

³ O coeficiente de variação (CV) é uma medida adimensional, resultado da divisão do desvio-padrão pela média. A diminuição do CV de um período para o outro sinaliza uma redução da dispersão dos valores dos estados em torno da média.

Tabela 1 – Evolução do PIB Per Capita dos Estados do Nordeste, da Região e do Brasil, de 1990 para 2011 (R\$).

Estados	1990	2011	Δ (%)
Alagoas	6.149	9.079	47,7
Bahia	8.287	11.340	36,9
Ceará	5.572	10.314	85,1
Maranhão	3.543	7.853	121,6
Paraíba	5.790	9.349	61,5
Pernambuco	8.179	11.776	44,0
Piauí	3.799	7.836	106,2
Rio Grande do Norte	6.505	11.287	73,5
Sergipe	8.426	12.536	48,8
Região Nordeste	6.628	10.380	56,6
Brasil	14.911	21.536	44,4
Coef de Variação	0,29	0,17	

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 2011, Projeção da População do Brasil para o período 1980-2050 - Revisão 2008 e Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 2011.

Nota: Valores atualizados pelo índice do deflator do PIB do Brasil (2011=100).

Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas.

O PIBpc do Nordeste apresentou o segundo maior crescimento entre as cinco regiões brasileiras (Tabela 2); logrando superar os desempenhos das Regiões Sudeste e Sul, por muitos anos o exemplo a ser seguido. Vale ressaltar que o Centro-Oeste, por ser uma das regiões de fronteira do País, vem apresentando um crescimento difícil de ser acompanhado pelo restante do Brasil. Numa comparação com as economias mais maduras, o PIBpc do Nordeste passou a representar 36,6% e 42,6% da mesma variável do Sudeste e do Sul, respectivamente, em 2011, contra respectivos 32,3% e 36,7% em 1990.

Tabela 2 – Evolução do PIB Per Capita das Regiões Brasileiras, de 1990 para 2011 (R\$).

Regiões	1990	2011	Var %
Norte	10.729	13.888	29,4
Nordeste	6.628	10.380	56,6
Sudeste	20.536	28.350	38,1
Sul	18.043	24.383	35,1
Centro-Oeste	11.949	27.830	132,9
Brasil	14.911	21.536	44,4
Coef de Variação	0,42	0,40	

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 2011, Projeção da População do Brasil para o Período 1980-2050 - Revisão 2008 e Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 2011.

Nota: Valores atualizados pelo índice do deflator do PIB do Brasil (2011=100).

Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas.

O crescimento real do PIB total do Nordeste superou em quase 8 pontos percentuais o do País (Tabela 3) de 1990 para 2011, mas isso não foi suficiente para aumentar significativamente a participação regional (que passou de 12,9% para 13,4%). Nesse indicador, seis estados cresceram mais do que o País e cinco cresceram mais do que a Região. Entretanto, apenas os estados do Ceará e do Maranhão lograram aumentar a sua participação nacional em meio ponto percentual. De uma maneira geral, a desigualdade entre os estados nordestinos caiu, conforme se vê pela redução do coeficiente de variação; entretanto, a diferença entre o maior e o menor PIB estadual ampliou-se. Numa comparação regional, o crescimento real do PIB nordestino no período superou o das Regiões Sudeste e Sul, mas não alcançou o das regiões de fronteira do Brasil (Norte e Centro-Oeste) (Tabela 4).

Tabela 3 – Nordeste - Evolução Real do PIB dos Estados, de 1990 a 2011 (R\$ milhões)

Estados	1990	2011	Δ (%)
Alagoas	15.550	28.540	83,5
Bahia	98.897	159.869	61,7
Ceará	35.638	87.982	146,9
Maranhão	17.560	52.187	197,2
Paraíba	18.603	35.444	90,5
Pernambuco	58.519	104.394	78,4
Piauí	9.857	24.607	149,6
Rio Grande do Norte	15.807	36.103	128,4
Sergipe	12.653	26.199	107,1
Região Nordeste	283.084	555.325	96,2
Brasil	2.200.722	4.143.013	88,3
Coef de Variação	0,94	0,75	

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 2011.

Nota: Valores atualizados pelo índice do deflator do PIB do Brasil (2011=100).

Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas.

Tabela 4 – Evolução Real do PIB das Regiões Brasileiras, de 1990 a 2011 (R\$ milhões)

Regiões	1990	2011	Var %
Norte	108.632	223.538	105,8
Nordeste	283.084	555.325	96,2
Sudeste	1.294.675	2.295.690	77,3
Sul	400.814	672.049	67,7
Centro-Oeste	113.518	396.411	249,2
Brasil	2.200.722	4.143.013	88,3
Coef de Variação	1,12	1,01	

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 2011.

Nota: Valores atualizados pelo índice do deflator do PIB do Brasil (2011=100).

Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas.

Em termos de estrutura econômica, a Região Nordeste vem repetindo o processo de transformação pelo qual passam as regiões em desenvolvimento: diminuição na participação relativa da agropecuária, em favor do aumento da indústria e dos serviços (Tabela 5). Ressalte-se que, de 1990 para 2011, a participação nordestina, no valor adicionado da indústria, cresceu mais (1,35 pontos percentuais) do que nos serviços (1,16).

Tabela 5 – Participações das Regiões Brasileiras no Valor Adicionado Setorial, em 1990 e 2011 (%)

Regiões	Agropecuária			Indústria			Serviços		
	1990 (a)	2011 (b)	b - a	1990 (a)	2011 (b)	b - a	1990 (a)	2011 (b)	b - a
Norte	11,49	9,54	-1,95	4,08	6,95	2,87	3,83	4,76	0,93
Nordeste	18,85	16,56	-2,29	10,46	11,82	1,35	13,22	14,38	1,16
Centro-Oeste	7,54	17,67	10,13	2,22	5,83	3,61	14,03	10,86	-3,17
Sudeste	35,46	31,72	-3,74	64,13	58,22	-5,92	54,79	54,74	-0,05
Sul	26,66	24,51	-2,15	19,11	17,19	-1,92	14,13	15,26	1,13

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 2011.

Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas.

Não obstante os lentos avanços registrados no campo econômico anteriormente comentados, a Região Nordeste tem se aproximado mais rapidamente dos indicadores brasileiros no campo social, conforme se vê na Tabela 6. O acesso à iluminação elétrica foi praticamente universalizado de 1992⁴ para 2012, com o Nordeste avançando de forma quase três vezes mais rápida que o País. A diferença entre os percentuais do Brasil e do Nordeste, que era de 15,6 pontos percentuais, foi praticamente zerada. Destaque-se que, em seis estados da Região, o percentual de domicílios que têm acesso à iluminação elétrica é igual ou maior que o do Brasil (Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe).

O avanço nordestino no acesso à rede geral de abastecimento d'água deu-se num ritmo quase três vezes superior ao brasileiro, reduzindo a diferença entre os percentuais de domicílios com acesso à água nacional e regional, de 18,4 pontos percentuais para 4,8 pontos percentuais. As diferenças intrarregionais, nesse tocante, também caíram e dois estados da Região (Rio Grande do Norte e Sergipe) já apresentam esse indicador superior ao nacional.

⁴ O ano de 1992 foi escolhido como ponto de partida por ser o primeiro a dispor dos dados da PNAD, após a criação do FNE.

Tabela 6 – Evolução de Indicadores Sociais Selecionados nos Estados do Nordeste, de 1992 a 2012

Estados	Acesso à Rede Geral de Abastecimento d'Água (%)			Acesso à Coleta de Lixo (%)			Acesso à Iluminação Elétrica (%)		
	1992	2012	Var %	1992	2012	Var %	1992	2012	Var %
Alagoas	62,4	74,7	19,7	54,6	78,8	44,4	81,5	99,8	22,4
Bahia	54,3	82,7	52,3	41,9	78,6	87,7	71,2	98,6	38,4
Ceará	45,1	78,3	73,5	44,2	75,8	71,4	65,4	99,6	52,3
Maranhão	38,6	71,1	84,3	17,7	54,1	205,5	59,2	99,1	67,4
Paraíba	62,3	81,4	30,7	47,6	82,5	73,3	79,0	99,7	26,3
Pernambuco	66,9	81,5	21,8	53,7	85,1	58,4	83,6	99,9	19,4
Piauí	50,3	83,9	66,8	27,3	62,7	129,7	60,1	95,9	59,6
Rio Grande do Norte	64,2	88,2	37,4	65,3	87,5	34,0	88,7	99,8	12,5
Sergipe	65,1	88,2	35,4	53,3	84,7	59,0	84,0	99,5	18,5
Região Nordeste	55,2	80,5	45,9	43,7	76,6	75,3	73,2	99,1	35,4
Brasil	73,6	85,3	15,9	66,6	88,8	33,3	88,8	99,5	12,1
Coef de Variação	0,18	0,07		0,33	0,15		0,15	0,01	

Fonte: IBGE, PNAD 2012.

Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas.

No que diz respeito ao acesso à coleta de lixo, o crescimento do Nordeste de 1992 para 2011, também foi 2,3 vezes mais intenso que o do Brasil, reduzindo a diferença no indicador de 22,9 para 12,2 pontos percentuais. Ressaltem-se os avanços obtidos pelos estados do Maranhão e do Piauí, que detinham os menores percentuais de acesso em 1992 com uma média aritmética simples de 22,5%, que elevou-se para 58,4% em 2011, apesar de aqueles estados terem permanecido ocupando as duas últimas posições nesse indicador. As diferenças entre os estados também diminuíram, conforme se infere pela queda no coeficiente de variação.

O cenário de redução da pobreza no Nordeste também foi positivo (Tabela 7). O melhor desempenho observou-se quanto aos domicílios extremamente pobres, com a Região superando o País e reduzindo o seu número em 48%. Houve uma queda significativa no número de pessoas pobres (39,7%) na Região, apesar de 10 pontos percentuais menor que a obtida pelo Brasil. Em se tratando de domicílios pobres, a redução foi razoável (25,8%), mas 13 pontos percentuais abaixo do País.

Tabela 7 – Pobreza e Extrema Pobreza nos Estados do Nordeste, em 1992 e 2012

Estados	Domicílios Extremamente Pobres (mil unidades)			Domicílios Pobres (mil unidades)			Pessoas Pobres (mil unidades)		
	1992	2012	Var %	1992	2012	Var %	1992	2012	Var %
Alagoas	156	87	-44,2	312	259	-17,0	1.642	1.095	-33,3
Bahia	796	436	-45,3	1.507	1.088	-27,8	7.509	4.240	-43,5
Ceará	503	244	-51,5	850	588	-30,8	4.282	2.411	-43,7
Maranhão	251	278	10,8	464	621	33,9	2.355	2.760	17,2
Paraíba	255	81	-68,4	442	263	-40,4	2.154	1.064	-50,6
Pernambuco	507	222	-56,2	965	618	-36,0	4.714	2.460	-47,8
Piauí	225	69	-69,3	351	229	-34,6	1.931	942	-51,2
Rio Grande do Norte	168	68	-59,3	322	209	-35,2	1.603	815	-49,2
Sergipe	94	36	-61,7	189	133	-29,7	896	551	-38,5
Região Nordeste	2.955	1.521	-48,5	5.402	4.008	-25,8	27.086	16.337	-39,7
Brasil	5.378	2.809	-47,8	12.225	7.437	-39,2	58.911	29.979	-49,1
Coef de Variação	0,69	0,79		0,71	0,69		0,70	0,67	

Fonte: IPEADATA.

Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas.

A renda domiciliar per capita média, entre 1992 e 2012, cresceu muito mais no Nordeste do que no Brasil (Tabela 8), fazendo com que a relação NE/BR passasse de 54,3% para 63,9%, com todos os estados nordestinos, exceto Alagoas, tendo variação superior à do Brasil no período. O mesmo comportamento foi observado no tocante à renda média de todos os trabalhos, cuja representatividade frente à média nacional passou de 55,1% em 1992 para 69,5% em 2012, com Alagoas apresentando também desempenho inferior ao nacional. Vale ressaltar que, para ambos os indicadores, a desigualdade intrarregional caiu.

Tabela 8 – Renda Domiciliar Per Capita e Renda Média de Todos os Trabalhos Estados do Nordeste, em 1992 e 2012 (R\$ set/12)

Estados	Renda Domiciliar Per Capita Média (R\$ out 2009)			Renda Média de Todos os Trabalhos (R\$ out 2009)		
	1992	2012	Var %	1992	2012	Var %
Alagoas	260,83	501,85	92,4	514,17	971,00	88,8
Bahia	257,87	631,11	144,7	462,36	1.054,00	128,0
Ceará	220,05	594,42	170,1	391,91	955,00	143,7
Maranhão	191,28	547,87	186,4	286,88	1.161,00	304,7
Paraíba	217,70	645,56	196,5	374,92	1.029,00	174,5
Pernambuco	259,13	625,11	141,2	453,10	1.067,00	135,5
Piauí	179,52	634,14	253,2	310,29	897,00	189,1
Rio Grande do Norte	271,31	716,56	164,1	453,60	1.128,00	148,7
Sergipe	296,66	693,71	133,8	482,38	1.163,00	141,1
Região Nordeste	240,93	614,96	155,2	427,93	1.047,00	144,7
Brasil	443,80	961,65	116,7	776,68	1.507,00	94,0
Coef de Variação	0,16	0,11		0,19	0,09	

Fonte: 1) IPEADATA/Social; 2) IBGE, PNAD 2012.

1. Excluídas as informações das pessoas sem declaração de rendimento.

2. Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2012.

Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas.

Apesar dessa melhoria geral nos rendimentos, os indicadores de desigualdade de renda da Região não acompanharam os do País (Tabela 9). A razão entre a renda dos 10% mais ricos sobre a dos 40% mais pobres melhorou em todos os estados (exceto o Maranhão), mas com aumento da dispersão (aumento no coeficiente de variação); o Índice de Gini reduziu-se também (indicando uma distribuição de renda mais equitativa), com a mesma exceção, mas a desigualdade intrarregional também teve um leve aumento.

Tabela 9 – Indicadores Seleccionados de Desigualdade de Renda nos Estados do Nordeste, em 1992 e 2012

Estados	Razão 10% + Ricos/40% mais Pobres			Índice de Gini		
	40% + pobres			1992	2012	Var %
	1992	2012	Var %	1992	2012	Var %
Alagoas	20,62	12,64	-38,70	0,583	0,499	-14,41
Bahia	22,27	16,99	-23,71	0,594	0,548	-7,74
Ceará	25,05	15,16	-39,48	0,605	0,527	-12,89
Maranhão	15,36	23,19	50,98	0,525	0,609	16,00
Paraíba	22,99	15,01	-34,71	0,590	0,528	-10,51
Pernambuco	22,07	13,49	-38,88	0,588	0,507	-13,78
Piauí	27,51	16,37	-40,49	0,615	0,546	-11,22
Rio Grande do Norte	23,52	15,26	-35,12	0,604	0,531	-12,09
Sergipe	22,10	15,99	-27,65	0,592	0,542	-8,45
Região Nordeste	22,66	16,33	-27,93	0,593	0,542	-8,60
Brasil	21,68	15,42	-28,87	0,583	0,530	-9,09
Coef de Variação	0,15	0,19		0,04	0,06	

Fonte: IPEADATA/Social.

Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas.

A melhoria nos indicadores econômicos e sociais propiciou um avanço na principal medida regional de desenvolvimento humano. Assim, o IDHM do Nordeste que era de apenas 0,393 em 1991, passou para 0,660 em 2010 (PNUD, 2013)⁵, registrando um crescimento de 67,8% e uma menor dispersão, ao passo que o Brasil, no mesmo período, cresceu 47,8% (passou de 0,492 em 1991 para 0,727 em 2010) (Tabela 10). Mas apesar desse crescimento, os estados nordestinos continuam com o IDH inferior ao dos demais estados do Brasil, ocupando nove das doze últimas posições no *ranking* nacional.

⁵ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD divulgou o seu relatório de 2014, com os dados de 2013. O IDH do Brasil passou de 0,0742 para 0,744, fazendo o país galgar uma posição no *ranking* mundial (passando da 80^a. para a 79^a. posição. Mas ainda não se tem as estimativas do IDH-M (IDH dos municípios, que permite calcular os dados estaduais).

Tabela 10 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos Estados do Nordeste, em 1991 e 2010

Estados	IDH		
	1991	2010	Var %
Alagoas	0,370	0,631	70,5
Bahia	0,386	0,660	71,0
Ceará	0,405	0,682	68,4
Maranhão	0,357	0,639	79,0
Paraíba	0,382	0,658	72,3
Pernambuco	0,440	0,673	53,0
Piauí	0,362	0,646	78,5
Rio Grande do Norte	0,428	0,684	59,8
Sergipe	0,408	0,665	63,0
Região Nordeste (*)	0,393	0,660	67,8
Brasil	0,492	0,727	47,8
Coef. de Variação	0,07	0,03	

(*) Calculado como média simples dos estados.

Fonte: PNUD (2013).

Desse modo, em decorrência da persistência de desigualdades intra e inter-regionais (especialmente quando se leva em consideração o recorte do semiárido) e do elevado nível de pobreza ainda existente no Nordeste, a Região demanda políticas que contribuam para avançar no processo de desenvolvimento sustentável, como ampliação da geração de empregos, investimentos em infraestrutura e consolidação de uma rede de proteção social. Referidas transformações estruturais precisam ser acompanhadas por ampliação da oferta de crédito e de financiamentos para o setor produtivo regional, de modo a garantir o crescimento da oferta de bens e serviços, postos de trabalho e renda, aumentando a relevância do FNE nos anos vindouros.

3 – A EXECUÇÃO DO FNE

As contratações do FNE, no primeiro semestre de 2014, somaram R\$ 4,0 bilhões (Tabela 11), registrando um decréscimo de 36,2% em relação ao mesmo período de 2013, quando foram contratados R\$ 6,3 bilhões. Essa situação refletiu-se no volume de contratações em todos os setores.

Observa-se que, do total de beneficiários do FNE no primeiro semestre de 2014 (620,9 mil), 98,3% foram atendidos no âmbito do FNE Setor Rural (610,4 mil), mantendo o mesmo grau de importância verificado no primeiro semestre de 2013. No âmbito do FNE Rural, a quase totalidade dos beneficiários (99,5%) pertence à categoria de mini/micro (607,2 mil). No FNE Setor Industrial 92,5% dos empreendimentos financiados são de mini/micro e pequeno portes (Tabela 37).

Estes resultados, correspondentes ao primeiro semestre de 2014, são parciais do ano, os quais sofrerão alterações em função da confirmação, no período de julho a dezembro, das operações de financiamento que atualmente se encontram em diferentes etapas do processo de crédito (cartas-consulta e propostas em carteira).

O valor total contratado neste período corresponde a 30,6% do valor programado para todo o exercício de 2014. Em média, nos últimos cinco anos, a participação das contratações realizadas nos primeiros semestres, correspondem a 40,7% das contratações dos respectivos exercícios, variando entre 32,5% em 2012 e 49,3% em 2013. No entanto, importante ressaltar que em todos os anos, verificou-se o atendimento das metas programadas.

Ademais, os resultados apresentados nesse período foram impactados por fatores externos relevantes que contribuíram para o desempenho apresentado pelo FNE, tais como:

- O desempenho econômico mais fraco do Brasil e também da Região Nordeste em 2014. O Banco do Nordeste vem trabalhando com previsões de crescimentos dos PIBs nacional e regional de 2,5% e 3,0% para o Brasil e Nordeste em 2013, respectivamente, e de 0,8% e 2,5% para 2014;
- No primeiro semestre de 2013, os encargos do FNE para operações de investimento, inclusive com custeio ou capital de giro associado, consistiam em uma taxa efetiva de juros de 3,53% a.a.. Em 2014, tais encargos foram diferenciados por tipo de operação, setor e faixa de receita anual, por determinação do Banco Central, e elevados para taxas que vão desde 5,3% a.a. para operações de investimento de produtores rurais com receita bruta anual inferior a R\$ 90,0 milhões, até 12,36% a.a. para operações de capital de giro para outros setores. Tais fatos, associados ao desempenho econômico reportado no item anterior, sem dúvida inibem a demanda por crédito. Ademais, a expectativa é de que a taxa Selic mantenha-se no patamar de 11% até o final de 2015;

- A realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil em 2014 atraiu o foco das atenções para o evento no período, implicando em desaquecimento da economia em vários setores. Além disso, ocasionou uma redução no número de dias úteis no primeiro semestre do ano em relação aos mesmos períodos dos respectivos anos;
- Finalmente, mesmo com a previsão de gastos do PAC2 no Nordeste de R\$ 368,0 bilhões, como os projetos ainda não foram concluídos, há um atraso nos investimentos privados esperados. A expectativa de investimentos privados no Nordeste (de acordo com a Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (RENAI), alcança somente 6,6% do total nacional.

Tabela 11 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Primeiro Semestre de 2014

Setores e Programas	Contratações (1)				Valor das Propostas em Carteira (2)
	Nº de Operações	Quant. Benef.	Valor	%	
RURAL	203.968	610.438	1.627.925	40,7	594.941
FNE Rural - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste	3.512	10.494	728.826	18,2	312.876
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo A)	1.094	2.886	21.515	0,5	6.881
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo B)	189.299	567.831	629.421	15,7	44.466
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo C)	2	6	4	-	-
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo D)	-	-	-	-	-
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - Demais Grupos)	9.922	28.800	172.211	4,3	44.104
FNE Aquipesca - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca	35	103	10.084	0,3	334
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	26	77	19.931	0,5	143.325
FNE Profrota Pesqueira - Programa de Financ. da Ampl. e Modernização da Frota Pesqueira Nacional	-	-	-	-	-
FNE Irrigação - Programa de Financiamento à Agricultura Irrigada	78	241	45.933	1,2	42.249
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	-	-	-	-	706
AGROINDUSTRIAL	60	60	12.971	0,3	6.381
FNE Agrin - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste	19	19	8.848	0,2	5.239
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	40	40	4.117	0,1	1.142
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	1	1	6	-	-
INDUSTRIAL	1.258	1.258	1.016.884	25,4	1.003.636
FNE Industrial - Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste	202	202	859.768	21,5	348.045
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	4	4	24.112	0,6	4.083
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	1.007	1.007	131.452	3,3	39.488
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	2	2	1.064	0,0	611.889
FNE Procultura - Programa de Financiamento à Cultura	-	-	-	-	-

FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	43	43	488	0,0	131
TURISMO	266	266	86.426	2,2	120.197
FNE Proatur - Programa de Apoio ao Turismo Regional	32	32	46.856	1,2	114.397
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	220	220	39.410	1,0	5.752
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	14	14	160	-	48
INFRA-ESTRUTURA	-	-	-	-	36.384
FNE Proinfra - Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste	-	-	-	-	36.384

Setores e Programas	Contratações (1)				Valor das Propostas em Carteira (2)
	Nº de Operações	Quant. Benef.	Valor	%	
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	-	-	-	-	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS	8.840	8.840	1.259.559	31,5	1.006.625
FNE Comércio e Serviços - Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços	771	771	609.459	15,2	888.519
FNE Procultura - Programa de Financiamento à Cultura	-	-	-	-	-
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	1	1	17	-	88
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	1	1	50	-	100
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	7.709	7.709	645.939	6,1	116.942
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	358	358	4.094	0,1	976
Total	214.392	620.862	4.003.765	100,0	2.768.164

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Coordenação Executiva e Institucional.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. **(2)** Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

Com relação à demanda por recursos do Fundo, ao final do primeiro semestre de 2014, o estoque de propostas em carteira (em fase de análise e/ou em fase de contratação) totalizou R\$ 2,8 bilhões. Referidas propostas estão distribuídas da seguinte forma: 36,4% do Setor de Comércio e Serviços; 36,3% do Setor Industrial; 21,5% do Setor Rural; 4,3% do Setor Turismo; 1,3% do Setor de Infraestrutura e 0,2% do Setor Agroindustrial (Tabela 11).

Além das propostas em carteira, os projetos em negociação registraram uma demanda da ordem de R\$ 2,4 bilhões, destacando-se com maiores volumes de prospecções o estado do Ceará (R\$ 862,9 milhões) seguido da Bahia (R\$ 348,0 milhões). Em conjunto, estes estados apresentaram, até 30.06.2014, volume de negócios prospectados de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, representando 50,9% dos negócios em vias de realização (Tabela 12).

Tabela 12 – FNE – Prospecção de Negócios – Posição: 30.06.2014

Valores em R\$ mil

Estados	Projetos em Negociação ^{(1) (2)}
Alagoas	200.000
Bahia	348.003
Ceará	862.907
Espírito Santo	65.457
Minas Gerais	-
Maranhão	72.100
Paraíba	120.493
Pernambuco	143.004
Piauí	75.680
Rio Grande do Norte	202.130
Sergipe	35.686
Extraregionais	255.600
Total	2.381.060

Fonte: BNB – Área de Negócios.

Notas: (1) Referem-se a valores a financiar, por projeto, acima de R\$ 3,0 milhões; (2) Cartas-Consultas aprovadas, não contratadas.

O patrimônio líquido do Fundo, então de R\$ 47,6 bilhões em 31.12.2013, passou para R\$ 50,7 bilhões em 30.06.2014, apresentando crescimento nominal de 6,4%. O referido acréscimo de R\$ 3,1 bilhões decorreu, basicamente, dos ingressos de recursos oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Integração Nacional (Tabelas 13 e 14).

Tabela 13 – FNE – Demonstrativo do Patrimônio Líquido – Posição em 30.06.2014

Valores em R\$ mil

(1) Até 31.12.2013	47.642.619
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	48.734.498
. Resultados Acumulados	(1.091.906)
. Provisões para Pagamentos a Efetuar	27
(2) No 1º Semestre de 2014	3.072.182
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	3.268.259
. Resultado do Exercício	-194.371

. Ajustes de Resultados de Exercícios Anteriores	-1.724
. Provisões para Pagamentos a Efetuar	18
Patrimônio Total em 30.06.2014 (1) + (2)	50.714.801

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Tabela 14 – FNE – Ingressos Mensais de Recursos – Primeiro Semestre de 2014

Mês	Ingressos	Valores em R\$ Mil
		Ingressos Acumulados
Janeiro	639.551	639.551
Fevereiro	682.946	1.322.497
Março	405.120	1.727.617
Abril	462.377	2.189.994
Maiο	616.174	2.806.168
Junho	462.091	3.268.259

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

No Gráfico 1 verifica-se que, à exceção do mês de junho, em todos os outros meses do primeiro semestre de 2014 os repasses mensais de recursos foram maiores que os do mesmo período de 2012, embora com alguma oscilação, mas acompanhando o comportamento do ano anterior. Esses recursos destinados ao FNE ocorrem em função do crescimento da atividade econômica do País e refletem a Política Fiscal adotada pelo Governo Federal.

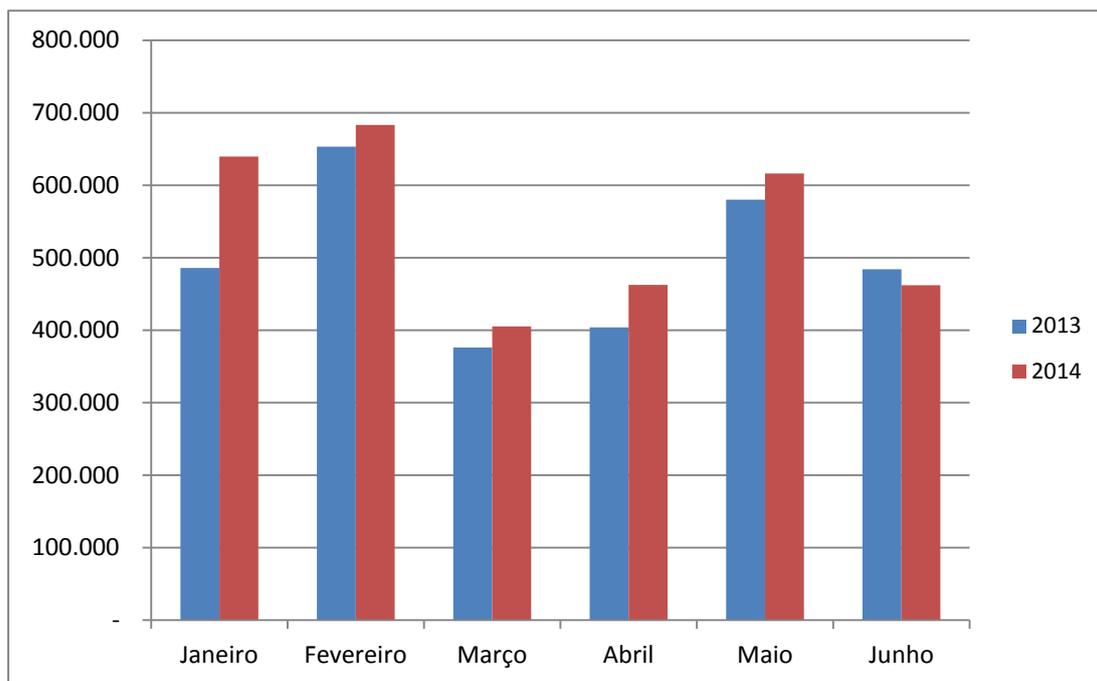


Gráfico 1 – FNE – Ingressos Mensais (R\$ Mil) de Recursos – Primeiro Semestre – 2013 e 2014

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

O reembolso dos recursos emprestados teve uma pequena redução (5,2%), passando de R\$ 3,6 bilhões no primeiro semestre de 2013, para R\$ 3,4 bilhões no mesmo período em 2014,. As disponibilidades do FNE apresentaram acréscimo significativo, no final do primeiro semestre de 2014, da ordem de 28,5% em relação ao final do exercício de 2013. Mencionadas disponibilidades totalizaram R\$ 8,9 bilhões ao final do período em análise, dos quais R\$ 5,9 bilhões representados por valores a liberar por conta de operações já contratadas e R\$ 2,9 bilhões para contratação de novos financiamentos (Tabela 15).

Tabela 15 – FNE – Demonstrativo das Variações das Disponibilidades – Primeiro Semestre de 2014

	Valores em R\$ Mil
Disponibilidades em 31.12.2013	6.908.697
Disponibilidades para Novas Contratações	1.766.402
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	5.142.295
Disponibilidades em 30.06.2014	8.878.114
Disponibilidades para Novas Contratações	2.915.522
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	5.962.592
Variação das Disponibilidades	1.969.417
- Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	3.268.259
- Remuneração das Disponibilidades	375.391

- Reembolsos Ops Crédito/Repases (Líquido Bônus Adimplência)	3.403.660
- Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	202.036
- Recebimento de Valores Baixados como Prejuízo	33.210
- Cobertura Ops p/Fundos de Aval	261
- Cobertura de Ops pelo PROAGRO	3.326
- Dispensa/Remissão/Rebate Ops FNE - Lei 12.249 - Ônus BNB	15
- Desembolsos de Ops Crédito/Repases Outras Instituições	-3.978.284
- Taxa de Administração	-653.652
- Del credere do BNB - Repases Lei 7.827 Art. 9º A	-21.846
- Del credere do BNB - Demais Operações	-508.054
- Del credere Instituições Operadoras	-1.761
- Remuneração do BNB sobre Saldos Operações PRONAF	-91.861
- Remuneração do BNB sobre Desembolsos Operações PRONAF	-18.530
- Prêmio de Desempenho do BNB sobre operações PRONAF	-5.376
- Despesa Auditoria Externa	-27
- Rebate de Principal de Ops Lei 10.193/2001 – FAT/BNDES -Estiagem 98	-1
- Bônus/Dispensas Ops PJ-Parcela Risco BNB-Reneg Leis 11.322/11.775	-198
- Bônus Adimplência Ops Repases BNB - Art 9º A Lei 7.827	-5.687
- Dispensa/Remissão/Rebate Ops FNE - Lei 12.249 - Ônus FNE	-7.549
- Dispensa/Remissão/Rebate Outras Ops - Lei 12.249 - Ônus FNE	-1.379
- Conversão de Ops para o FNE - Lei 10.464/10.696	-568
- Reclassificação Ops Outras Fontes para FNE - Lei 11.775	-477
- Devolução ao BNB Ops PJ Renegociadas - Parcela Risco BNB	-20.327
- Outros Eventos	-1.164
Total	1.969.417

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

3.1 – Contratações Setoriais

Em se tratando da participação de cada setor nas contratações do FNE, no primeiro semestre de 2014, observam-se pequenas variações de percentuais quando comparadas com o mesmo período de 2013: o Setor Rural e o Setor de Comércio e Serviços ampliaram sua participação, respectivamente, de 38,8% para 40,7% e de 30,3% para 31,5%. Verificou-se retração da participação no Setor Agroindustrial e, nesse período, não houve contratação para o Setor de Infraestrutura, com recursos do FNE (Tabela 16).

Tabela 16 – FNE – Participação Setorial nas Contratações ⁽¹⁾
Período: 1998 a 2014

Exercício	Em Porcentagem					
	Rural	Agroindustrial	Industrial/Turismo	Infra-estrutura	Comércio e Serviços	Total
1998	84,5	1,4	14,1	-	-	100,0
1999	80,2	0,9	18,9	-	-	100,0
2000	49,5	0,7	49,8	-	-	100,0
2001	35,4	1,2	63,4	-	-	100,0
2002	76,4	0,7	14,2	-	8,7	100,0
2003	47,5	0,3	44,9	-	7,3	100,0
2004	25,7	1,2	25,9	21,1	26,1	100,0
2005	51,4	1,0	14,2	19,4	14,0	100,0
2006	48,9	2,5	24,1	11,6	12,9	100,0
2007	45,2	3,3	21,1	16,8	13,6	100,0
2008	29,7	4,2	23,2	25,8	17,1	100,0
2009	28,2	5,1	20,2	25,4	21,1	100,0
2010	40,7	2,9	23,0	8,0	25,4	100,0
2011	38,4	2,3	19,7	15,9	23,6	100,0
2012	40,6	1,1	33,4	2,6	22,3	100,0
2013	38,8	1,2	28,5	1,2	30,3	100,0
2014	40,7	0,3	27,5	-	31,5	100,0

Fonte: BNB – Ambiente Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.1 – Setor Rural

As contratações do FNE Setor Rural, no primeiro semestre de 2014, totalizaram cerca de R\$ 1,6 bilhão, representando 40,7% do volume de contratações com recursos do FNE (Tabela 17). No que se refere à quantidade de beneficiários, as contratações alcançaram o patamar de 610.438 produtores, equivalente a 98,3% dos beneficiários do FNE, mantendo proporção semelhante à observada no mesmo período de 2013 (Tabela 37).

No que tange aos valores contratados, por atividade, no período em análise, a pecuária obteve recursos da ordem de R\$ 926 milhões, respondendo por 56,9% das contratações do FNE Setor Rural e por 23,1% das aplicações do

FNE, no período. Referido montante representa aproximadamente 71,1% do volume de recursos aplicado em 2013 (R\$ 1,3 bilhão).

Tabela 17 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2014

Atividades	Valores em R\$ mil		
	Valor	% Setor	% FNE
PECUÁRIA	925.828	56,9	23,1
Bovinocultura	660.637	40,6	16,5
Avicultura	50.156	3,1	1,3
Ovinocaprino cultura	108.428	6,7	2,7
Suinocultura	47.874	2,9	1,2
Apicultura	2.962	0,2	0,1
Equinocultura	119	-	0,0
Bubalinocultura (Búfalo)	243	-	0,0
Outras Atividades ⁽²⁾	55.409	3,4	1,4
AQUICULTURA E PESCA	9.709	0,6	0,2
Carcinicultura	2.212	0,1	0,1
Piscicultura	7.497	0,5	0,2
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	445.081	27,3	11,1
Grãos	280.063	17,2	7,0
Fibras e Têxteis	88.667	5,5	2,2
Fruticultura	29.182	1,8	0,7
Gramíneas	17.648	1,1	0,4
Raízes e Tubérculos	9.643	0,6	0,2
Bebidas e Fumos	18.324	1,1	0,5
Outras Atividades ⁽³⁾	1.554	0,1	0,0
AGRICULTURA IRRIGADA	97.648	6,0	2,4
Fruticultura	49.625	3,1	1,2
Bebidas e Fumo	15.902	1,0	0,4
Gramíneas	3.933	0,2	0,1
Grãos	13.123	0,8	0,3
Fibras e Têxteis	441	0,0	0,0
Olericultura	6.042	0,4	0,2
Raízes e Tubérculos	7.404	0,5	0,2
Flores	211	0,0	0,0
Oleaginosas	191	0,0	0,0
Mudas e Sementes	377	0,0	0,0
Cactáceas	4	-	0,0

Outras Atividades ⁽⁴⁾	395	0,0	0,0
OUTRAS ATIVIDADES RURAIS	149.659	9,2	3,7
Processamento e Benef Cana de Açúcar	15.700	1,0	0,4
Process.e Benef Castanha de Cajú	101	0,0	0,0
Process.e Benef Frutas e Hortaliças	158	0,0	0,0
Florestamento e Reflorestamento	1.196	0,1	0,0
Extração Vegetal	7.427	0,5	0,2
Atividades não Agrícolas no Rural ⁽⁵⁾	125.077	7,7	3,1
Total	1.627.925	100,0	40,7

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades pecuárias referem-se à criação de animais, sericultura, avestruz, ranicultura e microcrédito rural (diversos). (3) Outras atividades agrícolas de sequeiro referem-se a olericultura, extração vegetal, oleaginosa, especiarias e leguminosas. (4) Outras atividades agrícolas irrigadas referem-se a plantas ornamentais, especiarias e leguminosas. (5) As atividades não agrícolas no rural referem-se a serviços auxiliares à agropecuária, à caça e à pesca, à intermediação financeira, ecologia, silvicultura, dentre outras.

Nas agriculturas de sequeiro e irrigada, o volume de recursos contratados foi em torno de R\$ 542,7 milhões, respondendo por 33,3% das contratações do setor e por 13,5% das contratações realizadas pelo Fundo, no primeiro semestre de 2014 (Tabela 17).

A principal atividade pecuária financiada, no âmbito do FNE, continua sendo a bovinocultura, com valor contratado de R\$ 660,6 milhões, respondendo por 40,6% das contratações do Setor Rural e por 16,5% do FNE no período sob análise. Em termos percentuais, a participação da bovinocultura no Setor, no primeiro semestre de 2014, mantém-se em proporção similar à verificada em 2013, o mesmo ocorrendo em relação ao total de recursos contratados pelo FNE no período.

Outras atividades financiadas foram a ovinocaprinocultura (R\$ 108,4 milhões), a avicultura (R\$ 50,2 milhões) e a suinocultura (R\$ 47,9 milhões), com participação de 6,7%, 3,1% e 2,9%, respectivamente, no Setor Rural (Tabela 17).

As atividades agrícolas que obtiveram os maiores volumes de recursos aplicados no Setor Rural, no primeiro semestre em 2014, foram Grãos (18,0%), Fibras e Têxteis (5,5%) e Fruticultura (4,9%). Juntas, essas atividades responderam por 85,0% das contratações na agricultura, totalizando R\$ 461,1 milhões (Tabela 17).

A agricultura de sequeiro teve participação relativa de 27,3% no Setor Rural, no primeiro semestre de 2014, quando contratou cerca de R\$ 445,1 milhões, destacando-se a atividade de grãos (17,2%). Já a agricultura irrigada teve representatividade de 6,0% no Setor Rural no mesmo período, com contratação de R\$ 97,6 milhões. A principal cultura apoiada nesse segmento foi a fruticultura (3,1%) (Tabela 17).

Em relação à rubrica “outras atividades rurais”, observa-se que, no primeiro semestre de 2014, foram contratados R\$ 149,7 milhões. As atividades não agrícolas no Setor Rural, que são compostas por serviços auxiliares à agropecuária, à caça, à pesca, à intermediação financeira, à ecologia e à silvicultura, dentre outras, tiveram dentro do Setor, 7,7% de participação no primeiro semestre de 2014, com volume contratado de R\$ 125,1 milhões.

Os financiamentos do FNE Setor Rural dirigidos ao semiárido totalizaram R\$ 780,9 milhões, no fim do primeiro semestre de 2014, montante que representa 56% do volume de recursos contratados na região semiárida (R\$ 1,4 bilhão). (Tabela 1A)

O FNE Setor Rural destinou aproximadamente R\$ 1,4 bilhão aos mini/micro, pequenos e pequeno-médios produtores no primeiro semestre de 2014, representando 83,9% dos recursos desse Setor, atendendo a 610.290 beneficiários, praticamente 100% dos clientes no âmbito desse setor. Aos produtores de médio e grande portes foram destinados R\$ 262,9 milhões ou 16,1% dos recursos contratados pelo FNE no Setor Rural (Tabelas 37 e 38). Esse resultado reflete a capilaridade do Setor Rural e o cumprimento, pelo BNB, da diretriz do Governo Federal em espriar seus recursos pelos empreendimentos de menor porte.

Os onze estados da área de atuação do Fundo Constitucional receberam recursos do FNE Setor Rural. Assim, dos 1.990 municípios da área de atuação do FNE, 1.972 foram beneficiados com recursos do FNE Setor Rural, representando 99,1% dos municípios da área de atuação do Fundo (Tabelas 18 e 40).

Os estados que obtiveram os maiores volumes de recursos do FNE Setor Rural foram Bahia (R\$ 398,9 milhões), Maranhão (R\$ 262,0 milhões) e Piauí (R\$ 254,9 milhões). Juntos, referidos estados obtiveram 56,3% do volume de recursos contratados no Setor Rural (Tabela 18). Os estados de Rio Grande do Norte e Pernambuco foram os que apresentaram maior crescimento na contratação de recursos entre o primeiro semestre de 2013 e o mesmo período de 2014, 87,6% e 78,5%, respectivamente.

Tabela 18 – FNE – Setor Rural Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Primeiro Semestre de 2014

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Alagoas	58.817	3,6
Bahia	398.856	24,5
Ceará	154.268	9,5
Espírito Santo	21.827	1,3

Maranhão	261.987	16,1
Minas Gerais	128.986	7,9
Paraíba	80.720	5,0
Pernambuco	128.589	7,9
Piauí	254.909	15,7
Rio Grande do Norte	60.995	3,8
Sergipe	77.971	4,8
Total	1.627.925	100,0

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.1.1 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF foi criado em 1995, inicialmente como uma linha de crédito de custeio e, em 1996, adquiriu características de programa governamental, passando a integrar o Orçamento Geral da União. Criado através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, teve suas normas consolidadas na Resolução nº 2.310, de 29 de agosto de 1996 estando vinculado institucionalmente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

As diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais foram estabelecidas pela Lei 11.326, de 2006, passando a agricultura familiar a ser reconhecida como segmento produtivo, o que garantiu a institucionalização das políticas públicas para ela voltadas.

O Pronaf tem como finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda, por meio do apoio financeiro às atividades agropecuárias e nãoagropecuárias exploradas mediante o emprego direto da força de trabalho da família produtora rural.

Entendem-se como atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar.

O público-alvo do Pronaf é classificado por grupos ou modalidades, com especificidades próprias no que se refere às taxas de juros, aos limites de financiamento, ao bônus de adimplência, ao público-alvo e às finalidades, dentre outros aspectos. Para efeito de classificação dos agricultores familiares nos grupos do Pronaf, são excluídos da composição da renda familiar os benefícios sociais e os proventos da Previdência Rural.

O BNB, na qualidade de principal agente financeiro do Pronaf na Região, operacionaliza o Programa com uma proposta de desenvolvimento rural. Essa proposta tem como objetivo contribuir para melhorar a articulação das ações do Governo Federal, visando criar e fortalecer as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva no meio rural, a melhoria da qualidade de vida desses agricultores e o pleno exercício da cidadania no campo.

Como forma de maximizar suas ações para o processo de operacionalização, acompanhamento e orientação técnica aos agentes produtivos, o BNB desenvolve parcerias com empresas públicas e privadas, com destaque para a existente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

São discriminadas, abaixo, as modalidades, o público-alvo e as finalidades de crédito de acordo com os grupos classificados pelo Governo Federal:

PRONAF Grupo A – Crédito na modalidade de investimento para agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) ou que ainda não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF.

PRONAF Grupo A/C – Refere-se ao crédito de custeio, isolado ou vinculado, a agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Microcrédito Produtivo Rural (PRONAF Grupo B) – É a linha de microcrédito estabelecida para combater a pobreza rural. Os recursos de investimentos são destinados a agricultores com renda anual familiar bruta até R\$ 20,0 mil (vinte mil reais). Os créditos destinam-se às atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, assim como à implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, atividades não agropecuárias como turismo rural, produção de artesanato ou outras atividades compatíveis com o melhor emprego da mão de obra familiar no meio rural. Os financiamentos para custeio não agropecuário para os agricultores do Grupo “B” são permitidos para a aquisição de matérias-primas e outros insumos destinados à produção artesanal, gastos de custeio da atividade de turismo

rural e da prestação de serviços no meio rural e com o processo de beneficiamento e industrialização da produção própria.

PRONAF Linha de Crédito para Custeio (Comum) e Linha de Crédito para Investimento (Mais Alimentos) – São linhas destinadas a agricultores que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses de produção normal que antecedem a solicitação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. As taxas de juros são definidas pelo valor financiado. Este grupo foi criado da fusão dos Grupos C, D e E.

Além das linhas de crédito acima citadas, o Pronaf conta ainda com as seguintes modalidades especiais de crédito:

Custeio do Beneficiamento, Industrialização de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar (PRONAF Agrinf) – Linha de crédito de apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias de agricultores familiares, mediante financiamento das necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros, inclusive aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes, adoçantes e outros insumos, formação de estoques de insumos, formação de estoques de matéria-prima, formação de estoque de produto final e serviços de apoio à comercialização, adiantamentos por conta do preço de produtos entregues para venda, financiamento da armazenagem e conservação de produtos para venda futura em melhores condições de mercado.

Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (PRONAF Agroindústria) – Trata-se de crédito de apoio a atividades agropecuárias e não-agropecuárias de agricultores familiares, mediante o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem ao beneficiamento, ao processamento e à comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e à exploração de turismo rural.

Crédito de Investimento para Silvicultura e Sistemas Agroflorestais (PRONAF Floresta) – Estimula a implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental e enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada, com o plantio de uma ou mais espécies florestais, nativas do bioma.

Crédito de Investimento para Obras Hídricas e Produção para Convivência com o Semiárido (PRONAF Semiárido) – Trata-se de investimento em projetos de convivência com o semiárido, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura

hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários.

Crédito de Investimento para Mulheres (PRONAF Mulher) – Linha de crédito dirigida às mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no PRONAF, independentemente de sua condição civil. A mesma unidade familiar de produção pode contratar até dois financiamentos ao amparo do PRONAF Mulher.

Crédito de Investimento para Jovens (PRONAF Jovem) – Refere-se à linha de investimento para jovens agricultores e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencha os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

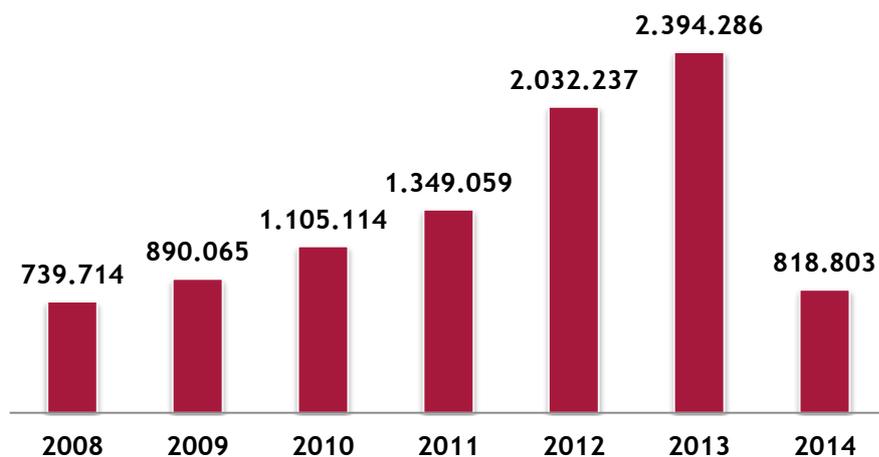
Crédito de Investimento para Agroecologia (PRONAF Agroecologia) – Financiamento dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento. É destinado à modalidade PRONAF Agricultores Familiares (Comum), Grupo A, Grupo A/C e Grupo B”.

Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (PRONAF ECO) – Destina-se a investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura, adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo. É destinado à modalidade PRONAF Agricultores Familiares (Comum) Grupo A, Grupo A/C e Grupo B”.

Apresentam-se a seguir os resultados do segmento da Agricultura Familiar, nos quais estão inseridos os valores referentes ao programa de microcrédito rural Agroamigo, o qual será detalhado mais adiante.

O montante de R\$ 818,8 mil aplicado no primeiro semestre de 2014 mostra-se inferior às aplicações no primeiro semestre do ano anterior (total de R\$ 1,1 milhão). Tal retração foi reflexo do arrefecimento da demanda de crédito por parte dos agricultores familiares, que demonstraram cautela nos investimentos na produção e melhorias em seus empreendimentos rurais, em razão do índice pluviométrico abaixo da média registrado em 2014. Também impactou nesse resultado o significativo volume de contratações em 2013 pela linha de crédito do Pronaf Seca, para suprir demandas de crédito dos agricultores familiares atingidos pela estiagem, o qual apresentava condições mais vantajosas, inclusive com bônus de adimplência de 40% sobre as parcelas. Esta linha permitiu a estruturação produtiva dos empreendimentos rurais, diminuindo a necessidade de crédito para esse fim.

Gráfico 2 – CONTRATAÇÃO PRONAF - 2008 a 2014*
Valores em R\$ mil



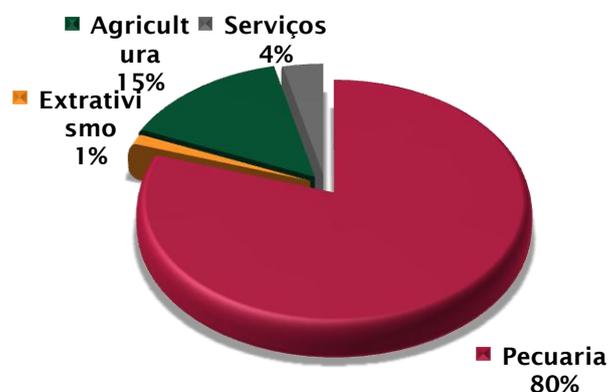
*Posição Junho/2014

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar

Na análise dos resultados, constata-se que o Banco priorizou os financiamentos para a região semiárida do Nordeste, destacando-se que, no primeiro semestre de 2014, um percentual de 66% do total contratado pelo Pronaf destinou-se a agricultores familiares dessa microrregião.

Quanto à aplicação por setor de atividade, a contratação do Pronaf foi distribuída conforme o Gráfico 2, a seguir, com o maior percentual para a pecuária, já que este é o setor tradicionalmente mais explorado pelos agricultores familiares.

Gráfico 3 – CONTRATAÇÃO PRONAF – Setor



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar

No primeiro semestre de 2014, o Banco aplicou R\$ 559,8 milhões no Pronaf Grupo A, Grupo A/C, Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Semiárido, demais programas PRONAF aplicados na região semiárida, bem como valores correspondentes a obras de recuperação e proteção do

solo, pagamento de assistência técnica e remuneração da mão de obra pra implantação das atividades⁶.

No tocante à distribuição do total financiado por gênero, as mulheres corresponderam a 41% dos valores contratados.

As ações realizadas no primeiro semestre de 2014 voltadas à Agricultura Familiar objetivaram melhorias na concessão do crédito e na renegociação de dívidas, atendimento aos clientes e nivelamento de conhecimentos da equipe responsável pela gestão dos programas relacionados à agricultura familiar, destacando-se:

- ✓ Renovação dos contratos com a União, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para operacionalização dos programas de Crédito Fundiário;
- ✓ Realização de treinamento para formação de facilitadores de capacitação de Gerentes de Negócios do Pronaf;
- ✓ Implantação de alterações na ferramenta de Avaliação das Carteiras de Crédito, considerando modelo definido para 2014;
- ✓ Realização de três eventos *Dia da Agricultura Familiar*, com a participação aproximada de 7.650 pessoas;
- ✓ Realização do *Fórum dos Gerentes Executivos do Pronaf*, que visou a avaliação dos resultados obtidos e definição de estratégias para o alcance das metas do Pronaf e Mini Produtor Rural no ano de 2014;
- ✓ Realização de Encontros Estaduais dos Gerentes de Negócios do Pronaf para qualificação da atuação desses profissionais, envolvendo assuntos diversos, como o papel da agência do Banco na execução e gestão do Pronaf; processos e controles internos e externos; principais ocorrências na devolução de propostas pelas Centrais de Crédito; e Programa de Ação, metas para 2014 e avaliação das carteiras;
- ✓ Contribuição na definição das diretrizes do Plano Safra 2014/2015;
- ✓ Atualização das planilhas de elaboração de propostas de investimento Pronaf, para inclusão de diversas melhorias, dentre as quais, uma alusiva à escolha do código do empreendimento.

Agroamigo

Em 2004, o Banco do Nordeste iniciou a implantação do seu programa de microcrédito rural orientado, o Agroamigo, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC), por meio de um projeto-piloto em duas agências, com dois assessores em cada uma.

A partir dessa experiência, nos anos de 2005 e 2006, o Agroamigo foi ampliado para todas as agências do Banco do Nordeste, constituindo-se em um programa de microcrédito rural que visa à concessão de financiamento para

⁶ Este total aplicado em cumprimento ao Art. 7º da Lei nº 9.126/95, complementada pela Lei 12.249/2010, corresponde a 17,1% do montante de recursos do FNE transferidos pela União ao Banco em 2014 (R\$ 3,2 bilhões).

agricultores familiares classificados no PRONAF Grupo “B”, utilizando metodologia própria de atendimento, cujos principais objetivos são:

- ✓ Orientação para o crédito e acompanhamento;
- ✓ Maior agilidade no processo de concessão do crédito;
- ✓ Expansão de atendimento aos agricultores familiares; e
- ✓ Maior proximidade com os clientes da área rural através do atendimento ao agricultor na sua própria comunidade pelo assessor de microcrédito.

Em relação ao programa PRONAF B tradicional, o Agroamigo apresenta as seguintes inovações operacionais:

- ✓ Atendimento ao cliente por profissional especializado, o assessor de microcrédito rural;
- ✓ Uso de metodologia adequada para as atividades de microcrédito rural;
- ✓ Promoção e atendimento no local;
- ✓ Acompanhamento sistemático;
- ✓ Identificação das necessidades financeiras do cliente; e
- ✓ Orientação para transformar a agricultura de subsistência em agricultura sustentável.

O assessor de microcrédito rural do Agroamigo presta orientação para o crédito e faz o seu acompanhamento. Em geral, o assessor de microcrédito tem origem na área de sua atuação, o que traz como vantagens conhecer as potencialidades econômicas locais, ter comprometimento com o desenvolvimento local, além de inspirar confiança na comunidade.

Assim, o Agroamigo tem como objetivo geral qualificar o atendimento aos agricultores familiares do Grupo B do PRONAF mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado. Nesse Programa, o Banco conta com a parceria do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Em 2012, teve início a operacionalização do Agroamigo Mais, que é a expansão do Agroamigo, o qual passou a atender, além dos agricultores familiares do Grupo B, os demais grupos de Pronaf, exceto os grupos A e A/C, por meio da metodologia de microcrédito rural orientado e acompanhado, em propostas de valor até R\$ 15 mil, considerando os seguintes aspectos:

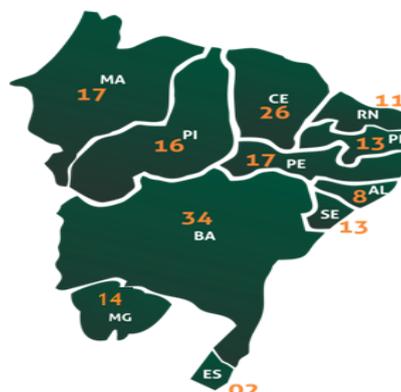
- ✓ Elevar a qualidade das propostas e planos simplificados de financiamentos Pronaf;
- ✓ Permitir a elevação da quantidade de financiamentos de custeio;
- ✓ Dar maior agilidade no processo de concessão do crédito;
- ✓ Permitir acompanhamento sistemático aos empreendimentos financiados;
- ✓ Expandir o atendimento à agricultura familiar, com melhoria qualitativa.
- ✓ Elevação da adimplência da carteira;
- ✓ Proporcionar elevação da renda e melhoria da qualidade de vida dos(as) agricultores(as) familiares e de suas famílias.

O Agroamigo esteve presente, no 1º semestre do ano de 2014, em 170 agências, atendendo a 1990 municípios do Nordeste brasileiro e Norte de Minas Gerais, contando com 893 Assessores de Microcrédito, todos

funcionários do Instituto Nordeste Cidadania (INEC), parceiro na operacionalização do Programa (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Agroamigo – Unidades de Atendimento

Estados Atendidos	11
Unidades de Atendimento	170
Municípios Atendidos	1.990
Coordenadores	167
Assistentes de Coordenação	253
Assessores de Crédito	893
Funcionários do Banco	55

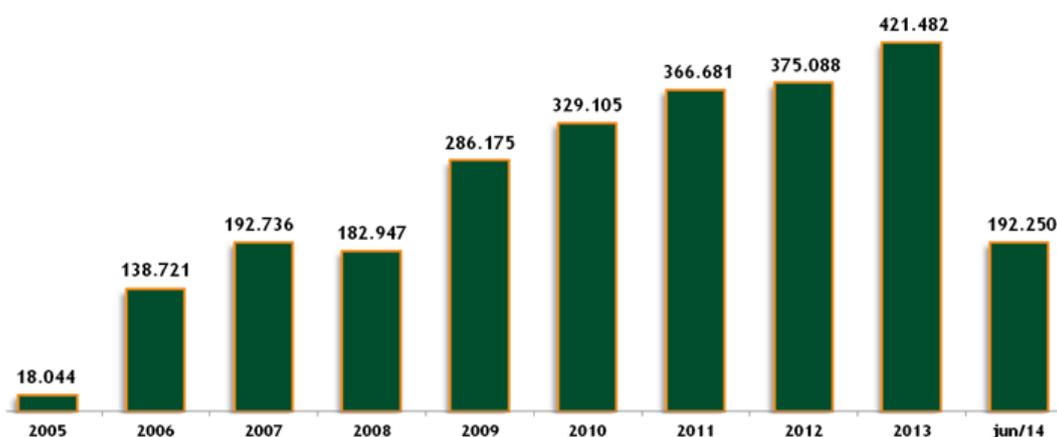


Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e agricultura Familiar

A concessão de crédito orientado, de forma gradativa e sequencial, possibilita a educação financeira e o fortalecimento econômico do cliente. Aliado a isto, foram simplificados os processos, objetivando promover uma maior velocidade na aprovação e liberação dos créditos, sem perder de vista os riscos inerentes à concessão de um financiamento.

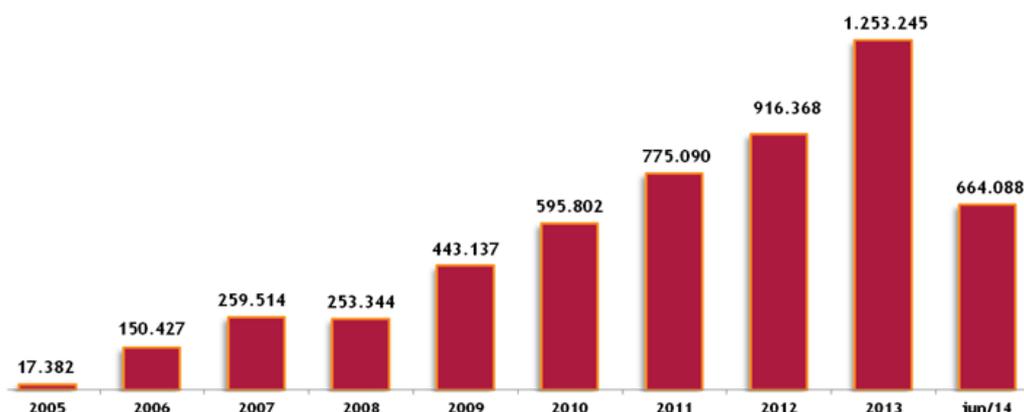
No primeiro semestre de 2014, considerando o Agroamigo Crescer e o Agroamigo Mais, o Programa contratou 192.250 mil operações em toda área de atuação do Banco, correspondendo a um montante de R\$ 664, 1 milhão (Gráficos 5 e 6), sendo que 66% dos financiamentos concedidos estão localizados na região semiárida.

Gráfico 5 – Agroamigo – Quantidade de Operações Contratadas por Ano



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

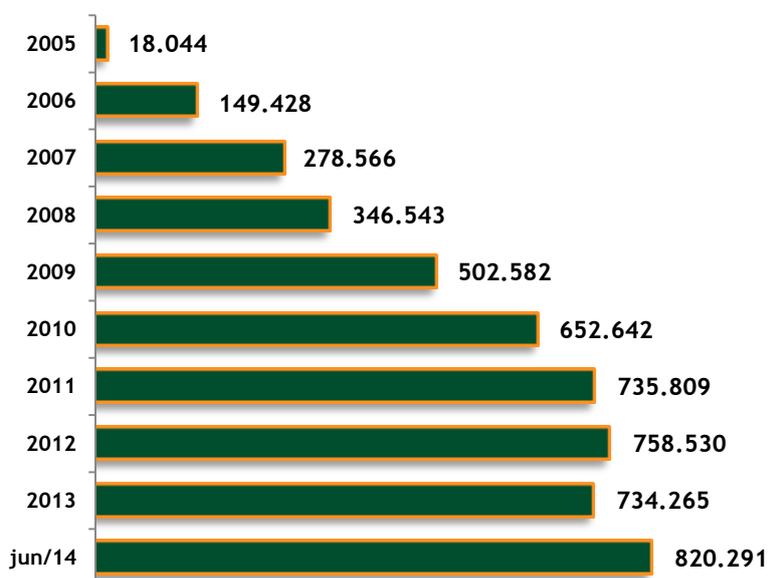
Gráfico 6 – Agroamigo – Valores Contratadas por Ano



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar

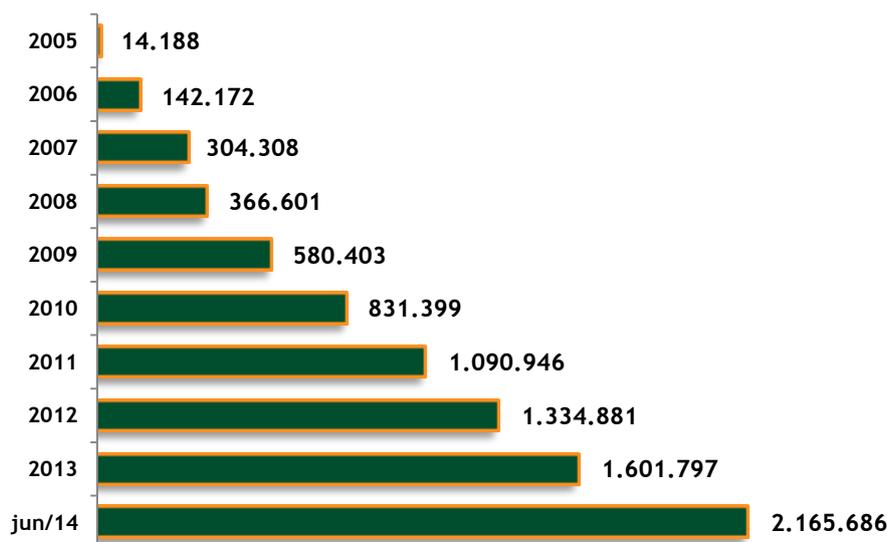
Na posição de 30 de junho de 2014, o Agroamigo (Crescer e Mais) detinha em sua carteira 820.291 clientes ativos e mais de R\$ 2,16 bilhões, conforme gráficos (Gráficos 7 e 8).

Gráfico 7 – Agroamigo – Número de Clientes Ativos



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

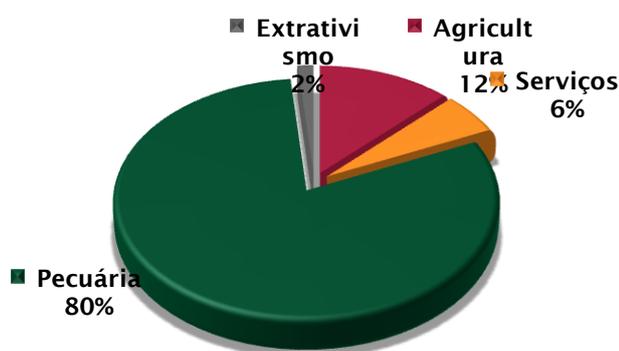
Gráfico 8 – Agroamigo – Carteira Ativa (R\$ Mil)



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar

Quanto à distribuição dos recursos por atividade econômica, a carteira ativa com posição em junho de 2014, apresenta a pecuária com 80% dos recursos do Agroamigo, seguido de agricultura (12%), serviços (6%) e extrativismo (2%) (Gráfico 9).

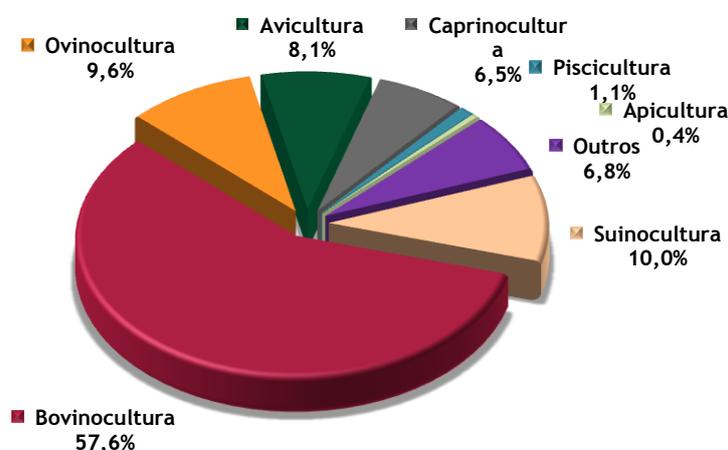
Gráfico 9 – Agroamigo – Distribuição por Setor – Junho 2014



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar

Esse fato pode ser explicado pela própria estrutura econômica da Região, bastante influenciada pela pecuária, em particular a bovinocultura. Quando se analisa o volume de recursos destinados à pecuária, verifica-se que 57,6% foram para bovinocultura. Contudo, há um estímulo à diversificação da carteira. Outras atividades contempladas são a suinocultura (10,0%), a ovinocultura (9,6%), a avicultura (8,1%) e a caprinocultura (6,5%) (Gráfico 10).

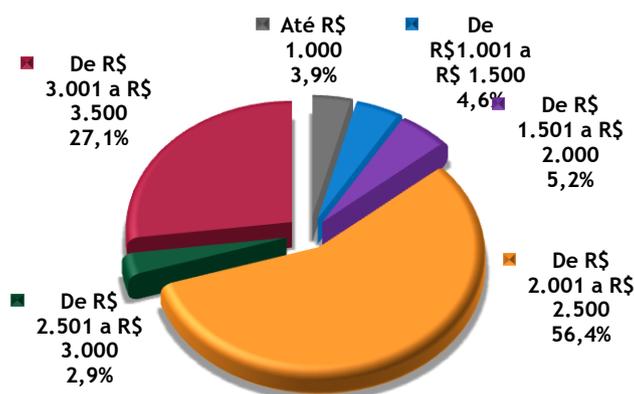
Gráfico 10 – Agroamigo – Distribuição por Atividade – Pecuária – 2014



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar

No que diz respeito aos valores financiados pelos clientes do Agroamigo (Crescer e Mais), a estratégia é a concessão de crédito gradual e sequencial, destacando-se que, para o Agroamigo Crescer, o maior percentual situa-se entre os valores de R\$ 2,0 mil e R\$ 2,5 mil, que representa 56,4% das operações contratadas (Gráfico 11).

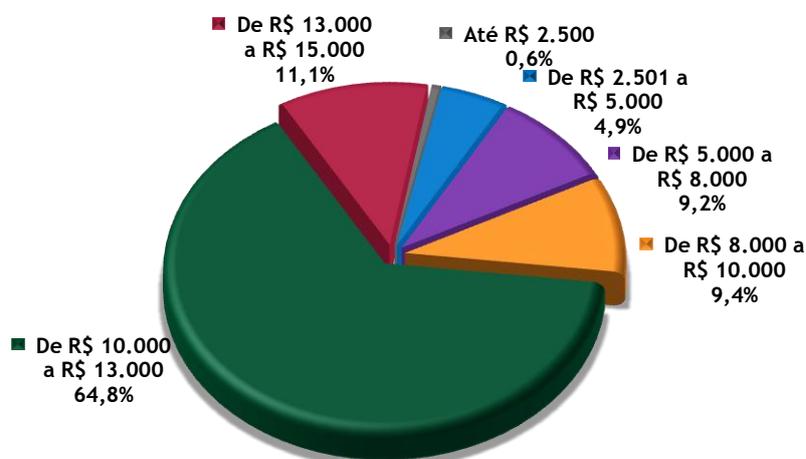
Gráfico 11 - Agroamigo Crescer – Distribuição por Faixa de Valor Financiado - Junho 2014



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar

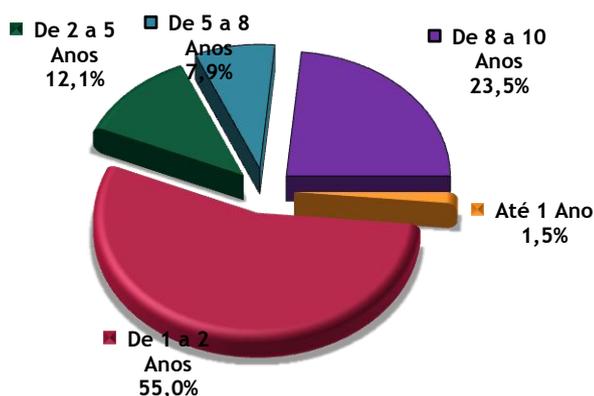
Considerando o Agroamigo Mais, 64,8% das operações contratadas (vide gráfico 12) situam-se na faixa de valores entre R\$ 10,0 mil e R\$ 13,0 mil.

Gráfico 12 - Agroamigo Mais – Distribuição por Faixa de Valor Financiado - Junho 2014



No que tange ao prazo de financiamento, 55% das operações do Agroamigo Crescer, possui prazo entre um e dois anos (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Agroamigo Crescer – Distribuição por Prazo Médio – Junho 2014



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar

Considerando o Agroamigo Mais, a faixa de prazo mais expressiva situa-se entre oito e dez anos (Gráfico 14).

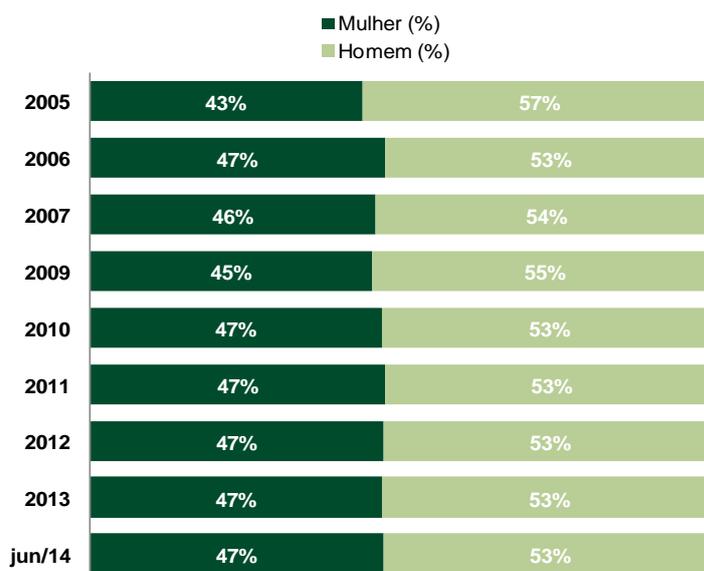
Gráfico 14 - Agroamigo Mais – Distribuição por Prazo Médio – Junho 2014



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar

Outra estratégia do Agroamigo é a política de inserção econômica do gênero. Em 2005, quando o Programa foi criado, o número de financiamentos com mulheres, em relação à carteira ativa representava 43%, enquanto que em junho de 2014 já somam 47%. Esta evolução pode ser observada no Gráfico 15. O percentual atual representa mais de 417 mil operações com mulheres desenvolvendo atividades produtivas.

Gráfico 15 – Distribuição da Carteira por Gênero



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar

No âmbito do Programa Brasil sem Miséria, lançado pelo Governo Federal, o Banco do Nordeste tem atuado por meio do Agroamigo, proporcionando atendimento aos beneficiários dos programas abaixo citados e de ações integradas com os mesmos, com o objetivo de contribuir para assegurar possibilidades de inclusão produtiva e social, bem como de se constituir uma oportunidade de crescimento e de diminuição da dependência em relação aos programas sociais do Governo:

- ⇒ Programa Bolsa Família, operacionalizado pelo MDS; e

⇒ Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, operacionalizado pelo MDA.

As ações realizadas no primeiro semestre de 2014 voltadas ao Agroamigo objetivaram divulgação do Programa, melhorias no atendimento aos clientes e capacitação da equipe, destacando-se:

- ✓ Realização do *Encontro de Coordenadores 2014*, com 352 participantes que discutiram resultados, desempenho, perspectivas do Programa e o Planejamento Estratégico para 2014, dentre outros temas;
- ✓ *Encontro de Monitores* para apresentar as perspectivas da monitoração, orientar a equipe para os novos desafios e mudanças, apresentar as semelhanças e diferenças do Agroamigo Crescer e Agroamigo Mais, além de visualizar e identificar o grau de alinhamento entre as diretrizes definidas e as ações realizadas no dia-a-dia;
- ✓ Realização de *Treinamento para Formação de Monitores*, com a participação de 24 monitores do Programa Agroamigo;
- ✓ Realização de treinamentos, envolvendo 1.120 participantes (*Treinamento do Agroamigo Mais*; *Treinamento de Formação de Assessor de Microcrédito Rural* e *Treinamento de Formação de Assessor Coordenador Rural*).
- ✓ Realização do *Fórum de Gestão do Agroamigo* para promover a discussão e a avaliação dos resultados operacionais e financeiros do Agroamigo, alcance das metas, difusão de práticas de sucesso adotadas nas unidades, promoção da integração e o alinhamento estratégico entre as equipes, mediante debates e divulgação de assuntos gerais de interesse do Agroamigo;
- ✓ Execução de 104 eventos nos municípios da área de atuação do Banco para regularização de dívidas, renovação de crédito, contratação de novas operações, atualização de dados cadastrais e capacitação de clientes;
- ✓ Concretização de 14 eventos de capacitação e prospecção de clientes com a participação de 1.320 agricultores familiares.

3.1.2 – Setor Agroindustrial

O Setor Agroindustrial é financiado pelos programas: Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (FNE- Agrin), Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas (FNE MPE) e Programa FNE Empreendedor Individual (FNE EI). No decorrer do primeiro semestre de 2014, foram contratados R\$ 12,9 milhões nesses programas, o que representou 0,3% do volume contratado pelo FNE no período (Tabela 19).

Dentre as atividades agroindustriais financiadas, a agroindústria de Laticínios absorveu quase metade (49,8%) dos recursos contratados no Setor. Esta atividade, juntamente com a agroindústria de produtos alimentícios (R\$ 1,5 milhão), com predominância na fabricação de molhos, temperos e condimentos em geral, foram responsáveis por 61,3% das contratações do Setor Agroindustrial (Tabela 19).

Tabela 19 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Agroindustrial – Primeiro Semestre de 2014

Atividades	Valores em R\$ Mil	
	Valor	% Setor
Abate e Prepar.Prod.Carne, Aves e Pescado	676	5,2
Bebidas e Fumo	128	1,0
Bubalinocultura(Bulfalo)	240	1,9
Fruticultura	521	4,0
Ind.Bebidas, Exceto Agroindustria	404	3,1
Ind.Prod.Alimenticios	1.490	11,5
Laticínios	6.458	49,8
Moagem e Benef.	399	3,1
Proces.Benef.Cana de acucar	150	1,2
Proces.Benef.Frutas e Hortalicas	999	7,7
Proces.Benef.Oleos e Gorduras Vegetais e Anim	29	0,2
Outras Atividades	1.477	11,4
Total	12.971	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Especificamente na região do semiárido nordestino, foram contratados no Setor Agroindustrial cerca de R\$ 5,0 milhões, o que representa 38,4% dos financiamentos realizados por esse setor e 0,4% do total contratado na região semiárida. (Tabelas 20 e 1.A).

No que se refere à quantidade de beneficiários, neste período, o Setor Agroindustrial beneficiou 60 empreendimentos, sendo 51 de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes, abrangendo 85,0% das agroindústrias financiadas (Tabela 37).

Para tais empreendimentos, foram destinados R\$ 5,9 milhões, perfazendo 45,2% do total das contratações do setor no período. Para os médios e grandes empreendimentos, destinaram-se R\$ 7,1 milhões, totalizando 54,8% das contratações do setor (Tabela 38).

Os contratos realizados com recursos do FNE no Setor Agroindustrial beneficiaram nove dos onze estados da área de atuação do FNE, em 41 municípios, que representam 2,1% dos municípios da área de atuação do Fundo (Tabela 40). Os estados da Bahia, do Espírito Santo, da Paraíba e do Rio Grande do Norte foram responsáveis por 87,8% do volume de recursos contratados, neste primeiro semestre de 2014 (Tabela 20).

Tabela 20 – FNE - Setor Agroindustrial – Contratações(1) Estaduais – Primeiro Semestre de 2014

Valores em R\$ Mil

Estado	Valor	%
Alagoas	-	-
Bahia	2.815	21,7
Ceará	90	0,7
Espírito Santo	2.850	22,0
Maranhão	481	3,7
Minas Gerais	-	-
Paraíba	3.609	27,8
Pernambuco	539	4,2
Piauí	440	3,4
Rio Grande do Norte	2.113	16,3
Sergipe	34	0,3
Total	12.971	100,0

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entenda-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

, Dentre as duas atividades mais financiadas nesse setor no período, os financiamentos de projetos agroindustriais de produtos alimentícios concentraram-se nos estados da Bahia e da Paraíba, enquanto que os projetos agroindustriais de laticínios foram financiados em sete dos nove estados, excetuando-se apenas os estados do Ceará e do Maranhão..

Como foi observado com relação à participação por setor, o Setor Rural continua preponderante no volume financiado pelo FNE, em torno de 40,7% do total de recursos contratados nesse primeiro semestre de 2014, constituindo potencial oferta para a Agroindústria regional. Analisando-se a redução do volume de recursos na agroindústria, no período em foco, relativamente ao primeiro semestre de 2013, evidencia-se a necessidade de adoção de políticas específicas de apoio ao crescimento desse importante setor da economia, como forma de agregar valor aos produtos primários regionais, resultado do financiamento de projetos de agricultura e pecuária.

3.1.3 – Setor Industrial

O Setor Industrial é financiado pelo Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (FNE Industrial), que tem por objetivo geral fomentar o desenvolvimento do Setor Industrial, promovendo a modernização, o aumento da competitividade, a ampliação da capacidade produtiva e a inserção internacional, de empreendimentos de pequeno-médio, médio e grande porte (BNB, 2013).

Vale ressaltar que também contribuem com as contratações desse Setor os seguintes programas especiais: Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental (FNE-Verde), Programa de Financiamento às

Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e ao Empreendedor Individual (FNE MPE) e Programa de Financiamento à Inovação (FNE Inovação).

No período referente ao primeiro semestre de 2014, o Setor Industrial contratou cerca de R\$ 1,0 bilhão, correspondendo a 25,4% das contratações totais do FNE no período (Tabela 21).

As contratações no segmento bens de consumo não duráveis destacaram-se, totalizando R\$ 607,5 milhões, com participação de 59,7% nas contratações desse setor e de 15,2% no total contratado no âmbito do FNE.

A atividade, destacadamente, com o maior volume de recursos contratados (49,5% do segmento) e 12,6% do FNE, nesse primeiro semestre de 2014, foi a indústria de bebidas. Essa dinâmica da indústria regional guarda sintonia com o comportamento da indústria nacional, decorrência do período da Copa do Mundo de Futebol, ocorrida no Brasil, nesse período.

Tabela 21 – FNE – Contratações⁽¹⁾ no Setor Industrial – Primeiro Semestre de 2014

Valores em R\$ Mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	607.521	59,7	15,2
Calçados	4.338	0,4	0,1
Produtos Alimentícios	40.555	4,0	1,0
Têxteis	11.345	1,1	0,3
Gráfica	13.867	1,4	0,4
Cosméticos	4.824	0,5	0,1
Celulose e Papel	1.245	0,1	0,0
Bebidas	503.479	49,5	12,6
Eleto-eletrônica	2.876	0,3	0,1
Vestuários e Acessórios	14.220	1,4	0,4
Ind.Prod.Farmacêuticos e Defensivos Agrícolas	8.203	0,8	0,2
Outras Atividades ⁽²⁾	2.569	0,3	0,1
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	323.278	31,8	8,1
Indústria Siderúrgica	81	0,0	-
Produtos Químicos	2.068	0,2	0,1
Produtos Plásticos	17.081	1,7	0,4
Tintas, Vernizes e Esmaltes	825	0,1	0,0
Minerais não Metálicos (Incluis Extr. Min. Não Metal.)	166.200	16,3	4,2
Metal-mecânica	112.809	11,1	2,8
Madeira, exceto Mobiliário	2.816	0,3	0,1
Extração de Minerais Metálicos	1.935	0,2	0,1
Produtos de Borracha	1.577	0,2	0,0
Resinas e Elastômeros	-	-	-
Outras Atividades ⁽³⁾	17.886	1,8	0,5
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS	86.085	8,5	2,2
Mobiliário	54.054	5,3	1,4
Edifícios e Obras de Eng. Civil	8.422	0,8	0,2
Ind. Adesivos, Selantes, Explosivos, Catalizadores	278	0,0	0,0
Ind. Transportes	4.861	0,5	0,1
Obras de Acabamento	-	-	-
Outros	18.470	1,8	0,5
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - FNE-VERDE	-	-	-
Total	1.016.884	100,0	25,4

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. **(2)** Outras Atividades referem-se à laticínios, Proces.Benef.Oleos e Gorduras Vegetais e Animais e Abate e Prepar.Prod.Carne, Aves e Pescado. **(3)** Outras Atividades referem-se à Ind.Combust.Nucleares, Refino Petroleo e álcool e Ind.Fibras, Fios, Cabos e Filamentos artificiais.

No que se refere às contratações no segmento de bens de consumo intermediário, as contratações concentraram-se principalmente nas indústrias de minerais não metálicos e metal-mecânica, registrando um valor de R\$ 279,0 milhões neste período, o que corresponde a 27,4% do total contratado no Setor Industrial e 7,0% dos valores contratados no âmbito do FNE. No segmento de bens de capital e de consumo duráveis, a indústria de mobiliário absorveu 62,8% do total de contratações do segmento, equivalente a 5,3% do setor e

1,4% do total contratado no âmbito do FNE, neste primeiro semestre de 2014 (Tabela 21).

A região semiárida foi beneficiada com R\$ 161,5 milhões dos recursos para o Setor Industrial, correspondendo a 15,9% das contratações desse Setor. Registre-se, ainda, que do total de recursos destinados ao semiárido, 11,6% foram direcionados ao financiamento de projetos nas indústrias de mobiliário e de produtos de minerais não metálicos que absorveram cerca de 51,0% dos valores aplicados nessa região climática, no âmbito do Programa FNE - Setor Industrial (Tabelas 21 e 1.A). No que se refere às contratações fora do semiárido, o Setor Industrial foi responsável por cerca de R\$ 855,4 milhões, o que representa 32,7% do total de recursos destinados à Região (Tabela 21 e 2.A).

Quanto ao volume de recursos nas contratações do Setor, a categoria de beneficiários de grande porte foi responsável pela contratação de 77,6% dos recursos do Setor (R\$ 789,3 milhões). Todavia, dos 1.258 empreendedores/empresas no Segmento Industrial contemplados com recursos do FNE no primeiro semestre de 2014, a maioria absoluta dos beneficiários (92,5%) situou-se nas categorias mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes (Tabela 37).

Os recursos do FNE para o Setor Industrial atenderam a todos os estados da área de atuação do FNE, beneficiando 350 municípios, o que representa 17,6% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 40). Nos estados de Pernambuco e do Piauí foram realizados investimentos equivalentes a 73,1% dos valores aplicados no Setor Industrial, no período em análise (Tabela 22). No Estado de Pernambuco foram financiados projetos notadamente da indústria de bebidas e da indústria de minerais não metálicos, que absorveram cerca de 89,9% dos valores aplicados no estado. No Estado do Piauí foram financiados predominantemente projetos da indústria metal-mecânica, no equivalente a 87,2% dos valores contratados no estado.

Tabela 22 – FNE – Setor Industrial – Contratações⁽¹⁾ Estaduais – Primeiro Semestre de 2014

Valores em R\$ Mil		
Estado	Valor	%
Alagoas	21.677	2,1
Bahia	75.374	7,4
Ceará	51.602	5,1
Espírito Santo	2.437	0,2
Maranhão	6.600	0,6
Minas Gerais	5.805	0,6
Paraíba	48.633	4,8
Pernambuco	628.602	61,8
Piauí	114.438	11,3
Rio Grande do Norte	36.352	3,6
Sergipe	25.364	2,5
Total	1.016.884	100,0

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.4 – Setor Turismo

O Setor Turismo é financiado pelo Programa de Apoio ao Turismo Regional (FNE Proatur), com o objetivo de integrar e fortalecer a cadeia produtiva do turismo, ensejando o aumento da oferta de empregos e o aproveitamento das potencialidades turísticas da Região, em bases sustentáveis (BNB, 2013). Além do FNE Proatur, o Setor Turismo conta, ainda, com o Programa de Financiamento às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e ao Empreendedor Individual (FNE-MPE).

Foi contratado no âmbito do referido Setor, no primeiro semestre de 2014, o montante de R\$ 86,4 milhões, representando 2,2% das contratações totais do FNE no período (Tabela 23).

A atividade relativa a meios de hospedagem (hotéis e pousadas), juntamente com alimentação e transportes absorveram 87,2% dos recursos desse Setor (R\$ 75,4 milhões), participação atribuída à característica de capital intensivo das atividades (Tabela 23). Observou-se um aumento de mais de 10% da participação dos segmentos de transportes e alimentação, no montante do valor aplicado no Setor Turismo, comparativamente ao mesmo período de 2013.

No primeiro semestre de 2014, foram realizadas 266 operações no Setor Turismo com recursos do FNE (Tabela 11).

Tabela 23 – FNE – Contratações⁽¹⁾ no Setor Turismo – Exercício de 2014

Valores em R\$ Mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
TURISMO	86.426	100,0	2,2
Hospedagem	48.703	56,4	1,2
Transportes	11.574	13,4	0,3
Alimentação	15.088	17,5	0,4
Entretenimento	1.072	1,2	0,0
Outras Atividades (1)	9.989	11,6	0,3
Total	86.426	100,0	2,2

Nota: (1) Artesanato e Transporte Turístico. **(5)** Incluindo a Extração de Minerais Não Metálicos.

Na região semiárida foram aplicados R\$ 28,3 milhões do FNE no Setor Turismo em 2014, correspondendo a 32,7% das contratações desse Setor. Registre-se, ainda, que do total de recursos destinados ao semiárido, o Setor Turismo corresponde a 2,0% (Tabela 1.A). Nessa região climática foram apoiados, notadamente, projetos de pousadas ou hotéis fazenda. No que se refere às contratações fora do semiárido para o Setor Turismo foram destinados cerca de R\$ 58,1 milhões, o que representa 67,3% do total desse Setor e 2,2% do total de recursos destinados à região fora do semiárido (Tabela 2.A). Nesta região geográfica os recursos foram aplicados, predominantemente, tal como na região semiárida, na atividade de meios de hospedagem.

Destaque-se em relação ao porte dos empreendimentos, que 95,5% dos beneficiários do FNE no Setor Turismo situaram-se nas categorias mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes (Tabela 37). O restante dos financiamentos atenderam apenas a empreendimentos de médio porte, não se registrando, nesse primeiro semestre de 2014 nenhum financiamento destinado a empreendimentos de grande porte no Setor Turismo.

Quanto ao volume de recursos nas contratações, a categoria de beneficiários de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes também absorveu a maior parte (60,7%) dos recursos aplicados (R\$ 52,5 milhões), conforme Tabela 38.

Para o Setor Turismo, o FNE beneficiou 117 municípios em dez estados de sua área de atuação, nesse primeiro semestre de 2014, excetuando-se apenas o estado do Espírito Santo (Tabela 40). O estado de Pernambuco recebeu a maior parcela dos recursos destinados ao Setor (21,7%) e, somados aos recursos destinados ao estado da Bahia e ao da Paraíba, representam 53,1% das contratações do FNE no Setor (Tabela 24).

Tabela 24 - FNE - Setor Turismo - Contratações ⁽¹⁾ Estaduais - 1º Semestre de 2014

Valores em R\$ mil		
Estado	Valor	%
Alagoas	11.860	13,7
Bahia	13.686	15,8
Ceará	10.778	12,5
Espírito Santo	-	-
Maranhão	4.787	5,5
Minas Gerais	163	0,2
Paraíba	13.466	15,6
Pernambuco	18.756	21,7
Piauí	1.940	2,2
Rio Grande do Norte	8.498	9,8
Sergipe	2.492	2,9
Total	86.426	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.5 – Setor Comércio e Serviços

O Setor Comércio e Serviços é financiado pelos programas de: Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços (FNE Comércio e Serviços), Financiamento à Sustentabilidade Ambiental (FNE Verde), Financiamento à Inovação (FNE Inovação) e Financiamento às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e ao Empreendedor Individual (FNE MPE).

No âmbito do Setor Comércio e Serviços foram contratados, no primeiro semestre de 2014, cerca de R\$ 1,3 bilhão, representando 31,5% do total do FNE (Tabela 25). Observou-se no período a contratação de 8.840 operações no Setor (Tabela 11). A grande demanda por recursos nesse segmento está relacionada com a importância do Setor Comércio e Serviços na economia do Nordeste, tanto no que se refere à geração de empregos quanto no que diz respeito ao valor adicionado à produção.

As atividades do segmento comercial e do segmento de serviços, nesse primeiro semestre de 2014, foram contratadas quase que de maneira equitativa. A principal atividade financiada no segmento comércio foi a relacionada ao comércio varejista, num montante de R\$ 540,4 milhões, o que equivale a 42,9% do Setor Comércio e Serviços. No segmento Serviços, a principal atividade financiada foi a relativa a imobiliárias e aluguéis (R\$ 205,2 milhões), destacando-se, ainda, às relacionadas a saúde e educação, que juntas representam 24,8% do que foi financiado no Setor Comércio e Serviços, neste período do ano (Tabela 25).

Tabela 25 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comércio e Serviços – Primeiro Semestre de 2014

Valores em R\$ Mil			
Atividade	Valor	% Setor	% FNE
COMÉRCIO	654.124	51,9	16,3
Comércio Varejista	540.382	42,9	13,5
Comércio Atacadista	83.677	6,6	2,1
Alimentação	23.292	1,9	0,6
Intermediários do Comércio	511	0,0	0,0
Outros	6.262	0,5	0,2
SERVIÇOS	605.435	48,1	15,1
Imobiliárias e Aluguéis	205.170	16,3	5,1
Saúde	55.144	4,4	1,4
Serv. Auxiliar à Indústria	-	-	-
Telecomunicações	1.818	0,1	0,1
Educação	51.958	4,1	1,3
Transporte Rodoviário	20.928	1,7	0,5
Reparação e conservação	7.309	0,6	0,2
Serviços Pessoais	12.949	1,0	0,3
Edifícios e Obras de Eng.Civil	24.428	1,9	0,6
Entretenimento e Lazer	1.181	0,1	0,0
Informática	1.677	0,1	0,0
Aluguel Máq. e Equipamento	15.113	1,2	0,4
Ativ. Aux. Transportes	65.189	5,2	1,6
Serv. Aux. Adm. Empresas	29.935	2,4	0,8
Outros	112.636	8,9	2,8
Total	1.259.559	100,0	31,5

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na distribuição dos recursos por região climática, o semiárido foi beneficiado com R\$ 414,1 milhões dos recursos do FNE no Setor Comércio e Serviços, correspondendo a quase 30% do total de recursos destinados ao semiárido, assim como 32,9% dos valores contratados pelo Setor (Tabelas 25 e 1A). Foram financiados, predominantemente, projetos na atividade de comércio varejista, nessa região climática, no período em foco.

No que se refere às contratações fora do semiárido, o mesmo Setor foi responsável por cerca de R\$ 845,4 milhões, representando 32,3% do total de recursos destinados à Região fora do semiárido (Tabela 25 e 2.A). Foram financiados, predominantemente, projetos na atividade de serviços médicos e veterinários e projetos relacionados às atividades educativas, no período em análise, nas regiões fora do semiárido.

Vale ressaltar que na área de abrangência do FNE, as capitais dos estados e os municípios polos ou pertencentes às regiões metropolitanas são os maiores demandantes de recursos deste Setor, e situam-se fora do semiárido, o que justifica a diferença percentual de contratações entre as duas regiões.

Em relação ao porte dos empreendimentos beneficiados (Tabela 38), 60,0% do volume de contratações no Setor Comércio e Serviços, ou seja, R\$ 755,3 milhões, foram destinados a empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes, beneficiando 8.586 clientes. Estes correspondem a 97,1% do total de clientes atendidos pelo FNE Comércio e Serviços (Tabela 37). Os empreendimentos de médio e grande portes foram beneficiados com R\$ 504,2 milhões (Tabela 38).

Tradicionalmente, o Setor de Comércio no Nordeste brasileiro é marcado pelos empreendimentos de menor porte, daí a importância de financiamento ao Setor como medida para reduzir a concentração de recursos, dinamizando a economia, principalmente nos pequenos municípios.

Em relação à distribuição espacial, foram financiados pelo FNE projetos, no âmbito do Setor Comércio e Serviços, nos onze estados da área de atuação do Fundo, atendendo a 1.053 municípios, o que representa uma abrangência de 52,9% do total de municípios da referida área de atuação (Tabela 40). Nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão e Sergipe foram contratados 62,3% dos recursos destinados ao Setor, no primeiro semestre de 2014 (Tabela 26).

Tabela 26 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Estado nos Setores Comércio e Serviços – Primeiro Semestre de 2014

Valores em R\$ Mil				
Estado	Quantidade	%	Valor	%

Alagoas	290	3,3	81.350	6,5
Bahia	1.415	16,0	335.049	26,6
Ceará	1.868	21,1	178.768	14,2
Espírito Santo	103	1,2	8.902	0,7
Maranhão	809	9,2	152.851	12,1
Minas Gerais	483	5,5	40.070	3,2
Paraíba	720	8,1	60.696	4,8
Pernambuco	1.046	11,8	109.426	8,7
Piauí	633	7,2	81.803	6,5
Rio Grande do Norte	1.011	11,4	92.140	7,3
Sergipe	462	5,2	118.504	9,4
Total	8.840	100,0	1.259.559	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.6 – Setor Infraestrutura

O Setor Infraestrutura é financiado pelos seguintes programas: Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (FNE Proinfra) e Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental (FNE-Verde).

Neste primeiro semestre de 2014, não foram financiados projetos de infraestrutura. Para cumprir a diretriz do Governo Federal, no sentido de apoiar prioritariamente o segmento de pequenos e médios empreendimentos, o BNB vem, gradativamente, reduzindo os financiamentos neste Setor de Infraestrutura, pois, por sua característica, requerem um substancial volume de recursos para financiamento de empreendimentos de grande porte.

3.2 – Valores Programados e Valores Realizados

No primeiro semestre de 2014, foram contratados aproximadamente R\$ 4,0 bilhões no âmbito do FNE, o que corresponde a 30,6% do montante projetado para o exercício deste ano (Tabela 27).

Por unidade da federação, merecem destaque as contratações em Pernambuco que, neste período, alcançaram 47,0% do volume de recursos programados para este estado no exercício de 2014. Os demais estados apresentaram valores de contratação dentro da estimativa da programação. Por outro lado, os estados do Ceará e Espírito Santo apresentaram as menores relações contratado/programado, com percentuais abaixo de 20,0% (Tabela 28).

Tabela 27 – FNE – Valores Programados e Realizados por Estado – Primeiro Semestre de 2014

UF	Programação (A)	Valores em R\$ Mil	
		Contratações ⁽¹⁾ (B)	% B/A
Pernambuco	1.885.000	885.912	47,0
Piauí	1.150.000	453.530	39,4
Sergipe	590.000	224.365	38,0
Maranhão	1.260.000	426.706	33,9
Bahia	2.860.000	825.780	28,9
Alagoas	615.000	173.704	28,2
Paraíba	810.000	207.124	25,6
Minas Gerais	700.000	175.024	25,0
Rio Grande do Norte	905.000	200.098	22,1
Ceará	2.005.000	395.506	19,7
Espírito Santo	320.000	36.016	11,3
Total	13.100.000	4.003.765	30,6

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

As contratações realizadas no âmbito dos setores econômicos, no primeiro semestre de 2014, tiveram seu maior percentual atingido pelo setor rural, com 36,2% da meta definida para o exercício de 2014. (Tabela 28).

Tabela 28 – FNE – Valores Programados e Realizados por Setor – Primeiro Semestre de 2014

UF	Programação (A)	Valores em R\$ Mil	
		Contratações ⁽¹⁾ (B)	% B/A

Rural	4.500.000	1.627.925	36,2
Agroindustrial	305.000	12.971	4,3
Industrial	2.920.000	1.016.884	34,8
Turismo	1.015.000	86.426	8,5
Infraestrutura	430.000	-	0,0
Comercial e Serviços	3.930.000	1.259.559	32,0
Total	13.100.000	4.003.765	30,6

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na perspectiva das mesorregiões constantes da PNDR, observou-se que, no período sob análise, as contratações alcançaram 46,4% do valor programado para o exercício. Merecem destaque a Chapada do Araripe, o Xingó e a mesorregião do Seridó que alcançaram respectivamente 66,0%, 65,3% e 64,6% do volume de recursos projetados para o exercício de 2014 em cada região (Tabela 29).

Na Chapada do Araripe os recursos beneficiaram principalmente o município de Juazeiro do Norte (CE), onde foram contratados R\$ 28,6 milhões em 407 operações, sendo a atividade mais representativa o comércio varejista⁷. No Xingó, o município de Nossa Senhora da Glória foi o mais beneficiado, com contratações de R\$ 24,7 milhões em 371 operações voltadas principalmente para o comércio varejista⁸. No Seridó, sobressaiu-se o município de Currais Novos, com contratações de R\$ 27,5 milhões em 160 operações, que beneficiaram em sua maior parte a indústria de produtos minerais não metálicos⁹.

Do montante financiado nas três mesorregiões citadas (R\$ 365,4 milhões), mais da metade dos recursos (56,3%, equivalentes a R\$ 205,9,2 milhões) foram destinados a três atividades: comércio varejista, bovinocultura e grãos, com representatividade de 22,7%, 18,7% e 14,9%, respectivamente¹⁰.

Tabela 29 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ nas Mesorregiões PNDR⁽²⁾ – Primeiro Semestre de 2014

Mesorregiões	Valores em R\$ Mil		
	Programado (A)	Realizado (B)	% (B/A)
Águas Emendadas	32.500	9.368	28,8

⁷ Base do Ativo do BNB.

⁸ Base do Ativo do BNB.

⁹ Base do Ativo do BNB.

¹⁰ Base do Ativo do BNB.

Bico do Papagaio	165.000	44.095	26,7
Chapada das Mangabeiras	520.000	196.853	37,9
Chapada do Araripe	230.000	151.896	66,0
Seridó	98.000	63.339	64,6
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	297.500	114.800	38,6
Xingo	230.000	150.152	65,3
Total	1.573.000	730.503	46,4

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3 – Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE

3.3.1 – Contratações por Estado

As contratações no primeiro semestre de 2014 totalizaram R\$ 4,0 bilhões, representando um decréscimo em torno de 36,5% em relação ao valor de R\$ 6,3 bilhões, contratado no primeiro semestre de 2013. Vale lembrar que, como comentado na introdução deste relatório, o volume de contratações no primeiro semestre de 2013 foi atípico, quando comparado com o de anos anteriores (2010, R\$ 3,5 bilhões; 2011, R\$ 4,5 bilhões; e 2012, R\$ 2,9 bilhões). Entre o primeiro semestre de 2012 e o mesmo período de 2013 houve forte crescimento de 61,5% em virtude de importantes aumentos nas contratações dos setores Rural, Industrial e Comércio e Serviços.

Os valores mais expressivos foram aplicados nos seguintes estados: Pernambuco (R\$ 885,9 milhões), Bahia (R\$ 825,8 milhões), Piauí (R\$ 453,5 milhões) e Maranhão (R\$ 426,7 milhões) (Tabela 30). Em conjunto, esses estados aplicaram 64,7% do volume total de contratações no período em análise.

Tabela 30 – FNE – Contratações e Demanda de Recursos por Estado – Primeiro Semestre de 2014

Valores em R\$ Mil					
Estado	Contratações ⁽¹⁾	%	Propostas em Carteira ⁽²⁾	Demanda Total	%

Alagoas	173.704	4,3	242.625	416.329	6,2
Bahia	825.780	20,6	910.286	1.736.066	25,6
Ceará	395.506	9,9	352.616	748.122	11,1
Espírito Santo	36.016	0,9	145.978	181.994	2,7
Maranhão	426.706	10,7	258.502	685.208	10,1
Minas Gerais	175.024	4,4	116.018	291.042	4,3
Paraíba	207.124	5,2	24.693	231.817	3,4
Pernambuco	885.912	22,1	399.436	1.285.348	19,0
Piauí	453.530	11,3	204.440	657.970	9,7
Rio Grande do Norte	200.098	5,0	59.706	259.804	3,8
Sergipe	224.365	5,6	53.864	278.229	4,1
Total	4.003.765	100,0	2.768.164	6.771.929	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

As propostas em carteira totalizaram R\$ 2,8 bilhões no final do primeiro semestre de 2014, praticamente o mesmo valor observado no mesmo período de 2013. Os maiores volumes em carteira ficaram com os estados da Bahia (R\$ 910,3 milhões), Pernambuco (R\$ 399,4 milhões) e Ceará (R\$ 352,6 milhões), conforme a Tabela 30.

A demanda total de recursos pelos estados no primeiro semestre de 2014 (R\$ 6,8 bilhões) apresentou redução de 25,3% sobre a demanda total do primeiro semestre de 2013 (R\$ 9,1 bilhões). A queda foi devida ao volume das contratações no primeiro semestre de 2013 que elevou substancialmente a base de comparação entre os anos. As maiores demandas foram dos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão e juntos resumem 65,8% da demanda total por recursos do FNE, de acordo com a Tabela 30.

Em relação aos percentuais de participação dos estados no total das contratações do FNE, no primeiro semestre de 2014, verifica-se que apenas duas unidades federativas não atingiram o piso mínimo de 4,5% do total de contratações do Fundo: Alagoas, com 4,3%, e Minas Gerais, com 4,4%. O estado do Espírito Santo que apresenta, neste primeiro semestre de 2014, 0,9% das contratações não está compreendido no limite mínimo estabelecido (MI, 2013). No que tange ao limite máximo, observa-se que, a exemplo de anos anteriores, nenhum estado obteve volume de contratações superior a 30,0%, conforme recomendações internas do BNB (Tabela 31).

Considerando-se o período acumulado de 1989 ao primeiro semestre de 2014, todos os estados atingiram o piso mínimo de 4,5%. Nesse período, os estados que mais receberam recursos do FNE foram Bahia (R\$ 35,1 bilhões), Ceará (R\$ 22,0 bilhões), Pernambuco (R\$ 20,1 bilhões) e Maranhão (R\$ 15,1 bilhões) que, em conjunto, foram responsáveis por 65,2% do total dos valores contratados. À medida que a base econômica dos demais estados da Região cresce, os recursos do FNE passam a ser distribuídos de forma mais equitativa na área de atuação do FNE (Tabela 31).

Tabela 31 – FNE – Contratações⁽¹⁾ Acumuladas por Estado – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2014

Valores em R\$ Mil

Estado	Valor ⁽²⁾	%
Alagoas	6.874.777	4,9
Bahia	35.096.780	24,8
Ceará	21.982.059	15,5
Espírito Santo	1.566.506	1,1
Maranhão	15.153.186	10,7
Minas Gerais	6.994.707	4,9
Paraíba	7.966.276	5,6
Pernambuco	20.138.369	14,2
Piauí	10.182.606	7,2
Rio Grande do Norte	9.225.049	6,5
Sergipe	6.560.895	4,6
Total	141.741.211	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 30.06.2012. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2014.

O número de beneficiários do FNE totalizou 620,9 mil no primeiro semestre de 2014, registrando redução de 19,3% em relação ao número de beneficiários no primeiro semestre de 2013. O estado com o maior número de beneficiários foi a Bahia (131,3 mil), seguido do Ceará (85,7 mil), Pernambuco (72,4 mil) e Minas Gerais (67,1 mil) (Tabela 32).

Tabela 32 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Relação ao Número de Beneficiários – Primeiro Semestre de 2014

Estado	Contratações (R\$ mil)	Nº. de Beneficiários	Distribuição do Crédito	
			R\$/Benef.	Ordem
Alagoas	173.704	36.483	4.761,23	8
Bahia	825.780	131.284	6.290,03	4

Ceará	395.506	85.740	4.612,85	7
Espírito Santo	36.016	599	60.126,88	1
Maranhão	426.706	56.622	7.536,05	3
Minas Gerais	175.024	65.070	2.689,78	11
Paraíba	207.124	53.563	3.866,92	10
Pernambuco	885.912	72.370	12.241,43	2
Piauí	453.530	58.061	7.811,27	9
Rio Grande do Norte	200.098	35.004	5.716,43	5
Sergipe	224.365	26.066	8.607,57	6
Total	4.003.765	620.862	6.448,72	-

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Com relação à distribuição de crédito, o valor médio contratado por beneficiário no primeiro semestre de 2014 foi de R\$ 6.448,72, valor 21,0% inferior àquele do primeiro semestre de 2013 (R\$ 8.160,43), demonstrando tendência à desconcentração de recursos por beneficiário, e retorno à relação observada no primeiro semestre de anos anteriores (R\$ 6,6 mil em 2010; R\$ 7,4 mil em 2011 e R\$ 6,5 mil em 2012). A maior relação crédito por beneficiário foi observada no estado do Espírito Santo (R\$ 60.126,88) cujo valor ficou muito acima da média dos outros estados (Tabela 32).

Considerando-se toda a área de atuação do FNE, a relação valor contratado por residente registra a importância de R\$ 67,18 por habitante, inferior aos R\$ 82,40 por habitante, no mesmo período de 2013. O Piauí apresentou a relação mais elevada, equivalente a R\$ 142,43/habitante, seguido pelos estados da Sergipe (R\$ 102,19/habitante) e Pernambuco (R\$ 96,21/habitante) (Tabela 33).

Tabela 33 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Relação à População Residente – Primeiro Semestre de 2014

Estado	Valor Contratado (R\$ Mil)	População (Mil Hab.)	Valor Contratado/População	
			R\$/Hab.	Ordem
Alagoas	173.704	3.301	52,62	9
Bahia	825.780	15.044	54,89	7

Ceará	395.506	8.779	45,05	10
Espírito Santo	36.016	911	39,52	11
Maranhão	426.706	6.794	62,80	4
Minas Gerais	175.024	2.889	60,58	5
Paraíba	207.124	3.914	52,91	8
Pernambuco	885.912	9.209	96,21	3
Piauí	453.530	3.184	142,43	1
Rio Grande do Norte	200.098	3.374	59,31	6
Sergipe	224.365	2.196	102,19	2
Total	4.003.765	59.595	67,18	-

Fontes: 1 - BNB/Ambiente de Controle de Operações de Crédito; 2 - IBGE/Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2013..

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Para avaliar o grau de importância do FNE para as economias estaduais, a Tabela 35 apresenta a comparação entre as riquezas geradas por cada unidade federativa e o valor contratado com recursos do FNE. No setor primário, o FNE – Setor Rural representou aproximadamente 3,6% do PIB desse setor, gerado nos estados da área de atuação do FNE. Os estados em que o Fundo obteve maior relevância, em relação ao desempenho do setor primário foram Piauí e Sergipe, em torno de 13,1% e 7,9%, respectivamente. No restante dos estados, exceto Espírito Santo, a relação contratações no Setor Rural por PIB Rural ficou entre 2,7% e 4,7%. No caso do Espírito Santo, a mais baixa entre todos os estados, essa relação ficou em 0,7% (Tabela 34).

Tabela 34 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Relação ao PIB dos Estados – Primeiro Semestre de 2014

Estado	FNE Setor Rural/PIB Setor Primário ⁽⁴⁾		FNE Setor Industrial/PIB Setor Secundário ⁽⁴⁾	
	%	Ordem	%	Ordem
Alagoas	3,1	9	0,3	6
Bahia	3,2	7	0,2	8
Ceará	3,6	5	0,3	7
Espírito Santo ⁽²⁾	0,7	11	0,1	11
Maranhão	2,7	10	0,1	10
Minas Gerais ⁽³⁾	3,2	8	0,1	9
Paraíba	4,7	3	0,6	3
Pernambuco	3,5	6	2,5	1
Piauí	13,1	1	2,4	2
Rio Grande do Norte	4,3	4	0,4	4
Sergipe	7,9	2	0,3	5
Total	3,6	-	0,7	-

Fonte: Fontes: 1 - BNB/Ambiente de Controle de Operações de Crédito; 2 - IBGE/Produto Interno Bruto dos Municípios 2011.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Os PIBs Rural e Industrial do Norte do Espírito Santo correspondem à soma dos municípios da área de atuação do FNE. (3) Os PIBs Rural e Industrial do Norte de Minas Gerais correspondem à soma dos municípios da área de atuação do FNE; (4) O PIB setorial corresponde ao Valor Adicionado Bruto de 2011 atualizado para Junho de 2014 pelo IGP-DI da FGV.

No setor secundário, a importância relativa do FNE Setor Industrial sobre o PIB do Setor Secundário foi de 0,7%, com participações mais expressivas apresentadas pelos estados de Pernambuco (2,5%), Piauí (2,4%) e Paraíba (0,6%) (Tabela 34).

3.3.2 – Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido

A área de atuação do FNE não incluía as regiões mineiras do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha e, ainda, o Norte do Espírito Santo que foram incorporadas em 1999. Observa-se que essa unidade da federação, bem como alguns dos municípios do estado de Minas Gerais que compõem os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha estão localizados fora do semiárido, o que ocasionou uma ampliação na relação dessa zona climática e a área de atuação total do FNE, impactando o cumprimento do limite mínimo estabelecido para aplicações no semiárido.

O BNB atende ao dispositivo legal que estabelece a obrigatoriedade de aplicação mínima no semiárido de 50,0% dos ingressos de recursos para o FNE (R\$ 3,3 bilhões), apresentando-se essa relação em 42,5% (Tabelas 14 e 35), neste primeiro semestre de 2014.

No primeiro semestre de 2014, o FNE aplicou cerca de R\$ 1,4 bilhão na região do semiárido nordestino, 34,7% dos valores contratados por meio do Fundo. Aproximadamente 620,9 mil pessoas e empresas foram favorecidas

com recursos do FNE nesse espaço territorial, equivalendo a 66,9% do total de beneficiários do Fundo, no período em análise (Tabela 35).

Tabela 35 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Região – Primeiro Semestre de 2014
Valores em R\$ Mil

Região	Nº de Beneficiários	%	Valor	%
Semiárido	415.478	66,9	1.389.732	34,7
Fora do Semiárido	205.384	33,1	2.614.033	65,3
Total	620.862	100,0	4.003.765	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3.2.1 – Ações Desenvolvidas para Incremento das Aplicações no Semiárido

O Banco do Nordeste, ao longo de sua história, tem implementado continuamente ações voltadas ao atendimento das necessidades e especificidades do semiárido brasileiro. Nos últimos anos, considerando as dificuldades decorrentes principalmente da seca, que assola a região pelo terceiro ano consecutivo, além de outras decorrentes de questões conjunturais, a estratégia institucional para estimular a economia do semiárido precisou ser fortalecida em diversos aspectos, destacando-se o que se expõe a seguir.

Inicialmente, deve-se considerar a própria Programação do FNE 2014, elaborada pelo Banco do Nordeste com a participação e contribuições da Sudene, do Ministério da Integração Nacional, dos governos estaduais, de entidades do setor produtivo e do terceiro setor. Essa programação é o instrumento normativo e de planejamento, direcionador dos recursos desse fundo constitucional.

A Programação do FNE 2014 prevê a aplicação de R\$ 4,1 bilhões na região do semiárido, valor correspondente a 60% dos recursos previstos para ingresso no FNE durante o ano (de R\$ 6,8 bilhões). Essa meta de financiamentos reflete-se no Programa de Ação do Banco e desdobra-se em metas de aplicações para as nove superintendências estaduais que atuam no semiárido, estimulando a ampliação dos esforços das diversas unidades do Banco para aplicação de recursos do FNE nesse subespaço regional.

Para estimular os financiamentos nesta sub-região, projetos que venham a se localizar no semiárido continuam sendo considerados, para efeito de

aplicação do FNE, como de *alta relevância e estruturantes*, podendo usufruir de maiores limites de financiamento e prazos mais longos para pagamento.

O Banco do Nordeste, com o objetivo de estar mais próximo dos agentes econômicos regionais, ampliou o número de agências em sua área de atuação. No primeiro semestre de 2014, foram inauguradas 41 agências, das quais 24 situam-se no semiárido.

Além do apoio fixo das agências bancárias, merece destaque também a quantidade de eventos FNE Itinerante realizados de janeiro a junho de 2014. De um total de 63 eventos realizados, 39 foram no semiárido, ou seja, 62% do total. O FNE Itinerante consiste em evento de divulgação das possibilidades de financiamento com recursos do FNE e de prestação de serviços bancários em municípios menos dinâmicos que ainda não possuem agências do Banco do Nordeste.

A Agência Itinerante é outro evento promovido pelo Banco, no esforço de diversificar os canais de atendimento, facilitando aos clientes a efetivação e prospecção de negócios e diminuindo a distância entre o Banco e seus clientes. Durante esses eventos, são prestados muitos dos serviços disponíveis nas agências físicas como, por exemplo, cadastramento de clientes, recebimento de propostas de crédito, recebimento de documentos referentes a propostas de crédito já em andamento, esclarecimentos sobre renegociação de dívidas, entre outros. Somente no primeiro semestre de 2014, foram realizadas 343 Agências Itinerantes por 44 das agências do Banco localizadas no semiárido.

Vale ressaltar também a mobilização de 7.650 pessoas nos eventos do Dia da Agricultura Familiar realizados nos municípios de Feira de Santana-BA, Oeiras-PI e Arapiraca-AL. Trata-se de um encontro de abrangência microrregional, organizado pelo Banco do Nordeste, com vistas a mobilizar agricultores familiares para participação em feiras, palestras informativas sobre linhas de financiamento e programas governamentais, ações de atendimento bancário, contratações de crédito, renegociação de dívidas, além de outros diversos serviços ofertados por ocasião desses encontros.

O Banco também organiza e/ou participa, constantemente, de reuniões e eventos voltados à busca de soluções para os problemas econômicos, sociais e climáticos que dificultam o processo de desenvolvimento do semiárido. Nessas oportunidades, o Banco do Nordeste integra sua ação creditícia à sua atuação supletiva de instituição financeira de desenvolvimento, articulando parcerias com outras instituições para complementação de esforços em prol do desenvolvimento regional.

Como resultado das estratégias adotadas e apesar de todas as dificuldades climáticas e conjunturais, o Banco do Nordeste realizou 142,18 mil operações de crédito com recursos do FNE, totalizando R\$ 1,39 bilhão, durante os seis primeiros meses de 2014.

3.3.3 – Contratações por Porte de Beneficiário

As ações do BNB estão pautadas pelo apoio prioritário aos empreendedores de micro, mini e pequenos negócios, com financiamento a programas de conteúdo tecnológico capazes de prover sustentabilidade econômica às suas atividades. Contudo, faz-se necessário considerar o potencial de alavancagem de negócios das empresas de médio e grande portes para os pequenos empreendimentos.

Nesse contexto, os empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes receberam 40,4% do total de contratações do FNE, o que equivale a R\$ 57,3 bilhões, no período de 1989 ao primeiro semestre de 2014. O somatório de contratações para clientes de médio porte alcançou cerca de R\$ 18,6 bilhões, ou seja, 13,1% do total contratado pelo Fundo. Os clientes de grande porte receberam R\$ 65,8 bilhões, o equivalente a 46,4% do total de contratações do FNE, no mesmo período (Tabela 36).

Tabela 36 – FNE – Contratações⁽¹⁾ Acumuladas por Porte de Beneficiários – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2014

Porte	Valor ⁽²⁾	Valores em R\$ Mil	
			%
Mini/Micro	49.457.224		34,9
Pequeno	5.281.922		3,7
Pequeno/Médio	2.567.403		1,8
Médio	18.628.947		13,1
Grande	65.805.716		46,4
Total	141.741.211		100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 30.06.2012. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2014.

Os empreendedores de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes predominaram em todos os setores atendidos pelo FNE, no primeiro semestre de 2014, em termos de quantidade de beneficiários.

Em termos absolutos, a maior quantidade de beneficiários do FNE se verificou no Setor Rural (610,4 mil), no qual quase a totalidade dos

beneficiários pertence às categorias de mini/micro, pequeno e pequeno– médio portes (Tabela 37).

Os beneficiários de médio e grande portes não tiveram participação significativa no total de beneficiários atendidos pelo FNE (Tabela 37).

Tabela 37 – FNE – Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 2014

Porte	Rural		Agroindustrial		Industrial		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini/Micro	607.212	99,5	12	20,0	247	19,6	86	32,3	-	-	2.616	29,6	610.173	98,3
Pequeno	2.636	0,4	29	48,3	808	64,2	148	55,6	-	-	5.455	61,7	9.076	1,5
Pequeno/Médio	442	0,1	10	16,7	109	8,7	20	7,5	-	-	515	5,8	1.096	0,2
Médio	136	0,0	8	13,3	69	5,5	12	4,5	-	-	227	2,6	452	0,1
Grande	12	-	1	1,7	25	2,0	-	-	-	-	27	0,3	65	0,0
Total	610.438	100,0	60	100,0	1.258	100,0	266	100,0	-	-	8.840	100,0	620.862	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Quanto aos valores contratados, 58,9% dos recursos do FNE foram destinados aos mini/micro, pequenos e pequeno-médios produtores, no primeiro semestre de 2014, perfazendo um total de R\$ 2,4 bilhões, apresentando redução de 14,3%, quando comparado ao mesmo período de 2013 (R\$ 2,8 bilhões). Os valores para estes portes de empreendedores foram mais expressivos nos setores Rural (R\$ 1,4 bilhão) e Comércio e Serviços (R\$ 755,3 milhões), conforme a Tabela 38.

Os produtores de porte médio, no primeiro semestre de 2014, obtiveram recursos da ordem de R\$ 531,2 milhões, com redução de 39,7% no volume de recursos, em relação ao primeiro semestre de 2013 (R\$ 881,0 milhões). A participação dos produtores de grande porte no volume de recursos contratados foi de 27,8% no primeiro semestre de 2014 (Tabela 38), com redução de 13,6 pontos percentuais quando comparado ao primeiro semestre de 2013 (41,4%).

Diante do exposto, pode-se observar que entre o primeiro semestre de 2013 e o mesmo período de 2014 houve um aumento na participação das contratações para os empreendedores de mini/micro, pequenos e pequeno-médios de 44,6% para 58,9%, crescimento de 14,3 pontos percentuais, retomando, assim, o nível observado no primeiro semestre de 2012 (59,2%). Grande parte deste incremento foi possível a partir da redução da concentração das contratações no grande porte, que também retornou ao mesmo nível do primeiro semestre de 2012 (22,7%).

Tabela 38 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Porte dos Beneficiários e Setor – Primeiro Semestre de 2014

Valores em R\$ Mil

Porte	Rural		Agro-industrial		Indústria		Turismo		Infra-estrutura		Comércio e Serviços		Total	
		%		%		%		%		%		%		%
Mini/Micro	1.003.955	61,7	781	6,0	21.543	2,1	5.118	5,9	-	-	99.122	7,9	1.130.519	28,2
Pequeno	192.930	11,9	3.343	25,8	121.271	11,9	34.452	39,9	-	-	551.021	43,8	903.017	22,6
Pequeno/ Médio	168.136	10,3	1.742	13,4	36.406	3,6	12.924	15,0	-	-	105.193	8,4	324.401	8,1
Médio	141.023	8,7	5.628	43,4	48.330	4,8	33.932	39,3	-	-	302.281	24,0	531.194	13,3
Grande	121.881	7,5	1.477	11,4	789.334	77,6	-	-	-	-	201.942	16,0	1.114.634	27,8
Total	1.627.925	100,0	12.971	100,0	1.016.884	100,0	86.426	100,0	-	-	1.259.559	100,0	4.003.765	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3.4 – Municípios Atendidos pelo FNE

A área de abrangência do FNE é composta por 1.990 municípios. Destes, 1.972 foram atendidos com operações do FNE durante o primeiro semestre de 2014, representando 99,1% dos municípios atendidos pelo Fundo. Os estados de Alagoas, Ceará, Paraíba e Sergipe tiveram, nesse período, todos os municípios atendidos pelo FNE e os demais estados, exceto Espírito Santo, tiveram mais de 97,0% de seus municípios atendidos (Tabela 39).

Tabela 39 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2014

Estado	Nº de Municípios da Área de Atuação do FNE (A)	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE (B)	B/A (%)
Alagoas	102	102	100,0
Bahia	417	413	99,0
Ceará	184	184	100,0
Espírito Santo	28	26	92,9
Maranhão	217	214	98,6
Minas Gerais	168	164	97,6
Paraíba	223	223	100,0
Pernambuco ⁽¹⁾	185	184	99,5
Piauí	224	221	98,7
Rio Grande do Norte	167	166	99,4
Sergipe	75	75	100,0
Total	1.990	1.972	99,1

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - ETENE.

Nota: (1) O Território Estadual de Fernando de Noronha está contido nessa estatística como município.

Territorialmente, o FNE difundiu-se de forma mais intensa no Setor Rural, estando presente em 95,1% da sua área de atuação, o que corresponde a 1.892 municípios atendidos. Destacam-se, também, as contratações efetuadas em 1.053 municípios no Setor Comércio e Serviços, equivalente a 52,9% da área de abrangência do Fundo (Tabela 40).

Tabela 40 – FNE – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2014

Setor	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE no Período	% em Relação ao Nº de Municípios da Área de Atuação do FNE
Rural	1.892	95,1
Agroindustrial	41	2,1
Industrial	350	17,6
Infraestrutura	-	-
Comercial	1.053	52,9
Turismo	117	5,9

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Ao analisar as contratações por faixa de valor, verifica-se que o FNE destinou até R\$ 500 mil para 976 municípios no primeiro semestre de 2014. Em seguida, 946 municípios receberam recursos na faixa de R\$ 501 mil a R\$ 10 milhões, enquanto que 50 municípios receberam recursos acima de R\$ 10 milhões (Tabela 41).

Tabela 41 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado – Primeiro Semestre de 2014

Faixa de Valor Contratado	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE no Período ⁽¹⁾	% em Relação ao Total de Municípios Atendidos pelo FNE
R\$ 1 a R\$ 100 mil	192	9,7
de R\$ 101 mil a R\$ 500 mil	784	39,8
de R\$ 501 mil a R\$ 1 milhão	406	20,6
> R\$ 1 milhão a R\$ 10 milhões	540	27,4
> R\$ 10 milhões a R\$ 100 milhões	46	2,3
> R\$ 100 milhões	4	0,2
Total	-	-

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) O enquadramento dos municípios por faixa ocorre nas operações de maior valor. Assim, se um município obteve 2 operações de empréstimos, sendo uma de R\$ 1 mil e a segunda de R\$ 100 mil, o enquadramento desse município ocorrerá na faixa 2.

Quanto às contratações por tipo de município, a Tabela 42 indica que os municípios de baixa e média rendas contrataram 98,3% de todas as operações do Fundo, no primeiro semestre de 2014. No que se refere aos valores contratados, nesse mesmo período, a maior parte destinou-se aos municípios de média renda (R\$ 2,7 bilhões ou 66,9% dos recursos contratados).

Tabela 42 – FNE – Contratações por Tipo de Município⁽¹⁾ – Primeiro Semestre de 2014

Valores em R\$ Mil

Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado	%
Alta Renda ⁽⁵⁾	3.587	1,7	669.855	16,7
Baixa Renda ⁽²⁾	62.224	29,0	653.158	16,3
Dinâmico de Média Renda ⁽⁴⁾	74.732	34,9	1.006.695	25,1
Estagnado de Média Renda ⁽³⁾	73.849	34,5	1.674.057	41,8
Total	214.392	100,0	4.003.765	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Classificação Municipal de Renda dos Municípios. (2) Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (3) Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (4) Dinâmico de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% a 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (5) Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.

3.4 – Repasses do FNE

3.4.1 – Repasses do FNE a Outras Instituições

Em conformidade com o artigo 9º, da Lei Nº 7.827, que instituiu o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), os bancos administradores podem repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar, pelo Banco Central do Brasil, com comprovada capacidade técnica e com estruturas operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade, desde que observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

Assim, com o objetivo de proporcionar maior capilaridade ao FNE, o Banco do Nordeste vem repassando recursos a algumas instituições financeiras. No primeiro semestre de 2014, conforme Tabela 43, duas instituições obtiveram recursos do Fundo para repasse que somaram R\$ 15,8 milhões, montante que representa 0,40% das contratações do FNE no período. O Banco do Estado de Sergipe (Banese) destaca-se quanto ao volume de recursos repassados (90,7%). A soma destinada às duas instituições é

praticamente o mesmo valor destinado no mesmo período de 2013 (R\$ 16,4 milhões).

Tabela 43 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações – Primeiro Semestre de 2014

UF	Bancos Repassadores	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
				Valor Contratado	%
RN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN)	-	-	-	-
SE	Banco do Estado de Sergipe (BANESE)	22	95,7	14.372	90,7
BA	Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA)	1	4,4	1.477	9,3
MG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - (BDMG)	-	-	-	-
Total		23	100,0	15.849	100,0

Fontes: AGN, Banese, Desenbahia e BDMG.

Quanto à distribuição setorial dos recursos contratados no primeiro semestre de 2014, 67,1% foram destinados ao Setor de Comércio e Serviços, conforme Tabela 44. Destaque ainda para o Setor Rural, cujo resultado no período em referência fechou em R\$ 3,7 milhões, o equivalente a 23,6% do montante contratado pelas instituições repassadoras.

Tabela 44 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações⁽¹⁾ Primeiro Semestre de 2014

Setor / Programa	Contratações			
	Nº. de Operações	Quant. Beneficiários	Valor	%
RURAL	18	18	3.738	23,6
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	18	18	3.738	23,6
AGROINDUSTRIAL	1	1	1.477	9,3
Programa FNE Empreendedor Individual (FNE - EI) ⁽²⁾	1	1	1.477	9,3
INDUSTRIAL E TURISMO	-	-	-	-
INFRAESTRUTURA	-	-	-	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS	4	4	10.634	67,1
Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços (COMÉRCIO E SERVIÇOS)	4	4	10.634	67,1
Total	23	23	15.849	100,0

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

(2) Onde consta Programa FNE Empreendedor Individual (FNE-EI), leia-se Programa FNE-MPE, tendo como clientes Empreendedores Individuais.

Fontes: AGN, Banese, Desenbahia e BDMG

Conforme pode ser observado na Tabela 45, a Pecuária segue absorvendo a maior parte dos recursos destinados ao Setor Rural (80,5%), aplicados totalmente na atividade de bovinocultura. O restante dos recursos do Setor foram aplicados na Fruticultura.

Tabela 45 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações⁽¹⁾ por Atividade no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2014

Atividade	Nº. de Operações	Valores em R\$ mil	
		Valor	%
PECUÁRIA	16	3.009	80,5
Bovinocultura	16	3.009	80,5
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	2	729	19,5
Fruticultura	2	729	19,5
AGRICULTURA IRRIGADA	-	-	-
Total	18	3.738	100,0

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Fontes: AGN, Banese, Desenbahia e BDMG

No Setor Agroindustrial (Tabela 46), foi realizada somente uma operação, neste primeiro semestre, no valor de R\$ 1,5 milhão, contratados no estado da Bahia (DESENBAHIA).

Tabela 46 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações⁽¹⁾ por Atividade no Setor Agroindustrial – Primeiro Semestre de 2014

Valores em R\$ mil			
Atividade	Nº. de Operações	Valor	%
Outras Atividades	1	1.477	100,0
Total	1	1.477	100,0

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.
Fontes: AGN, Banese, Desenbahia e BDMG

O Setor de Comércio e Serviços absorveu R\$ 10,6 milhões, ou seja, 67,1% do total de recursos repassados. Referido montante destinou-se a atividades ligadas exclusivamente à prestação de serviços, conforme a Tabela 47.

Tabela 47 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2014

Valores em R\$ Mil				
Atividade	Nº. de Operações	Valor	% Setor	% FNE
COMÉRCIO		-	-	-
SERVIÇOS	4	10.634	100,0	2,5
Alimentação	1	112	1,1	0,0
Transporte	1	118	1,1	0,0
Outros	2	10.404	97,8	2,4
Total	4	10.634	100,0	2,5

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.
Fontes: AGN, Banese, Desenbahia e BDMG

Sob a perspectiva das regiões climáticas (Tabela 48), as áreas geográficas localizadas fora do semiárido absorveram 96,7% do volume de recursos contratados por meio das instituições repassadoras. No ano anterior, essa sub-região havia recebido 65,4% do montante repassado.

Tabela 48 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Primeiro Semestre de 2014

Área	Nº. de Beneficiários	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor ⁽¹⁾	%
Semi-árido	5	21,7	529	3,3
Fora do Semi-árido	18	78,3	15.320	96,7
Total	23	100,0	15.849	100,0

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Fontes: AGN, Banese, Desenbahia e BDMG.

Considerando-se o perfil dos beneficiários destas operações de crédito, verifica-se que 82,6% encontram-se na categoria denominada pequeno porte. Destes, praticamente todos atuam no Setor Rural. No âmbito das instituições repassadoras, não houve contratação com empreendimentos de pequeno-médio porte (Tabela 49).

Tabela 49 – FNE – Bancos Repassadores – Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 2014

Porte/Setor	Rural		Agroindustrial		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini / Micro	-	-	-	-	2	50,0	2	8,7
Pequeno	18	100,0	-	-	1	25,0	19	82,6
Pequeno Médio	-	-	-	-	-	-	-	-
Médio	-	-	-	-	1	25,0	1	4,4
Grande	-	-	1	100,0	-	-	1	4,4
Total	18	100,0	1	100,0	4	100,0	23	100,0

Fontes: AGN, Banese, Desenbahia e BDMG.

No que concerne ao volume de recursos contratado segundo o porte dos beneficiários, constata-se que 63,1% do montante financiado foram destinados a produtores de médio porte que atuam principalmente no Setor de Comércio e Serviços (Tabela 50).

Tabela 50 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Porte e Setor do Beneficiário – Primeiro Semestre de 2014

Valores em R\$ Mil

Porte	Rural	Agroindustrial	Industrial/ Turismo	Infra - Estrutura	Comércio e Serviços	Total
Mini / Micro	-	-	-	-	230	230
Pequeno	3.738	-	-	-	404	4.142
Pequeno / Médio	-	-	-	-	-	-
Médio	-	-	-	-	10.000	10.000
Grande	-	1.477	-	-	-	1.477
Total	3.738	1.477	-	-	10.634	15.849

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Fonte: AGN, Banese, Desenbahia e BDMG.

Na posição de 30.06.2014, o saldo devedor total das instituições repassadoras é de R\$ 136,9 milhões (Tabela 51), contra R\$ 156,0 milhões do mesmo período do exercício de 2013. Quanto à pontualidade no reembolso dos créditos, o maior percentual de inadimplência apresentado pelas instituições repassadoras dos recursos do FNE continua com a Desenbahia, que passou de uma taxa de 5,1%, em 2012, para 7,0% em 2013, e 7,3% já no primeiro semestre de 2014. Em termos relativos, a maior inadimplência desta Instituição ocorre nos setores Industrial e Turismo (Tabela 51).

A AGN também tornou a aumentar seu índice de inadimplência, passando de 2,8% em 2013, para 5,2% neste primeiro semestre de 2014 (Tabela 51).

Tabela 51 – FNE – Bancos Repassadores – Saldos Devedores e Inadimplência – Primeiro Semestre de 2014

Setor	Instituições Repassadoras					
	AGN		BANESE		DESENBAHIA	
	Saldo Aplicações	% inad	Saldo Aplicações	% inad	Saldo Aplicações	% inad
Rural	70	-	21.883	-	4.054	9,7
Agroindustrial	845	9,3	-	-	-	-
Industrial/Turismo	428	-	15.849	-	10.588	30,2
Infraestrutura	-	-	-	-	29.507	-
Comércio/Serviços	2.787	4,8	20.425	-	30.465	6,2
Financ. à Exportação	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4.130	5,2	58.157	-	74.614	7,3

Fonte: AGN, Banese, Desenbahia e BDMG

Tendo em vista a distribuição espacial dos recursos do FNE, no primeiro semestre de 2014, os financiamentos realizados pelos bancos repassadores alcançaram 16 municípios da área de atuação dessas instituições. Nesse contexto, o Setor Rural abrangeu o maior número de municípios (13). De outra forma, o município que recebeu o maior volume de recursos foi Itabaiana (SE) (64,1%), ficando o restante distribuído entre os demais (Tabelas 52 e 53).

Tabela 52 – FNE – Bancos Repassadores – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2014

Setores/Programas	Nº de Municípios Atendidos
Rural	13
Agroindustrial	1
Industrial	-
Infraestrutura	-
Comércio/Serviços	2

Nota: Um mesmo município pode ter contratado operações em mais de um setor.

Fontes: AGN, Banese, Desenbahia e BDMG.

Tabela 53 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações⁽¹⁾ por Município – Primeiro Semestre de 2014

Município	Valores em R\$ mil	
	Valor Contratado	%
JABORANDI (BA)	1.477	9,3
ARACAJU (SE)	634	4,0
AREIA BRANCA (SE)	240	1,5
CAMPO DO BRITO (SE)	95	0,6
CUMBE (SE)	217	1,4
ESTANCIA (SE)	326	2,1
FREI PAULO (SE)	249	1,6
ITABAIANA (SE)	10.160	64,1
ITAPORANGA D'AJUDA (SE)	135	0,9
MOITA BONITA (SE)	46	0,3
NOSSA SENHORA DAS DORES (SE)	63	0,4
PIRAMBU (SE)	106	0,7
SALGADO (SE)	621	3,9
SANTA LUZIA DO ITANHY (SE)	1.293	8,2
SIRIRI (SE)	188	1,2
TOTAL	15.849	100,0

Observando-se a dinâmica da economia brasileira na última década, a despeito das recorrentes crises financeiras internacionais, constata-se a melhoria de alguns indicadores econômicos e sociais importantes, fatores que possivelmente influenciaram o aumento da demanda por crédito. Assim, os recursos do FNE têm-se mostrado insuficientes, frente à crescente demanda por crédito no Nordeste do País, fato que repercute no volume de recursos efetivamente repassado a outras instituições de crédito.

3.5 – Prioridades Definidas pelo Condel/Sudene para a Aplicação do FNE

Compete ao Condel/Sudene estabelecer anualmente as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos do FNE, observadas as diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional (MI).

Dessa forma, a Resolução nº 074/2013, de 13/12/2013, do Condel/Sudene aprovou as Diretrizes e Prioridades do FNE, para o exercício 2014.

O presente item retrata o monitoramento de tais prioridades para o primeiro semestre do referido exercício.

3.5.1 – Prioridades Espaciais

I. Apoio a Arranjos Produtivos Locais (APLs)

Conforme pode ser observado na Tabela 54, foram contratados, durante o primeiro semestre de 2014, R\$ 35,0 milhões em projetos relacionados a arranjos produtivos locais. Nesse sentido, diversas atividades produtivas foram financiadas, com destaque para os APLs de Fruticultura, localizados nos municípios de Petrolina/PE e Juazeiro/BA, que juntos tiveram participação de 48,4% nos valores contratados. Em seguida se destaca o APL de Leite e Derivados, localizado em Açailândia/MA, que absorveu 16,9% dos recursos.

Tabela 54 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Arranjos Produtivos Locais – APLs – Primeiro Semestre de 2014

Estado	APL	Produto	Nº. de Operações	Valores em R\$ Mil		
				%	Valor	%
AL	Mandioca no Agreste Alagoano - Arapiraca	Mandioca	12	0,9	50	0,1
	Ovinocaprinocultura - Delmiro Gouveia	Carne	18	1,3	63	0,2
	Laticínios do Sertão Alagoano - Major Isidoro	Leite	152	10,8	1.662	4,8
BA	Fruticultura - Juazeiro	Manga/Uva	33	2,3	6.557	18,7
	Caprinocultura - Senhor do Bonfim	Carne	2	0,1	39	0,1
CE	Cajucultura - Aracati	Castanha	86	6,1	428	1,2
	Calçados - Juazeiro do Norte	Calçados	12	0,9	1.937	5,5
	Bovinocultura Leiteira - Morada Nova	Leite	243	17,3	1.146	3,3
	Ovinocaprinocultura - Tauá	Carne	25	1,8	141	0,4
PB	Couro e calçados - Campina Grande	Calçados	3	0,2	222	0,6
	Ovinocaprinocultura do semiárido Paraibano - Serraria	Carne	5	0,4	17	0,1
ES	Café Conilon da Região Nordeste - São Gabriel da Palha	Café	2	0,1	60	0,2
MA	Leite e Derivados - Açailândia	Leite	47	3,3	5.930	16,9
	Leite e Derivados - Bacabal	Leite	60	4,3	2.475	7,1
	Ovinocaprinocultura - Chapadinha	Carne	58	4,1	321	0,9
PE	Confecções - Caruaru	Jeans	61	4,3	289	0,8
	Laticínios - Garanhuns	Leite	241	17,1	902	2,6
	Fruticultura - Petrolina	Manga / Uva	34	2,4	10.412	29,7
PI	Leite e Derivados da Região Norte - Parnaíba	Leite e Derivados	2	0,1	9	0,0
	Apicultura - Picos	Apicultura	6	0,4	23	0,1
	Cajucultura - Picos	Castanha	1	0,1	15	0,0
	Ovinocaprinocultura - Teresina	Corte	17	1,2	60	0,2

	Cerâmica - Assú	Olaria (Tijolo / Telha)	5	0,4	295	0,8
RN	Fruticultura – Assú	Todas as Frutas	1	0,1	4	0,0
	Laticínios - Caicó	Leite	104	7,4	1.104	3,2
SE	Mandioca - Lagarto	Mandioca	1	0,1	3	0,0
	Pecuária de Leite - N. S. da Glória	Leite	178	12,6	858	2,5
Total			1.409	100,0	35.022	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II. Projetos que se Localizem nos Espaços Reconhecidos como Prioritários pela PNDR

Ver item 3.6

3.5.2 – Prioridades Setoriais

I. Apoio Preferencial a Agricultores Familiares e Mini e Micro Produtores Rurais, Empreendedores Individuais e às Micro e Pequenas Empresas, e às suas Associações e Cooperativas bem como empreendimentos localizados em municípios com situação de emergência ou de calamidade pública reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional, em decorrência de seca ou estiagem;

I.I Apoio a agricultores familiares,

Ver item 3.1.1.1

I.II Apoio aos mini e micro produtores rurais, às micro e pequenas empresas e às suas associações e cooperativas

De acordo com a Tabela 55, foram destinados a essa prioridade, aproximadamente, R\$ 1,2 bilhão, distribuídos em 12.864 operações. Nesse segmento de beneficiários do FNE, destaque para o Setor Comércio e Serviços que efetivou 62,7% das operações, sendo responsável por 53,7% dos recursos contratados. Em seguida aparece o Setor Rural com participação de 26,9% no número de contratos e de 30,9% nos valores alocados dentro dessa prioridade.

Tabela 55 – FNE – Contratações⁽¹⁾ com Mini, Micro e Pequenos Produtores Rurais⁽²⁾/Empresas – Primeiro Semestre de 2014

Setores	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Rural	3.463	26,9	373.735	30,9
Cooperativas/Associações	-	-	-	-
Demais	3.463	26,9	373.735	30,9
Agroindustrial	41	0,3	4.124	0,3
Cooperativas/Associações	-	-	-	-
Demais	41	0,3	4.124	0,3
Industrial	1.055	8,2	142.814	11,8
Cooperativas/Associações	-	-	-	-
Demais	1.055	8,2	142.814	11,8
Turismo	234	1,8	39.570	3,3
Cooperativas/Associações	-	-	-	-
Demais	234	1,8	39.570	3,3
Infraestrutura	-	-	-	-
Demais	-	-	-	-
Comércio e Serviços	8.071	62,7	650.143	53,7
Cooperativas/Associações	-	-	-	-
Demais	8.071	62,7	650.143	53,7
Total	12.864	100,0	1.210.386	100,0
Cooperativas/Associações	-	-	-	-
Demais	12.864	100,0	1.210.386	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exclui-se operações com agricultores familiares.

I.III Apoio aos empreendedores individuais

O Programa FNE Empreendedor Individual (FNE EI) tem como objetivo fomentar o desenvolvimento dos empreendedores individuais, contribuindo para o fortalecimento e aumento da competitividade desse segmento. Nesse contexto, foram contratados no âmbito desse Programa R\$ 4,7 milhões, distribuídos em 416 operações. O Setor Comércio e Serviços é o grande responsável pelas contratações nessa prioridade, com participação de 86,2% dos recursos contratados. (Tabela 56).

Tabela 56 – FNE – Contratações⁽¹⁾ com Empreendedores Individuais – Primeiro Semestre de 2014

Setor	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Comércio e Serviços	58	13,9	4.094	86,2
Industrial	358	86,1	654	13,8
Total	416	100,0	4.748	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II. Expansão, Diversificação e Modernização da Base Econômica Regional

II.I Infraestrutura;

Não houve contratação no período

II.II Cadeia produtiva de veículos automotores, inclusive veículos pesados, enfocando a formação de rede de pequenos e médios fornecedores regionais;

Neste item serão tratados os projetos relacionados à atividade Indústria de Transportes. Como pode ser observado na Tabela 57, foram contratadas cinco operações nessa prioridade, sendo que o produto Fabricação de peças e acessórios se destaca, obtendo participação de 80,7%, dos valores contratados.

Tabela 57 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ na Indústria Automotiva – Primeiro Semestre de 2014

Produto	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil		
		%	Valor	%
Fab.Cabines, carrocerias e reboques para caminhão	2	40,0	525	19,3
Fab. de Peças e Acessórios	3	60,0	2.191	80,7
Total	5	100,0	2.716	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
 Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.III Agroindústria;

Ver item 3.1.2

II.IV. Indústria química (excluídos os explosivos), petroquímicos e biocombustíveis;

A Tabela 58 mostra os projetos relacionados à Indústria Química, petroquímica e de biocombustíveis. Nessa prioridade foram efetivadas 11 operações que resultaram em R\$ 19,9 milhões contratados. A produção de álcool foi a grande responsável pelas contratações nessa prioridade com participação de 89,6% dos recursos.

Tabela 58 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ na Indústria Química, Petroquímica e Biocombustíveis – Primeiro Semestre de 2014

Produto	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Usina de Álcool	1	17.796	89,6
Fab. Prod. Químicos, Orgânicos, Exceto Petroquímicos Básicos e Intermediários para Resinas	6	1.742	8,8
Fab.Corantes, Pigmentos e Silica-Gel	1	103	0,5
Fab.de Cloro e Álcalis	1	28	0,1
Fab. de outros produtos químicos não especificados ou não classificados	2	195	1,0
Total	11	19.864	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.V. Metalurgia, siderurgia e mecânica;

Conforme a Tabela 59, foram alocados para esta prioridade R\$ 113,0 milhões. A atividade de fabricação de embalagens metálicas foi responsável pelo maior volume de recursos dentre as atividades da Indústria Metal-Mecânica, tendo contratado o R\$ 100,2 milhões¹¹.

¹¹ Base do Ativo do BNB.

Tabela 59 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ na Indústria Metal-Mecânica e Siderúrgica – Primeiro Semestre de 2014

Atividade	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Ind. Metal-Mecânica	90	97,8	112.968	99,9
Ind. Siderúrgica	2	2,2	81	0,1
Total	92	100,0	113.049	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.VI. Extração de minerais metálicos e não metálicos;

De acordo com a Tabela 60, nesta prioridade foi alocado o maior volume de recursos nas atividades relativas à extração de minerais não metálicos (76,3%). O bom desempenho dessa atividade deve-se aos investimentos realizados para a extração e britamento de pedras e outros materiais para construção, que contratou R\$ 4,5 milhões¹².

Tabela 60 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ no Setor da Indústria Extrativa de Minerais – Primeiro Semestre de 2014

Atividade	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Extração de Minerais Metálicos	5	33,3	1.514	23,7
Extração de Minerais Não Metálicos	10	66,7	4.871	76,3
Total	15	100,0	6.385	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.VII. Pecuária;

Ver item 3.1.1

II.VIII. Agricultura

Ver item 3.1.1

II.X. Turismo;

Ver item 3.1.4

II.XII. Indústria de calçados e artefatos, mobiliários, confecções, inclusive artigos de vestuários;

¹² Base do Ativo do BNB.

No exercício de 2013, o BNB financiou, através do FNE, 252 operações relacionadas às indústrias de calçados, de mobiliários e de vestuário e acessórios, totalizando R\$ 29,9 milhões.

Importante destacar que nessa prioridade 75,4%¹³ dos recursos foram destinados a empresas instaladas na Região Semiárida, evidenciando a importância dessas atividades para o desenvolvimento dos municípios localizados nesse espaço sub-regional (Tabela 61).

¹³ Base do Ativo do BNB.

Tabela 61 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ nas Indústrias de Calçados, Mobiliários e Vestuário e Acessórios – Primeiro Semestre de 2014

Atividade	Produto	Qtde Oper	Valores em R\$ Mil			
			%	Valor	%	
Ind. Calçados		24	9,5	4.338	14,5	
	Fab.Calçados de Couro	5	2,0	725	2,4	
	Fab.Calçados de Plástico	4	1,6	495	1,7	
	Fab.Calçados de Tecidos, Fibras, Madeira ou Borracha	9	3,6	1.153	3,9	
	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	6	2,4	1.965	6,6	
Ind. Mobiliário		60	23,8	11.345	37,9	
	Fab. Artefatos Têxteis de Tecidos, exceto vestuário	11	4,4	856	2,9	
	Fab.Artefatos Têxteis de Tecidos, exceto vestuário	12	4,8	840	2,8	
	Fab.Tecidos e Artigos.de Malha	3	1,2	95	0,3	
	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	7	2,8	554	1,9	
	Fiação	10	4,0	5.953	19,9	
	Tecelagem	17	6,7	3.048	10,2	
Ind. Vestuário e Acessórios		168	66,7	14.220	47,6	
	Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confecções sob medida	85	33,7	8.544	28,6	
	Confecção de roupas íntimas	14	5,6	566	1,9	
	Fab. Artigos do Vestuário	46	18,3	3.724	12,5	
	Fab. Acessórios.do Vestuário	10	4,0	684	2,3	
	Fab. Bijuteria	1	0,4	142	0,5	
	Fab.Tecidos e Artigos de Malha	1	0,4	14	0,0	
	Fab. de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	2	0,8	85	0,3	
	Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo	1	0,4	50	0,2	
	Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	8	3,2	411	1,4	
Total		252	100,0	29.903	100,0	

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar

III. Apoio aos setores exportadores regionais;

No segmento relacionado às exportações regionais, de acordo com a Tabela 62, foram contratados aproximadamente R\$ 2,6 milhões. As contratações no Setor Comércio e Serviços foram realizadas exclusivamente na atividade Comércio Atacadista (R\$ 600 mil¹⁴). No Setor Industrial, as atividades de Indústria de Minerais não metálicos foi a principal responsável pelas contratações, com participação de 51,3%, do valor contratado¹⁵.

¹⁴ Base do Ativo.

¹⁵ Base do Ativo.

Tabela 62 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ no Setor de Exportação – Primeiro Semestre de 2014

Setores	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Industrial	5	71,4	1.950	76,5
Comércio e Serviços	2	28,6	600	23,5
Total	7	100,0	2.550	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

IV. Instalação de uma base produtiva contemplando setores/atividades portadoras de futuro

Dentro dessa prioridade foram identificados os projetos relacionados às atividades de Informática e da Indústria de Produtos Farmacêuticos. Nesse sentido, o Banco do Nordeste contratou aproximadamente R\$ 9,9 milhões dentro das opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), conforme demonstrado na Tabela 63.

Tabela 63 – FNE – Contratações⁽¹⁾ no Segmento de Informática e Medicamentos – Primeiro Semestre de 2014

Segmento	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Indústria de Produtos Farmacêuticos	7	26,9	8.203	83,0
Informática	19	73,1	1.677	17,0
Total	26	100,0	9.880	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.6 – O FNE no Contexto da PNDR

I. *Projetos localizados no Semiárido*

Ver item 3.3.2

II. *Projetos localizados nas sub-regiões prioritárias da PNDR.*

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) tem como objetivo reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões no País. Especificamente, esta Política se propõe: i) a dotar as regiões das condições necessárias de infraestrutura, crédito e tecnologia para o aproveitamento de oportunidades econômico-produtivas promissoras para seu desenvolvimento; ii) a promover a inserção social produtiva da população, a capacitação dos recursos humanos e a melhoria da qualidade da vida em todas as regiões; iii) a fortalecer as organizações socioprodutivas regionais, com a ampliação da participação social e estímulo a práticas políticas de construção de planos e programas sub-regionais de desenvolvimento; e iv) a estimular a exploração das potencialidades sub-regionais que advêm da magnífica diversidade socioeconômica, ambiental e cultural do País (BRASIL, 2010).

A PNDR adotou uma metodologia na intenção de qualificar, por tipologia, as sub-regiões objetos de sua política, utilizando as seguintes variáveis:

a) Rendimento Médio Mensal por Habitante, englobando todas as fontes declaradas (salários, benefícios e pensões); e

b) Taxa Geométrica de Variação dos Produtos Internos Brutos Municipais por habitante.

Assim, foram definidos quatro tipos de sub-regiões, a saber: 1 - Sub-regiões de Alta Renda; 2 - Sub-regiões Dinâmicas; 3 - Sub-regiões Estagnadas; e 4 - Sub-regiões de Baixa Renda, sendo consideradas como áreas prioritárias as microrregiões pertencentes às sub-regiões Dinâmicas, Estagnadas e de Baixa Renda.

Dessa forma, este item tratará especificamente dos valores contratados nos municípios prioritários da PNDR. Nesse contexto, o BNB destinou, no primeiro semestre de 2014, R\$ 3,3 bilhões do FNE para os municípios pertencentes a essas sub-regiões prioritárias, o que representa 83,3% dos recursos contratados com recursos desse Fundo Constitucional, no período (Tabela 64). Os municípios enquadrados na tipologia *Dinâmica* foram

responsáveis pelo maior número de operações dentro desta prioridade, com participação de 35,5% (Tabela 64).

Quanto ao volume de recursos contratados, a tipologia ficou com a maior participação (50,2%). Esse aspecto pode ser bastante positivo ao considerarmos que os investimentos realizados nos municípios estagnados, contribuirão para o processo de dinamização dessas economias (Tabela 64).

A Figura 1 mostra a distribuição dos municípios conforme as tipologias. Como pode ser observado, fazem parte das microrregiões consideradas de alta renda as cidades de Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador, bem como os municípios localizados no entorno dessas cidades.

Com isso observa-se que as contratações realizadas com recursos do FNE nos municípios prioritários da PNDR, que em geral, estão localizados mais distantes dos grandes centros urbanos podem contribuir para a dinamização econômica desses municípios e conseqüentemente para uma redução das disparidades intrarregionais (Tabela 64).

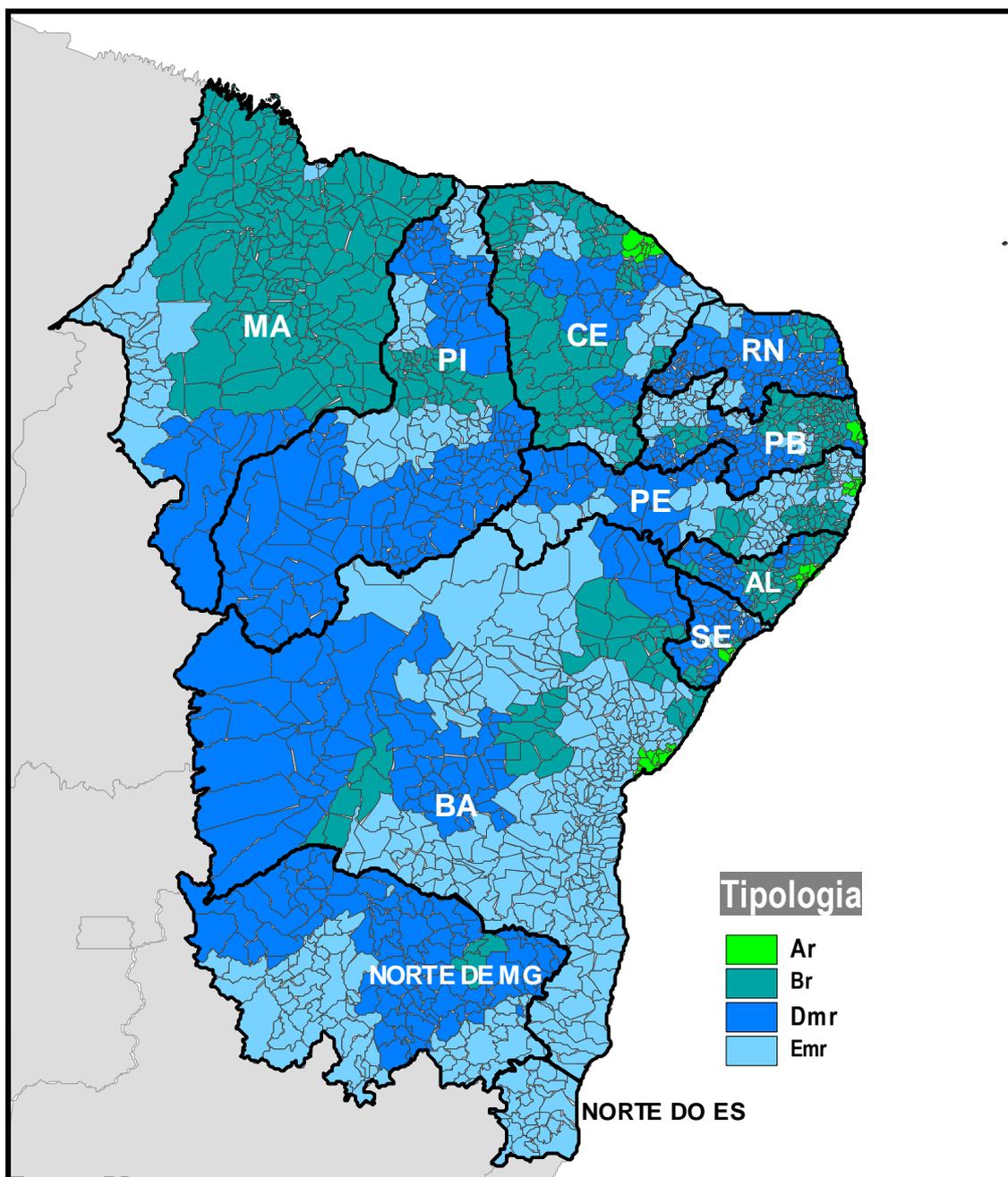


Figura 1 – Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do FNE

Nota: Ar = Alta renda; BR = Baixa renda; Dmr = Dinâmico de menor renda; Emr = Estagnado de média renda.
 Fonte: Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

II.I Contratações por Tipo de Município e Porte (Áreas Prioritárias)

De acordo com a Tabela 64, verifica-se que os empreendimentos de porte mini/micro, pequeno e pequeno-médio, foram responsáveis dentro das áreas prioritárias, por 63,5% do volume contratado, evidenciando a preocupação do BNB em atender, principalmente, os empreendedores de menor porte.

Tabela 64 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Tipo de Município e Porte (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2014

Tipologia	Mini / Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Baixa Renda	60.510	348.668	1.552	182.477	97	44.252	53	22.454	12	55.307	62.224	653.158
Dinâmico de Média Renda	72.681	384.796	1.773	209.793	187	135.362	81	160.764	10	115.980	74.732	1.006.695
Estagnado de Média Renda	70.639	372.215	2.790	362.840	262	77.502	132	87.758	26	773.742	73.849	1.674.057
Total	203.830	1.105.679	6.115	755.110	546	257.116	266	270.976	48	945.029	210.805	3.333.910

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.II Contratações por Tipo de Município e Setor (Áreas Prioritárias)

A partir das informações apresentadas na Tabela 65, constata-se que o Setor Rural foi responsável por 48,6% do volume de recursos contratados. O desempenho, desse setor pode ser reflexo da estrutura produtiva dos municípios localizados nas regiões prioritárias, onde, em geral, predominam as atividades relacionadas à agropecuária. Em seguida, aparece o Setor Comércio e Serviços, que efetivou 7.334 operações, contratando 23,1% do volume de recursos. Neste Setor, destaque para os municípios classificados como Estagnados de Média Renda, que contrataram aproximadamente R\$ 391,7 milhões, o que corresponde a 50,9% dos recursos desse Setor, dentro das áreas prioritárias.

Tabela 65 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Tipo de Município e Setor (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2014

Tipologia	Valores em R\$ Mil													
	Rural		Agroindústria		Industrial		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Baixa Renda	60.224	423.626	10	1.513	159	38.771	32	14.944	-	-	1.799	174.304	62.224	653.158
Dinâmico de Média Renda	72.131	742.806	16	3.259	255	53.005	45	3.780	-	-	2.285	203.845	74.732	1.006.695
Estagnado de Média Renda	69.971	452.838	24	6.546	526	798.281	78	24.704	-	-	3.250	391.688	73.849	1.674.057
Total	202.326	1.619.270	50	11.318	940	890.057	155	43.428	-	-	7.334	769.837	210.805	3.333.910

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.III - Contratações por Tipo de Município por Estado (Áreas Prioritárias)

No âmbito estadual, levando-se em consideração as operações realizadas nas tipologias baixa renda, média renda estagnada e média renda dinâmica, verifica-se com base na Tabela 66, que o estado da Bahia aparece com o maior número de contratos firmados (44.562), seguido do Ceará e de Pernambuco com 28.489 e 24.679 operações efetuadas, respectivamente.

Tabela 66 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Tipo de Município e Estado (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2014

Valores em R\$ Mil			
Estados	Tipologia	Quant.	Valor
AL	BR	6.580	77.670
	DMR	5.641	33.927
BA	BR	7.200	50.423
	DMR	7.769	206.651
	EMR	29.593	291.099
CE	BR	16.373	148.256
	DMR	5.571	61.286
	EMR	6.545	96.578
ES	EMR	281	36.016
MA	BR	15.408	254.931
	DMR	1.269	50.834
	EMR	2.936	120.941
MG	BR	332	2.424
	DMR	13.435	107.935
	EMR	8.270	64.665
PB	BR	7.020	52.599
	DMR	4.600	37.149
	EMR	6.504	68.340
PE	BR	4.439	33.218
	DMR	8.866	70.151
	EMR	11.374	714.073
PI	BR	2.716	16.680
	DMR	11.513	226.056
	EMR	5.646	210.794

RN	BR	750	6.075
	DMR	10.206	117.494
	EMR	1.217	39.460
SE	BR	1.406	10.882
	DMR	5.862	95.212
	EMR	1.483	32.091
Total	-	210.805	3.333.910

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.IV - Contratações por Tipo de Município e Região (Áreas Prioritárias)

Com base nas informações constantes na Tabela 67, os municípios com classificação *Dinâmico de Média Renda*, dentro da Região Semiárida, se sobressaem tanto no tocante ao número de contratos firmados, quanto no aporte de recursos com participação de 42,9% e 43,3%, respectivamente.

Nas demais regiões observa-se o maior número de contratos nos municípios de baixa renda (30.605). Sobre esse aspecto vale ressaltar o número de contratos firmados no estado do Maranhão, onde foram efetivadas 15.408 operações nessa categoria de renda (Tabela 66). Vale lembrar que muito embora o Maranhão esteja fora da zona semiárida do Nordeste, possui municípios com características socioeconômicas iguais ou inferiores aos municípios mais pobres, localizados no semiárido dos demais estados nordestinos.

Tabela 67 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Tipo de Município e Região (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2014.

Valores em R\$ Mil			
Região	Tipologia	Quant.	Valor
Semiárido	BR	31.619	244.687
	DMR	60.573	593.641
	EMR	48.998	533.181
Outras Regiões	BR	30.605	408.471
	DMR	14.159	413.054
	EMR	24.851	1.140.876
Total	-	210.805	3.333.910

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

III. Projetos localizados nas mesorregiões diferenciadas do Ministério da Integração Nacional

Constam na Tabela 68 os projetos financiados nas mesorregiões diferenciadas da PNDR. Neste contexto, constata-se que as atividades produtivas localizadas nas mesorregiões da área de atuação do FNE, contrataram aproximadamente R\$ 730,5 milhões distribuídos em 48.252 operações. Destaca-se aí a mesorregião da Chapada das Mangabeiras que contratou R\$ 196.9 milhões, respondendo por 26,9% do valor total contratado nas mesorregiões.

Essa expressiva participação reflete em muito o financiamento das atividades agrícolas, principalmente o cultivo da soja, uma vez que nessa mesorregião estão localizados os municípios de Tasso Fragoso e Sambaíba, que despontam entre os maiores produtores de soja do estado maranhense; e os municípios de Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus e Santa Filomena, principais produtores sojícolas do Piauí. Vale ressaltar que alguns desses municípios, a exemplo de Tasso Fragoso, Uruçuí e Baixa Grande do Ribeiro, também aparecem como principais produtores de algodão, sendo esta uma das principais atividades, em termos de recursos alocados, financiadas pelo FNE (BNB, 2012).

As mesorregiões de Chapada do Araripe e de Xingó destacam-se tanto no número de operações quanto nos valores contratados. Juntas, elas realizaram 60,7 das operações que resultou na contratação de 41,4% dos recursos. No caso dessas mesorregiões, o expressivo número de contratos está relacionado à estrutura produtiva do sertão nordestino, onde as atividades relacionadas ao meio rural são desenvolvidas, principalmente nas pequenas propriedades, com destaque para a bovinocultura, a ovinocaprinocultura, a avicultura, dentre outras (Tabela 68).

Tabela 68 – FNE – Projetos Contratados¹ nas Mesorregiões – Primeiro Semestre de 2014

Mesorregiões	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Águas Emendadas	690	1,4	9.368	1,3
Bico Papagaio	2.173	4,5	44.095	6,0
Chapada das Mangabeiras	2.819	5,8	196.853	26,9
Chapada do Araripe	15.361	31,8	151.896	20,8
Seridó	4.987	10,3	63.339	8,7
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	8.262	17,1	114.800	15,7
Xingó	13.960	28,9	150.152	20,6
Total	48.252	100,0	730.503	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

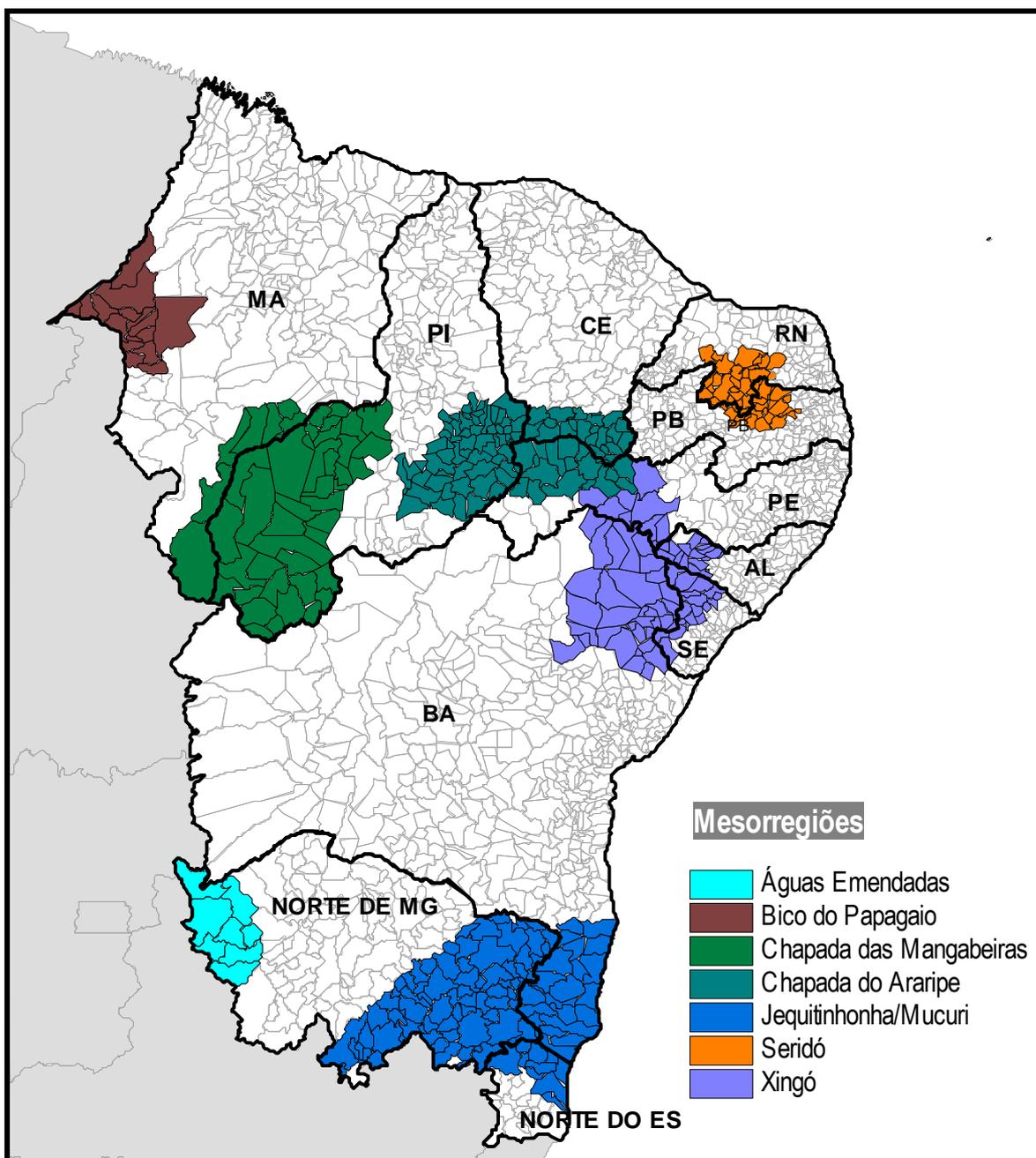


Figura 2 – Mesorregiões na Área de Atuação do FNE

Fonte: Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

III. I Contratações em Mesorregiões por Porte

Conforme a Tabela 69 verifica-se que 72,9% dos recursos contratados foram destinados aos estabelecimentos classificados como mini/micro, pequeno e pequeno/médio portes, evidenciando a importância dos mesmos na dinamização da economia local, bem como o papel do BNB, em particular do FNE, em apoiar esses empreendimentos.

Tabela 69 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Mesorregiões por Porte – Primeiro Semestre de 2014

Mesorregiões	Valores em R\$ Mil											
	Mini / Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Águas Emendadas	670	2.743	17	3.181	2	3.167	1	277	-	-	690	9.368
Bico Papagaio	2.046	17.599	115	19.307	10	3.429	2	3.760	-	-	2.173	44.095
Chapada das Mangabeiras	2.679	13.928	108	20.057	20	44.634	6	30.304	6	87.930	2.819	196.853
Chapada do Araripe	14.860	82.913	445	54.857	38	6.850	17	4.090	1	3.186	15.361	151.896
Seridó	4.791	24.175	182	16.458	10	1.517	4	21.189	-	-	4.987	63.339
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	8.025	44.671	213	43.551	15	5.644	9	20.934	-	-	8.262	114.800
Xingó	13.684	84.759	254	32.927	13	6.432	8	5.928	1	20.106	13.960	150.152
Total	46.755	270.788	1.334	190.338	108	71.673	47	86.482	8	111.222	48.252	730.503

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

III. II Contratações em Mesorregiões por Estado

Analisando-se as contratações do FNE nas Mesorregiões, por estados da federação, é importante destacar que a delimitação dessas mesorregiões considera características socioeconômicas comuns entre municípios, o que permite que esses territórios compreendam municípios pertencentes a mais de um estado.

Nesse sentido, com base nas informações das tabelas 70 e 71, verifica-se que o estado do Piauí foi responsável por 28,9% das contratações realizadas nas mesorregiões, compreendendo 88,0% do valor contratado na Mesorregião da Chapada das Mangabeiras e 24,8% das contratações direcionadas à Mesorregião da Chapada do Araripe. Essas mesorregiões ocupam as duas primeiras posições em relação ao volume financiado nessa prioridade (26,9% e 20,8%).

O estado da Bahia foi responsável por 12,7% dos valores financiados nas mesorregiões, correspondente a 24,6% das contratações na Mesorregião de Xingó e 48,5% dos recursos da mesorregião do Vale do Jequitinhonha/Mucuri. Essas mesorregiões ocupam respectivamente a segunda e a quarta posição em volume de recursos contratados dentre as mesorregiões.

Tabela 70 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Mesorregiões por Estado – Primeiro Semestre de 2014

Valores em R\$ Mil

Estados	Mesorregião	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Alagoas	Xingó	3.294	22.287
Bahia	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	2.143	55.722
	Xingó	5.049	36.957
Ceará	Chapada do Araripe	4.167	68.197
Espírito Santo	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	70	10.524
Maranhão	Chapada das Mangabeiras	256	23.565
	Bico do Papagaio	2.173	44.095
Minas Gerais	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	6.049	48.554
	Águas Emendadas	690	9.368
Paraíba	Seridó	1.601	9.019

Pernambuco	Chapada do Araripe	5.512	45.982
	Xingó	1.915	15.304
Piauí	Chapada das Mangabeiras	2.563	173.288
	Chapada do Araripe	5.682	37.717
Rio Grande do Norte	Seridó	3.386	54.320
Sergipe	Xingó	3.702	75.604
Total		48.252	730.503

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

III.III Contratações em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões

Com base na Tabela 71, constata-se que as áreas das mesorregiões pertencentes ao semiárido realizaram 78,5% das operações e contrataram 60,4% dos recursos. As mesorregiões Chapada do Araripe, Xingó e Seridó influenciaram sobremaneira esse resultado, tendo em vista que estão totalmente localizadas no semiárido nordestino.

Tabela 71 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões – Primeiro Semestre de 2014

			Valores em R\$ Mil
Região	Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Semiárido		37.872	441.584
	Chapada das Mangabeiras	1.169	54.806
	Chapada do Araripe	15.361	151.896
	Seridó	4.987	63.339
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	2.395	21.391
	Xingó	13.960	150.152
Outras Regiões		10.380	288.919
	Águas Emendadas	690	9.368
	Bico Papagaio	2.173	44.095
	Chapada das Mangabeiras	1.650	142.047
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	5.867	93.409
Total		48.252	730.503

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

III.IV Contratações em Mesorregiões por Setor

Com base na Tabela 72, constata-se que o Setor Rural foi responsável por R\$ 504,7 milhões (69,1%), contratados em 46.582 operações (96,5%), evidenciando a importância desse setor para o dinamismo econômico desses espaços subnacionais.

O Setor Comércio e Serviços aparece em seguida, tendo efetivado 1.434 financiamentos, que resultaram em R\$ 163,2 milhões contratados. Esse resultado teve forte influência da mesorregião Chapada do Araripe que contratou aproximadamente R\$ 53,8 milhões em 508 operações.

Tabela 72 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Mesorregiões por Setor – Primeiro Semestre de 2014

Valores em R\$ Mil

Setor/ Mesorregião	Águas Emendadas		Bico do Papagaio		Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Serido		Vale do Jequitinhonha /Mucuri		Xingó		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Rural	678	8.991	2.038	32.113	2.702	186.601	14.755	80.136	4.719	22.338	8.029	75.581	13.661	98.906	46.582	504.666
Agroindustrial	-	-	1	77	-	-	1	29	2	72	2	2.865	1	39	7	3.082
Industrial	-	-	11	879	10	795	85	15.547	50	24.739	24	3.292	27	8.542	207	53.794
Turismo	1	17	3	178	1	36	12	2.414	2	694	1	1.963	2	426	22	5.728
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio e Serviços	11	359	120	10.847	106	9.421	508	53.771	214	15.496	206	31.099	269	42.240	1.434	163.233
Total	690	9.367	2.173	44.094	2.819	196.853	15.361	151.897	4.987	63.339	8.262	114.800	13.960	150.153	48.252	730.503

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

IV. Projetos localizados nas Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDES de Petrolina - Juazeiro e Grande Teresina - Timon

As Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) são áreas consideradas prioritárias pelo Decreto Nº 6.047/2007, que instituiu a PNDR. Dentro dessa prioridade, conforme tabelas 73 e 74, foram contratados na RIDE Petrolina-Juazeiro, aproximadamente, R\$ 44,3 milhões, em 2.150 operações. Destaque para o Setor Rural, que contratou R\$ 27,4 milhões, sendo que 19,5% desses recursos foram destinados à ovinocaprinocultura e 79,2% foram direcionados à atividade de fruticultura¹⁶. A região pertencente a essa RIDE é reconhecidamente propícia ao desenvolvimento dessas atividades. Assim, percebe-se que o FNE, por meio do financiamento às atividades relacionadas às respectivas cadeias produtivas, pode contribuir para o desenvolvimento desse espaço prioritário.

Tabela 73 – FNE – Contratações⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por Município – Primeiro Semestre de 2014

Municípios	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Casa Nova	335	4.587	10,4
Curaçá	96	916	2,1
Juazeiro	706	14.338	32,4
Lagoa Grande	129	420	0,9
Orocó	146	541	1,2
Petrolina	632	22.958	51,9
Santa Maria da Boa Vista	81	418	0,9
Sobradinho	25	81	0,2
Total	2.150	44.259	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em seguida, temos o setor Comércio e Serviços que contratou aproximadamente R\$ 13,1 milhões nessa RIDE. Nesse setor as atividades relacionadas ao comércio varejista foram responsáveis por 43,4 dos recursos¹⁷.

¹⁶ Base do Ativo do BNB.

Tabela 74 – FNE – Contratações⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por Setor – Primeiro Semestre de 2014

Setor	Nº Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Rural	2.025	27.426	62,0
Industrial	8	2.424	5,5
Turismo	6	1.312	3,0
Comércio e Serviços	111	13.097	29,6
Total	2.150	44.259	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na RIDE Grande Teresina - Timon, de acordo com as tabelas 75 e 76, foram realizadas 4.407 operações, resultando em 166,9 milhões contratados. Ao Setor Rural foram destinadas 1.515 operações, com destaque para as atividades de suinocultura, ovinocaprinocultura e avicultura que representam 89,7% do número de contratos¹⁸.

Tabela 75 – FNE – Contratações⁽¹⁾ na RIDE Grande Teresina - Timon – Por Município – Primeiro Semestre de 2014

Município	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Altos	272	1.728	1,0
Beneditinos	95	444	0,3
Coivaras	16	52	0,0
Currálinhos	37	128	0,1
Demerval Lobão	69	401	0,2
José de Freitas	125	621	0,4
Lagoa Alegre	49	245	0,1
Lagoa do Piauí	7	25	0,0
Miguel Leão	7	318	0,2
Monsenhor Gil	32	315	0,2
Nazária	15	457	0,3
Pau D´Arco do Piauí	83	289	0,2
Teresina	519	156.455	93,7
Timon	341	3.758	2,3
União	107	1.648	1,0
Total	1.774	166.886	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em relação ao volume de recursos aplicados, merece destaque o Setor Industrial, onde foram contratados 67,0% dos recursos (Tabela 76).

¹⁸ Base do Ativo do BNB.

Tabela 76 – FNE – Contratações⁽¹⁾ na RIDE Grande Teresina - Timon -- Por Setor – Primeiro Semestre de 2014

Setor	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Rural	1.515	23.957	14,4
Agroindustrial	3	363	0,2
Industrial	44	111.862	67,0
Turismo	4	532	0,3
Comércio e Serviços	208	30.172	18,1
Total	1.774	166.886	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

4 – GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL

4.1 – Inadimplimento das Operações

A inadimplência das operações contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) registrada no 1º semestre do ano de 2014 foi de 3,1%, apresentando redução de 13,88% em relação ao mesmo período do exercício de 2013, cujo índice foi de 3,6% (Tabela 77).

Os índices de inadimplência, por porte de beneficiários, em relação às aplicações em cada categoria, expressaram os maiores valores no segmento ‘Cooperativas/Associações’ (21,5%), que denotam elevação comparativamente ao interstício de jan a jun/2013, cujo índice foi de 20,4%. Já para os demais portes, de Mini/Micro, até Grande, observou-se redução, mesmo que pequena, dos índices de inadimplência, que passaram de 7,0%, 5,0%, 2,8%, 3,4% e 1,5% para 5,6%, 4,6%, 1,7%, 3,0% e 1,3%, respectivamente.

Tabela 77 - FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Porte dos Beneficiários⁽¹⁾ – Posição: 30.06.2014

Porte	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽²⁾	Saldo em Atraso ⁽³⁾	Inadimplência (%) ⁽⁴⁾	Valores em R\$ mil
					Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁵⁾
Cooperativas/Associações	258.194	0,6	55.610	0,1	21,5
Micro e Mini	9.627.890	23,2	535.143	1,3	5,6
Pequeno	5.618.348	13,5	261.141	0,6	4,6
Pequeno-Médio	1.568.075	3,8	26.358	0,1	1,7
Médio	6.518.358	15,7	193.535	0,5	3,0
Grande	17.960.148	43,2	235.781	0,6	1,3
Total	41.551.013	100,0	1.307.568	3,1	3,1

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

O aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos de controle, acompanhamento e cobrança das operações de crédito, frente às adversidades de ordem interna e externa, colaboraram para a redução dos índices de inadimplência.

Os setores Financiamento à Exportação e Rural foram os que apresentaram os maiores índices de inadimplência, com registros de 8,1% e 5,2%, respectivamente, não obstante tenha sido observado no Setor Rural uma redução de 1,0 ponto percentual, em relação a 2013 (então em 6,2%). Também houve redução dos índices de inadimplência nos setores Industrial/Turismo e Comércio e Serviços. Não se evidenciou inadimplência no Setor de Infraestrutura, enquanto os setores Agroindustrial e Financiamento à Exportação revelaram elevação em relação ao 1º semestre de 2013. (Tabela 78).

Tabela 78 – FNE – Saldos de Aplicações em Atraso por Setor ⁽¹⁾ – Posição: 30.06.2014

Setor	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽²⁾	Saldo em Atraso ⁽³⁾	Valores em R\$ mil	
				Inadimplência (%) ⁽⁴⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁵⁾
Rural	17.091.265	41,1	884.521	2,1	5,2
Agroindustrial	1.148.198	2,8	49.308	0,1	4,3
Industrial/Turismo	9.763.649	23,5	133.803	0,3	1,4
Infraestrutura	5.649.985	13,6	-	-	-
Comércio e Serviços	7.846.790	18,9	235.808	0,6	3,0
Financ. à Exportação	51.126	0,1	4.128	-	8,1
Total	41.551.013	100,0	1.307.568	3,1	3,1

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

Analisando os saldos em atraso por setor, constatamos que todos os setores mostram índices de inadimplência com variações pouco relevantes em relação ao total das aplicações, se comparado ao mesmo período do exercício de 2013.

No tocante à segmentação das operações por data de contratação, percebe-se a diminuição do índice de inadimplência tanto para as operações formalizadas até 30.11.1998, quanto às contraídas após essa data. (Tabela 79).

**Tabela 79 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação ⁽¹⁾ –
Posição: 30.06.2014**

Valores em R\$ mil					
Data Contratação	Saldo Aplicações	(%) ⁽²⁾	Saldo em Atraso ⁽³⁾	Inadimplência (%) ⁽⁴⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁵⁾
Até 30.11.1998 ⁽⁶⁾	6.871.117	16,5	383.386	0,9	5,6
Após 30.11.1998 ⁽⁷⁾	34.679.896	83,5	924.182	2,2	2,7
Total	41.551.013	100,0	1.307.568	3,1	3,1

Fonte: BNB – Ambiente de Controle das Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento. (6) Refere-se a operações contratadas originalmente com recursos do FNE. (7) Abrange as operações contratadas originalmente com recursos do FNE e aquelas convertidas, adquiridas ou reclassificadas para o FNE, com base nas Leis 10.464, 10.696, 11.322, 11.775 etc.

4.2 – Recuperação de Crédito

O Banco do Nordeste regularizou 78.840 operações de crédito no 1º semestre de 2014 no âmbito do FNE, implicando na regularização de dívidas no montante de R\$ 230,7 milhões. Cabe ressaltar que essas regularizações propiciaram recebimento em espécie de aproximadamente R\$ 12 milhões, ou seja, 5,2% do total regularizado (Tabela 80).

Tabela 80 – FNE – Regularização de Dívidas⁽¹⁾ – 1º Semestre de 2014

Valores em R\$ mil

Estado	Quantidade	Valor em Espécie	Valor Renegociado	Total Regularizado
Alagoas	3.223	124	5.036	5.160
Bahia	16.044	411	38.949	39.359
Ceará	16.252	552	45.507	46.059
Espírito Santo	20	23	1.502	1.525
Maranhão	4.444	511	19.918	20.429
Minas Gerais	3.809	1.316	15.736	17.053
Paraíba	8.467	4.301	16.977	21.278
Pernambuco	10.143	2.945	38.791	41.735
Piauí	8.101	214	18.056	18.270
Rio Grande do Norte	5.121	415	9.338	9.753
Sergipe	3.216	1.173	8.974	10.147
Total	78.840	11.983	218.784	230.767

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

NOTA: (1) Valores referentes às operações objeto de renegociação de dívidas no período, inclusive as renegociações realizadas por meio de instrumentos legais, excluindo os bônus e dispensas.

É importante destacar o esforço empreendido pelo Banco, notadamente nos últimos anos, para apelar os indicadores de inadimplência, com o desenvolvimento de ações específicas voltadas para a recuperação dos créditos em situação irregular, com foco sobretudo nos valores mais expressivos, a saber:

- ⇒ Definição e divulgação de melhores práticas que possibilitem e facilitem o cumprimento das políticas e diretrizes estabelecidas pela Diretoria nas áreas de controle, segurança e apoio operacionais, visando preservar a qualidade dos ativos do Banco;
- ⇒ Revisão do fluxo de avaliação de bens dos clientes;
- ⇒ Intensificação da participação da área jurídica, implicando em maior rapidez no desfecho das Ações Judiciais;
- ⇒ Maior efetividade na administração de fundos de avais, visando a cobertura tempestiva da garantia pelo respectivo Fundo;
- ⇒ Simplificação das normas internas;
- ⇒ Implementação das normas internas referentes às Resoluções do CMN nºs 4.289, 4.298, 4.299, 4.314 e 4.315, bem como estreito gerenciamento dos resultados obtidos;
- ⇒ Divulgação em mídia externa e visitas periódicas aos parceiros institucionais externos para difusão dos benefícios e utilização dos Instrumentos Legais de renegociação de dívidas (Lei nº 12.844/2013 e

Resoluções do CMN nºs 4.211, 4.212, 4.250, 4.251, 4.289, 4.298, 4.299, 4.314 e 4.315);

- ⇒ Desenvolvimento de Sistema para a automatização e o gerenciamento das operações e de clientes a serem encaminhadas para cobrança extrajudicial terceirizada, que contemplará ainda a avaliação do desempenho das empresas credenciadas;
- ⇒ Conclusão da habilitação e credenciamento de empresas no processo de cobrança extrajudicial com a divulgação no Diário Oficial da União (DOU), em 16/04/2013, da relação e convocação para a devida celebração do contrato;
- ⇒ Maior automatização do fluxo da cobrança judicial, imprimindo mais celeridade e segurança à instrução e emissão de Autorizações de Cobrança Judicial (ACJ);
- ⇒ Sistematização do controle dos procedimentos ligados à Autorização de Cobrança Judicial – ACJ, com vistas ao cumprimento dos prazos normativos, assim como do acompanhamento das Propostas de Renegociação de Dívidas - PRDs deferidas para efeito de formalização;
- ⇒ Definição de Instrumentos Internos com condições diferenciadas de recuperação de crédito, notadamente das dívidas antigas e não rurais;
- ⇒ Criação de CAMPANHA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO – DÍVIDAS RURAIS em parceria com a Superintendência de Marketing e Comunicação, que vem viabilizando o contato através do Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão com os clientes responsáveis por operações que reúnam características de enquadramento em Resoluções do CMN e na Lei nº 12.844/2013;
- ⇒ Realização periódica de Reuniões de Trabalho e Videoconferências para alinhar as ações de recuperação do crédito sob o gerenciamento das Gerências de Reestruturação de Ativos - GERATs e Ambiente, envolvendo as Centrais de Crédito, Centrais Regionais de Controle Interno e Ambiente de Contencioso Jurídico;
- ⇒ Formatação do Curso de Instrução e Processamento de Cobrança Judicial, na modalidade presencial, viabilizando maior eficiência na condução do ajuizamento do ativo irregular.

4.3 – Operações Renegociadas com base no Art. 15-D, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989

Conforme preconiza o artigo 15-D, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, regulamentado pela Resolução do CONDEL nº 55/2012, de 13/07/2012 apresentam-se os valores das operações com recursos do FNE renegociadas sob a metodologia de liquidação com base no valor presente do patrimônio de propriedade dos mutuários e coobrigados, durante o 1º semestre de 2014, em conformidade com as práticas e regulamentações do BNB (Tabela 81).

As operações estavam sendo cobradas judicialmente pelo BNB para fins de recebimento dos valores em atraso e foram liquidadas pelo equivalente financeiro do valor dos bens passíveis de penhora dos devedores diretos e dos respectivos garantidores.

Tabela 81 – FNE – Liquidações pelo Equivalente Financeiro – Resolução 55/2012 do CONDEL – Posição 30.06.2014

Valores em R\$ Mil		
Quantidade	Valor Saldo pelos Encargos Normais	Valor Recebido
11	2.086	974

Fonte: BNB – Ambiente de Recuperação de Crédito.

4.4 - Operações liquidadas/renegociadas com base nas medidas legais de regularização de dívidas (Resoluções CMN nº 4.211, 4.212, 4.250, 4.251, 4.289, 4.298, 4.299, 4.314, 4.315 e Art. 8º e 9º da Lei 12.844/2013)

As medidas governamentais de regularização de dívidas rurais representadas pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional de nº 4.211, 4.212, 4.250, 4.251, 4.289, 4.298, 4.299, 4.314 e 4.315, assim como com respaldo nos Arts. 8º e 9º da Lei 12.844/2013 permitiram a regularização de 99.598 operações, envolvendo recursos na ordem de R\$ 682,5 milhões (Tabela 82).

O art.8º da mencionada Lei, por exemplo, garante aos produtores rurais a liquidação das operações pactuadas até 31/12/2006 com rebate de até 85% sobre o saldo devedor atualizado pelos encargos para a situação de normalidade, o qual é definido de acordo com o valor originalmente contratado, desde que efetivada até 31/12/2015.

Por sua vez, as Resoluções de nºs 4.314 e 4.315 de 27/03/2014 permitem a renegociação de dívidas originárias de operações do FNE ‘não rurais’ e ‘rurais’, respectivamente, com base nos encargos contratuais de normalidade, excluídos os bônus de adimplência, rebate, sem cômputo de multa, mora, quaisquer outros encargos por inadimplemento, e prazo para pagamento de até 10 anos.

Portanto, de modo geral, tais instrumentos se constituem importantes mecanismos de recuperação de crédito, em particular dos valores inadimplidos, pelo que se reforça continuamente o apelo às Unidades operadoras para buscarem o enquadramento do maior número possível de operações, refletindo diretamente na geração de resultados para o Banco no decorrer de 2014.

Tabela 82 – FNE – Regularizações de operações com base nas Resoluções CMN nº 4.211, 4.212, 4.250, 4.251, 4.289, 4.298, 4.299, 4.314 e 4.315, Art. 8º e 9º da Lei 12.844/2013 – Posição 30.06.2014

Instrumentos Legais	Qtd Operação	Qtd Cliente	Vr Cliente	Total Regularizado
Art. 8º Lei nº 12.844	20.601	15.862	46.453	207.176
Art. 9º Lei nº 12.844	1.259	1.035	14.522	15.146
Res.4.250 - Pronaf	28.152	24.749	8	78.127
Res.4.251 - Não Pronaf	421	293	1	13.424
Res.4.211 - Não Pronaf	3.594	1.196	96	255.596
Res 4.212 - Pronaf	44.699	4.273	186	105.063
Res.4.289	8	8	381	2.896
Res.4.298	398	333	694	3.587
Res.4.299	438	406	294	661
Res.4.314	10	9	8	406
Res.4.315	18	12	6	425
Total	99.598	48.176	62.649	682.507

Fonte: BNB – Ambiente de Recuperação de Crédito.

5 – RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS

O Banco do Nordeste realiza as vistorias e fiscalizações de suas operações atendendo às regulamentações dos órgãos fiscalizadores. Para tanto, seus normativos internos definem os seguintes quantitativos de fiscalização de operações:

Fase de desembolso

- Vistoria por amostragem nos clientes com saldo devedor (mais valor a desembolsar) até R\$ 170.000,00, incluídas as operações no âmbito do Pronaf Grupo A e as operações no âmbito do Pronaf Grupo B, observando-se as seguintes faixas de valor e percentuais:
 - de até R\$ 20.000,00(vinte mil reais); 5% de todas as operações rurais e não-rurais;
 - superiores a R\$ 20.000,00(vinte mil reais) até R\$ 100.000,00 (cem mil reais); 10% de todas as operações rurais e não-rurais;
 - superior a R\$ 100.000,00(cem mil reais) até R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais); 15% (quinze por cento) de todas as operações rurais e não-rurais;
- Vistoria de **100%** das operações de clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar superior a R\$ 170.000,00.

Fase pós-implantação

- Uma vistoria a cada ano civil, em pelo menos **5%** dos empreendimentos, para clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de até R\$ 200.000,00.
- Uma vistoria a cada ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor maior que R\$ 200.000,00.

A programação das atividades de acompanhamento é feita de forma automática pelo Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos ou mediante solicitação direta das Agências.

5.1 – Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no 1º semestre de 2014

O Banco do Nordeste realizou 12.441 atividades de campo em operações do FNE no 1º semestre de 2014, envolvendo vistorias de desembolso e rotina (exceto operações do Agroamigo, que têm sistemática de acompanhamento diferenciada).

Excluindo-se as operações no âmbito do Programa Agroamigo, a situação dos empreendimentos foi considerada como: ótima, satisfatório e boa em 78,94% das vistorias, regular para 5,47% dos empreendimentos e insatisfatório, ruim ou péssimo para 15,58% das vistorias realizadas no 1º semestre do ano 2014. (Gráfico 16).

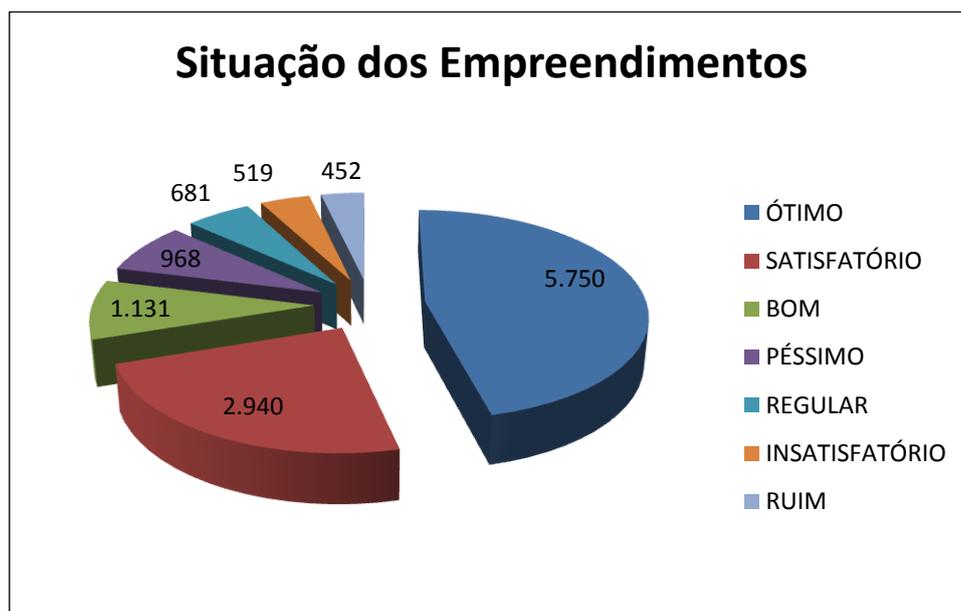


Gráfico 16 – Situação dos Empreendimentos Vistoriados pelo FNE no 1º semestre de 2014

5.2 – Principais Ocorrências

As principais ocorrências verificadas nas fiscalizações no período, cujos empreendimentos estão considerados na situação de ótimo, satisfatório, bom e regular (84%) foram as seguintes:

- Os créditos foram aplicados corretamente, conforme o cronograma previsto;
- Os recursos próprios foram aplicados totalmente, conforme o cronograma previsto;
- Os indicadores técnicos estão compatíveis com o previsto no projeto.
- A execução dos serviços, obras, instalações e/ou explorações estão tecnicamente corretas;
- A orientação técnica prevista para obtenção das metas do projeto foi prestada adequadamente;
- O planejamento técnico do projeto foi adequado;

- Os bens que constituem as garantias estão preservados em suas características essenciais;
- Não houve ocorrência de fatores adversos;
- O empreendimento é competitivo;
- As perspectivas de receitas (produção/comercialização) são as previstas no projeto;
- A gerência/direção da empresa/empreendimento é satisfatória;
- O rebanho encontra-se em condições normais de sanidade, evolução e manejo, estando, inclusive, devidamente ferrado;
- As exigências ambientais do projeto foram atendidas;
- As cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas ou estão sendo cumpridas conforme instrumento.

Cabe esclarecer que, quando a fiscalização verifica ocorrências negativas no âmbito do empreendimento, tais como créditos aplicados parcialmente ou ainda bens financiados ou garantias vendidas à revelia do Banco, adotam-se providências de administração do crédito, isto é, as ocorrências verificadas nas fiscalizações são repassadas através de Relatórios de Acompanhamento de Projetos para a Agência, para tomada de decisões sobre a operação. As providências podem variar desde o estabelecimento de prazo para o cliente sanar o problema identificado, ou ainda medidas mais drásticas, como a execução judicial da operação.

6 – AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE

6.1. Impactos Macroeconômicos do Pronaf

Na sequência do esforço envidado pelo BNB no sentido de avaliar os resultados e impactos dos Programas operacionalizados no âmbito do FNE, ressalta-se recente estudo sobre o Pronaf, realizado por técnicos do BNB-Etene, em parceria com a Datamétrica Consultoria.

6.1.1 Metodologia da Pesquisa

De acordo com a Metodologia de Avaliação do FNE, elaborada pelo Etene, foi realizada a avaliação do Pronaf, empregando o modelo quase-experimental¹⁹ e o método quantitativo de análise de impacto *ex-post*, com o uso de regressão linear.

Os modelos foram estimados utilizando os dados do PIB, obtidos junto ao IBGE, e a base de dados do Pronaf, mantida pelo BNB, referente aos créditos concedidos pelo Pronaf aos produtores rurais no período de 2000 a 2011. Os dados foram atualizados para valores constantes de dezembro de 2011, utilizando-se o deflator do PIB, do IBGE.

Adicionalmente, foi realizada também uma pesquisa de campo junto aos técnicos responsáveis pela implementação do Pronaf nos diversos Estados de atuação do Banco do Nordeste, com o objetivo de conhecer os procedimentos utilizados na operacionalização do Programa, bem como os problemas e dificuldades que os citados técnicos enfrentam no desempenho de suas respectivas funções.

Para os beneficiários do Pronaf, a pesquisa de campo foi realizada em setembro de 2012, com 3.000 clientes, aleatoriamente sorteados em 153 municípios classificados de acordo com a tipologia da PNDR²⁰ e distribuídos em toda a jurisdição do BNB.

¹⁹ Nesse modelo, o levantamento da evolução de indicadores através das pesquisas é realizado com a utilização de grupo de controle, mas sem o rigor da equidade quanto ao grupo de tratamento. No modelo experimental, uma das condições básicas é que os dois grupos tenham características idênticas.

²⁰ Conforme definição do Ministério da Integração Nacional: baixa renda, média renda estagnados, dinâmicos e alta renda.

6.1.2 Principais resultados e considerações

A primeira conclusão importante obtida a partir dos dados coletados, é que o Pronaf vem cumprindo um de seus mais importantes objetivos, qual seja: possibilitar o acesso dos pequenos agricultores familiares ao crédito, nas condições diferenciadas que a lei lhes faculta. Em termos cumulativos, no período em referência (2000 - 2011), o Programa financiou, por intermédio do BNB, cerca de R\$ 16,7 bilhões de reais, em mais de 4,8 milhões de contratos firmados com agricultores familiares, principalmente os mais pobres, ou seja, aqueles pertencentes ao Grupo B, com renda bruta familiar anual de até R\$ 10.000,00.

Referido desempenho representa uma quebra da postura tradicional da rede bancária, historicamente resistente ao acesso dos pequenos produtores familiares ao crédito.

No que concerne à análise de aspectos macroeconômicos, o Programa apresenta impactos positivos sobre variáveis agregadas como o Produto Interno Bruto (PIB), o PIB *per capita* e os produtos setoriais: PIB da Indústria, PIB da Agricultura e PIB do Setor de Serviços, em termos municipais.

Os indicadores macroeconômicos analisados revelaram que existe uma contribuição do Pronaf sobre os PIBs dos municípios por ele abrangidos e que esta não é maior porque a relação entre os valores do crédito e os valores dos PIBs é pequena.

Esses impactos macroeconômicos das contratações do Pronaf sobre o PIB municipal, sobre o PIB *per capita* e sobre o PIB setorial podem ser observados mediante os indicadores constantes da Quadro 1. A interpretação desses indicadores obedece à seguinte lógica: de maneira geral, um aumento de 1% na relação Contratações do Pronaf/PIB Municipal, defasado no período de um ano, gera um aumento de 0,88% sobre esse PIB municipal (linha 1 do Quadro 1).

Nesse contexto, observa-se que, após um ano do financiamento, a taxa de crescimento do PIB *per capita* municipal é positiva e estatisticamente significativa em 0,46%.

INDICADOR	VALOR
Impacto do montante contratado pelo Pronaf no município sobre o PIB do município, defasado no período de um ano	0,88%
Impacto do montante contratado pelo Pronaf no município sobre o PIB <i>per capita</i> do município, defasado no período de um ano	0,46%

Impacto do montante contratado pelo Pronaf no município sobre o PIB Agrícola do município, defasado no período de um ano	- 1,02%
Impacto do montante contratado pelo Pronaf no município sobre o PIB da Indústria do município, defasado no período de um ano	1,13%
Impacto do montante contratado pelo Pronaf no município sobre o Setor de Serviços do município, defasado no período de um ano	0,88%

Fontes: Base do Ativo do BNB e IBGE.

Obs: Os dados de PIB são de 2000 a 2010, atualizados para dez 2011.

Quadro 1 – Indicadores de impactos macroeconômicos do Pronaf

Considerando-se os impactos do Pronaf sobre os PIBs da Indústria, um aumento de um ponto percentual na proporção Pronaf/PIB, implica numa taxa de crescimento de 1,06%, já no ano da intervenção, e de 1,13% quando defasado de um ano.

Analogamente, o incremento de 1,0 ponto percentual na relação Pronaf/PIB está associado a uma taxa de crescimento adicional do PIB do Setor de Serviços da ordem de 0,63%, no ano em curso e de 0,88% no ano seguinte, com efeito cumulativo da ordem de 1,5%.

Por outro lado, quando se considera o Setor Agrícola, os impactos do Programa foram muitos pequenos ou mesmo negativos. Ao contrário dos demais PIBs analisados, nesse caso o multiplicador Keynesiano²¹ não atua, em razão de não haver expansão da produção agrícola, fato que pode indicar que a exitosa expansão do crédito, por si, não vem sendo capaz de promover mudanças estruturais no modo de produção tradicionalmente utilizado pelos pequenos produtores.

6.2 – Síntese dos Indicadores Utilizados na Avaliação de Resultados e Impactos do FNE – Primeiro Semestre de 2014

6.2.1 – Indicadores de Eficácia (Quadros 2 e 3)

Indicadores relativos a: região de aplicação dos recursos, porte dos empreendimentos e setor.

Descrição do Indicador: vide Quadro 2.

Área Responsável pelos Dados: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Área Responsável pelos Indicadores: Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação – Célula de Avaliação de Políticas e Programas.

²¹ O multiplicador keynesiano é um efeito de segunda ordem sobre o sistema econômico criado pelo investimento. Quando um investimento é feito, ele permite um aumento proporcional ao seu tamanho na produção e por consequência haverá um impacto maior sobre os ganhos.

Metodologia de Apuração dos Indicadores de Eficácia: Algoritmo referente a cada indicador, calculado com os dados constantes na base do ativo operacional do Banco.

Indicador	Descrição do Indicador	Exercício de 2014	Primeiro Semestre de 2014	Fatores que contribuíram para o desempenho dos indicadores
		Prog. (%)	Real. (%)	
% (mín.) financiado na região semiárida, sob o critério dos ingressos	60% do valor dos ingressos de recursos previstos para o FNE, em 2014	60%	34,7	Ver item 3.3.2 – Contratações no Semiárido
% (mín.) financiado em empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	51,0	58,9	Ver item 3.3.3 – Contratações por Porte de Beneficiário
% (máx.) financiado em empreendimentos de médio e grande portes	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos de grande porte, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	49,0	41,1	
% financiado no Setor Rural	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do Setor Rural, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	34,3	40,7	Ver item 3.1 – Contratações Setoriais
% financiado no Setor Agroindustrial	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do Setor Agroindustrial, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	2,3	0,3	
% financiado no Setor Industrial	Somatório dos valores das operações contratadas por	22,3	25,4	

	empreendimentos do Setor Industrial, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE			
% financiado no Setor Turismo	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do Setor Turismo, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	7,7	2,2	
% financiado no Setor de Infraestrutura	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do Setor de Infraestrutura, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	3,3	0,0	
% financiado no Setor Comércio/Serviços	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do Setor de Comércio/Serviços, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	30,0	31,5	

Quadro 2 – Indicadores de Eficácia – Primeiro Semestre de 2014

Indicador: % financiado por Estado

Descrição do Indicador: somatório dos valores das operações contratadas por Estado com recursos do FNE / somatório dos valores das operações contratadas com recursos do FNE.

Área Responsável pelos Dados: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Área Responsável pelos Indicadores: Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação – Célula de Avaliação de Políticas e Programas.

Metodologia de Apuração dos Indicadores de Eficácia: Algoritmo referente a cada indicador, calculado com os dados constantes na base do ativo operacional do Banco.

Estado	Exercício de 2014	Primeiro Semestre de 2014	Fatores que contribuíram para o desempenho dos indicadores
	Prog. (%) ⁽¹⁾	Real. (%)	
Alagoas	4,7	4,3	Ver item 3.3.1 – Contratações por Estado
Bahia	21,8	20,6	
Ceará	15,3	9,9	
Espírito Santo	2,4	0,9	
Maranhão	9,6	10,7	
Minas Gerais	5,3	4,4	
Paraíba	6,2	5,2	
Pernambuco	14,4	22,1	
Piauí	8,8	11,3	
Rio Grande do Norte	6,9	5,0	
Sergipe	4,5	5,6	
Total	100,0	100,0	

Nota (1): % mín. de 4.5% e máx. de 30% para cada Estado, exceto Espírito Santo, segundo diretrizes internas BNB.

Quadro 3 – Indicadores de Eficácia – Contratação por Estado – FNE Primeiro Semestre de 2014

6.2.2 – Indicadores de Efetividade (Quadro 4)

Área Responsável pelos Dados: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Área Responsável pelos Indicadores: Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação – Célula de Avaliação de Políticas e Programas.

Metodologia de Apuração dos Indicadores de Eficácia: Matriz de Insumo-Produto do Nordeste 2004.

Indicador	Descrição do Indicador	Primeiro Semestre de 2014	Fatores que contribuíram para o desempenho dos indicadores
Pagamento de Salários	Acréscimo no pagamento de salários devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda	1.136,7	Ver item 6.2.2 – Impactos Socioeconômicos do FNE – Contratações no Primeiro Semestre de 2014
Emprego	Acréscimo no número de empregos formais e informais devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda	311.100	
Geração de Tributos	Acréscimo na arrecadação de impostos devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda	896,9	
Valor adicionado à economia	Acréscimo à economia da Região Nordeste devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda	3.792,3	
Valor bruto da produção	Acréscimo na produção bruta da Região Nordeste devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda	6.417,1	

Quadro 4 – Indicadores de Efetividade – FNE Primeiro Semestre de 2014

6.2.3 – Indicadores de Eficiência Operacional (Quadro 5)

Área Responsável pelos Indicadores: Ambiente de Controladoria

Indicadores de Desempenho	2007 (%)	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	1º Sem 2014 (%)
Retorno s/ PL ⁽¹⁾	0,7	0,6	1,1	1,8	2,6	1,6	1,5	1,2
Margem Financeira ⁽²⁾ s/ PL	7,5	5,2	4,9	4,3	4,8	4,4	3,6	3,7
Inadimplência ⁽³⁾	5,3	4,7	3,6	3,8	3,4	3,6	3,4	3,2
Notas: (1) Retorno sobre o PL sem considerar os efeitos de desconto em renegociações, rebates e bônus. (2) Margem Financeira = Receitas operações de crédito + Remuneração das disponibilidades - <i>Del credere</i> - Rebates e Bônus. (3) Inadimplência = Saldo de parcelas em atraso a partir de 01 dia / Saldo total de operações de crédito.								

Quadro 5 – Indicadores de Eficiência Operacional

6.3 Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE no Primeiro Semestre de 2014

As repercussões econômicas das contratações do FNE foram calculadas utilizando-se como instrumental de avaliação de impactos a Matriz de Insumo-Produto (MIP) do Nordeste e Estados. Referida ferramenta tem sido utilizada pelo BNB²² nas avaliações do FNE, sendo um dos métodos previstos em sua metodologia (SOUSA, 2010) para mensurar os impactos dessa importante fonte de recursos.

6.3.1 Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto

O sistema de insumo-produto engloba um conjunto de atividades que se interligam por meio de compras e vendas de insumos, a montante e a jusante de cada elo de produção. Trata-se de valioso instrumento para fins de planejamento econômico tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento dado que, por intermédio dessa ferramenta, é possível conhecer de forma detalhada os impactos de variações na demanda final, resultante de ações de políticas governamentais, sobre a estrutura produtiva. Nesse sentido, a MIP tem grande utilidade nas avaliações de programas públicos e privados.

A Matriz de Insumo-Produto (MIP) se assemelha a uma fotografia econômica, que mostra como os setores da economia estão relacionados entre si, ou seja, quais setores suprem outros de produtos e serviços, além de especificar as compras de cada setor. Observando esse fluxo de produtos e serviços entre os diferentes setores da economia, é possível identificar o inter-relacionamento de compras de cada setor.

Para a construção da Matriz de Insumo-Produto, faz-se necessário conhecer os insumos que cada setor da economia necessita, de qual setor são comprados esses insumos, e de qual estado ou região do País eles são adquiridos, considerando-se também essas relações com o exterior. Assim, torna-se imprescindível uma abrangente coleta de informações, inclusive sobre as empresas, no que se refere aos fluxos de vendas e das suas fontes de suprimentos. Esse sistema de interdependência é formalmente detalhado em uma tabela conhecida como Tabela de Insumo-Produto.

A MIP do Nordeste, uma aplicação espacial do sistema de insumo-produto, é um instrumento de análise econômica, construído a partir da estimação dos fluxos comerciais entre os estados da Região Nordeste, e entre estes e o restante do País. Além de utilizar dados de estoque de empregos, exportações, importações, dentre outros, fornecidos por diversas instituições de

²² GUILHOTO, Joaquim José Martins ... [et all]. Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados: Metodologia e Resultados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

pesquisa nacionais e estaduais. Com a MIP do Nordeste, é possível se identificar setores-chave para a geração de produção, renda, emprego, massa salarial e tributos, de forma a direcionar a atuação do Banco, no sentido de induzir o desenvolvimento sustentável do Nordeste e integrá-lo à dinâmica da economia nacional.

As relações fundamentais do insumo-produto mostram que as vendas dos setores podem ser utilizadas no âmbito do processo produtivo pelos diversos setores compradores da economia ou podem ser consumidas pelos diversos componentes da demanda final (famílias, governo, investimento e exportação). Por outro lado, para se produzir, são necessários insumos, pagam-se impostos, importam-se produtos e gera-se valor adicionado (pagamento de salários, remuneração do capital e da terra agrícola), além, é claro, de se gerar emprego. Vale destacar que o consumo intermediário não inclui os bens de capital nem os serviços relacionados à transferência e instalação desses bens, os quais são contabilizados na Formação Bruta de Capital Fixo (aumento da capacidade produtiva). A demanda final, por sua vez, engloba o consumo das famílias, o consumo da administração pública, a formação bruta de capital fixo, a variação de estoques e as exportações.

As relações de compra e venda entre os setores da economia causam o chamado efeito multiplicador. Em essência, cada setor da economia, em diferentes regiões, possui multiplicadores próprios. Efeito direto é o que ocorre no próprio setor que recebe a demanda final. Efeito indireto é aquele devido às compras de insumos intermediários de outros setores. O efeito multiplicador devido ao aumento na demanda do consumo das famílias, decorrente do aumento de horas trabalhadas ou novas contratações, é chamado efeito induzido. A matriz de coeficientes diretos e indiretos é chamada Matriz de Leontief. Para se calcular o efeito induzido é necessário endogeneizar o consumo e a renda das famílias no modelo de insumo-produto, ou seja, fazer com que o consumo e a renda das famílias exerçam influência no cálculo do efeito multiplicador total.

Para a estimação das matrizes de insumo-produto os dados podem ser primários, obtidos através de métodos censitários, ou secundários, que demandam alguma técnica de estimação. Para a construção da MIP do Nordeste e Estados foram considerados 111 grupos de atividades e 169 produtos.

A MIP permite mensurar o impacto que as mudanças ocorridas na demanda final, ou em cada um de seus componentes (consumo das famílias, gastos do governo, investimentos e exportações), teriam sobre a produção total, o emprego, as importações, os impostos, os salários e o valor adicionado. A partir dos coeficientes diretos e da Matriz Inversa de Leontief, é possível

estimar, para cada setor da economia, o quanto é gerado direta e indiretamente de produção, emprego, tributos, valor adicionado, e salários para cada unidade monetária produzida para atender a demanda final.

Cabe ainda observar que se o aumento na demanda final persiste ao longo do tempo, os impactos passam a fazer parte dos resultados do valor bruto da produção, valor adicionado, emprego, salários e tributos. Entretanto, se o aumento na demanda final é em um ano, os impactos serão, principalmente, dentro daquele ano. Novos impactos só ocorrerão se houver novos aumentos. O período de maturação depende do setor em que é aplicado o recurso e das demandas desse setor para os outros agentes econômicos. Cada setor tem sua dinâmica particular, mas pode-se dizer que os maiores impactos ocorrem no ano do aumento da demanda final. Nos anos posteriores os impactos são residuais.

A MIP, entre suas diversas utilizações pelo Banco do Nordeste, é um dos instrumentos usados no processo de avaliação das aplicações do FNE. Com a MIP, é possível estimar os impactos das contratações (empréstimos) do FNE, no valor bruto da produção, valor adicionado, na massa salarial, nos tributos e no número de empregos, nos estados da Região Nordeste, além dos efeitos de transbordamento para outras regiões do País. Quanto aos impactos estimados, vale observar que estes passam a ocorrer a partir dos desembolsos dos recursos. A MIP, para a geração das estimativas desses impactos, entende que o valor do desembolso é igual ao valor das contratações, dado que, mesmo que ocorram vários desembolsos, eles fecharão com o valor da contratação. Assume-se, então, que o ano da contratação é o ano do desembolso.

O volume estimado de empregos é uma variável que requer maior atenção, dada sua conotação social em termos de qualificação do trabalho, formalidade ou informalidade dentro das cadeias produtivas, sendo necessário tecer algumas considerações:

a) o efeito direto é o emprego estimado no setor que deve aumentar sua produção para atender o aumento da demanda final. Como exemplo, temos o caso de uma empresa que para obter o financiamento, necessita atender todos os requisitos legais, incluindo a formalização dos empregados. Assim, a qualidade do emprego gerado deve estar de acordo com o perfil médio de qualificação exigido pelas empresas dentro da atividade, inclusive por causa da concorrência (não seguir o padrão do setor significaria perda de competitividade). As exigências feitas pelo Banco do Nordeste para o fornecimento do crédito também induzem à qualificação exigida pelo setor;

b) o efeito indireto é o emprego estimado em função do aumento das demandas intermediárias nos diversos setores que atenderão a atividade que teve aumentada a demanda final. Nesse caso, a MIP estima o emprego a partir das relações intersetoriais que compõem a matriz de recursos e usos do Nordeste (base para o cálculo da MIP), e não existem possibilidade de se detectar o volume de emprego e sua qualidade em cada elo da cadeia produtiva impactada pelo aumento da demanda final. O que se tem é o total do emprego estimado pelo efeito indireto, que não pode ser aberto por qualificação ou outras características, como formal e informal. Pode-se apenas inferir, considerando o mesmo critério da concorrência entre as empresas de um mesmo setor, que as empresas afetadas indiretamente seguem o padrão do setor para não incorrerem em custos maiores do que os dos concorrentes;

c) o efeito induzido é o emprego estimado decorrente do aumento da renda das famílias que tiveram incremento em horas trabalhadas ou pelas novas contratações, a partir do aumento da demanda final (efeito direto) e das demandas intermediárias (efeito indireto). As mesmas limitações destacadas na estimação do efeito indireto, também ocorrem, no efeito induzido.

6.3.2 Impactos Socioeconômicos do FNE na Região Nordeste – Contratações no Primeiro Semestre de 2014

Cabe salientar que os valores analisados nesta seção, se referem apenas às contratações nos estados nordestinos. Como o instrumento de avaliação dos impactos econômicos é a MIP do Nordeste, ela não contempla coeficientes dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, embora o norte desses estados faça parte da área de atuação do FNE. Dessa forma, os valores totais contratados pelo FNE nos nove estados da região, no primeiro semestre de 2014, alcançaram aproximadamente R\$ 3,8 bilhões. As contratações de 2014, primeiro semestre, foram distribuídas entre os setores Rural (agricultura e pecuária), com 38,9% dos recursos, Comércio e Serviços – 33,2%, Indústria – 27,6% e Agroindústria – 2,7%.²³

Considerando apenas os **efeitos no âmbito da Região Nordeste**, sem contar com os impactos em outras regiões do País, estima-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio de efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda) - os chamados impactos do tipo 2²⁴, acréscimos no Valor Bruto da Produção (VBP) regional de aproximadamente R\$ 9,1 bilhões, em decorrência

²³ Esta distribuição por setor foi calculada considerando-se apenas as contratações realizadas na Região Nordeste.

²⁴ Este impacto agrega o efeito induzido (de renda), enquanto o chamado impacto do tipo 1 refere-se a efeitos diretos e indiretos, apenas. O efeito indireto se refere à produção em outros setores para atender à demanda final do setor em análise. O efeito induzido, ou de renda, se refere ao aumento dos postos de trabalho, em razão dos efeitos direto e indireto, e o consequente aumento da renda das famílias que passam a consumir outros produtos (vestuário, automóveis, etc).

dos investimentos realizados no primeiro semestre de 2014²⁵. O setor que tem a maior participação no valor bruto da produção regional é o Rural, com 39,4% desse valor, ficando o setor de comércio e serviços como segundo em participação, com 33,2%.

O valor agregado (renda) à economia da Região Nordeste ou valor adicionado (uma aproximação da variação do PIB da Região²⁶, em função dos financiamentos do FNE) é estimado em R\$ 5,3 bilhões, com expressiva representação do Setor Rural, de R\$ 2,2 bilhões. O resultado nos setores Comércio e Serviços e Industrial, também são expressivos (Tabela 83).

No que tange ao emprego, estima-se que cerca de 412 mil ocupações (formais e informais)²⁷ deverão ser geradas no Nordeste, a partir dos investimentos realizados no primeiro semestre de 2014. Isto é, à medida que os efeitos de compra e venda, sejam efetivados ao longo da cadeia de produção regional, essas novas ocupações serão criadas a partir dos desembolsos realizados pelo FNE. Desse total, cerca de 228 mil ocupações deverão ser geradas no Setor Rural, representando 55,5% dos empregos gerados na Região. O emprego é calculado pelo conceito de equivalente/homem/ano²⁸, utilizado pelo IBGE. A ideia é que os empregos gerados serão mantidos durante um ano.

Cabe observar que o índice de formalização do emprego no Setor Rural do Nordeste ainda é relativamente pequeno comparado com os demais setores da economia. Os setores Comércio e Serviços e Indústria deverão gerar em torno de 106 mil e 76 mil ocupações, respectivamente, representando 25,8% e 18,6%. O Setor Agroindustrial deverá responder por apenas 622 novas ocupações, em função do pequeno aporte de recursos no setor, R\$ 10,1 milhões²⁹ (Tabela 83).

²⁵ A suposição é que as contratações do primeiro semestre de 2014 geram investimentos e operações em custeio, realizados no mesmo período em referência, principalmente para a interpretação do impacto na variável emprego. Se os investimentos se realizarem em dois anos, por exemplo, o total de empregos estimados deve ser dividido para cada ano, a partir da participação do investimento anual na contratação total.

²⁶ Representa o PIB a preços básicos, sem incluir os impostos.

²⁷ Cabe salientar que essas ocupações não são o saldo no final do ano, mas a entrada de novos trabalhadores, não levando em consideração a saída de trabalhadores no período de análise. Os dados do CAGED (empregados com vínculo celetista), para o primeiro semestre de 2014, indicam uma entrada de 1.467 mil novas ocupações. A estimativa de empregos gerados pelas contratações do FNE, formais e informais, dentro da Região Nordeste representam 28,0% dos empregos formais gerados no período, informados pelo CAGED.

²⁸ Cada equivalente/homem/ano corresponde a um homem adulto que trabalha 8 horas diárias, durante todo o processo produtivo anual.

²⁹ Cabe observar que, para o cálculo da estimativa da geração de empregos, o valor do financiamento deve ser deflacionado para 2004, que é a base do gerador de emprego na MIP.

Tabela 83 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE – 1º Semestre de 2014¹ - R\$ Milhões e Empregos em Número de Pessoas

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroindústria	Industrial	Serviços	Comércio	Total
Valor Contratado	636,6	840,5	10,1	1.048,0	637,1	620,3	3.792,7
Resultados por Setor - Nordeste							
Valor Bruto da Produção	1.575,3	1.997,3	23,6	2.475,0	1.473,5	1.515,6	9.060,3
Valor Agregado/ Renda	991,8	1.161,4	13,3	1.450,2	798,8	927,3	5.342,8
Empregos	150.185	78.150	622	76.365	35.215	71.012	411.549
Salários	353,1	322,7	3,7	392,4	219,6	284,5	1.576,0
Tributos	214,3	286,7	3,5	348,3	218,9	197,0	1.268,6
Resultados por Setor - Brasil: Nordeste + Resto do Brasil							
Valor Bruto da Produção	2.642,3	3.438,0	40,1	4.202,2	2.524,8	2.508,2	15.355,6
Valor Agregado/ Renda	1.434,3	1.757,3	20,0	2.167,7	1.233,5	1.341,1	7.954,1
Empregos	162.536	92.235	776	93.570	45.003	81.955	476.076
Salários	490,2	506,9	5,9	614,3	354,9	413,8	2.386,1
Tributos	385,6	559,0	6,6	672,7	417,7	366,1	2.407,8

Fonte: Ambiente de Controle de Crédito. Elaboração: ETENE-Célula de Estudos e Pesquisas. 1. Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação de recursos. 2. Valores a preços correntes do 1º semestre de 2014.

Os impactos sobre o pagamento de salários na Região totalizam R\$ 1,6 bilhão, cabendo ao Setor Rural a importância de R\$ 676 milhões, representando 42,9% dos salários a serem pagos. Em seguida, apresenta-se o Setor Comércio e Serviços com 32,0% de participação nos salários, seguido pela Indústria, com 24,9%.

Quanto à geração de impostos (tributação) na Região, estima-se o pagamento de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, com destaque para os setores Rural, Comércio e Serviços e Indústria.

Cabe, ainda, comentar sobre o valor necessário de contratação do FNE para a geração de um emprego na economia. É um indicador que ajuda na percepção do grau de qualificação e de formalidade do emprego gerado. Quanto menor o valor necessário de contratação do FNE, para a geração de um emprego, espera-se que o setor seja menos intensivo em capital, e que tenha salários médios mais baixos que os setores mais intensivos. Vale lembrar que

esses números levam em consideração tanto os empregos gerados na Região Nordeste como também no resto do País, devido às contratações do FNE e aos efeitos de transbordamento.

O menor valor para a geração de um emprego encontra-se no Setor Rural, que é mais intensivo em mão de obra e tem maior destaque, em sua composição estrutural do trabalho, o componente informal. A contratação de R\$ 5.798 gera um emprego ou ocupação no Setor Rural³⁰. Para os demais setores, o custo de geração de um emprego é de R\$ 11.201 na Indústria, R\$ 9.904 em Comércio e Serviços, R\$ 13.038 no Setor Agroindustrial e R\$ 7.967 na média das contratações. As maiores relações se dão nos Setores mais intensivos em capital. No Setor Comércio e Serviços, o valor médio se reduz baixo por causa do subsetor comércio, com um valor de R\$ 7.569. O subsetor de Serviços puxa o valor de geração de emprego para cima, (R\$ 14.158), que é, onde se observa o maior aumento de salários nos últimos anos (Tabela 83).

6.3.2.1 Os Efeitos Transbordamento do FNE

Vale observar, ainda, que parte dos impactos econômicos das aplicações do FNE no Nordeste ocorre fora da Região, em decorrência da importação de insumos e de bens de capital para a produção, ou produtos finais para atender os acréscimos de demanda considerados. Dessa maneira, além dos impactos para a região nordestina, descritos anteriormente, as contratações do FNE possuem impactos nas demais regiões brasileiras. Sabe-se que há uma dependência da produção de bens e serviços provenientes do Resto do Brasil, tanto por parte do consumo intermediário como da demanda final dos estados do Nordeste. Esses impactos são captados, na MIP, através dos efeitos indiretos e induzidos. Essa dependência determina um alto índice de transbordamento dos efeitos multiplicadores da produção, decorrentes de novos investimentos.

Desse modo, a partir dos resultados apresentados, vale destacar que, para impactos totais de R\$ 15,4 bilhões na produção estimados para o País, R\$ 6,3 bilhões (41,0%) ocorrem fora da Região Nordeste. Do mesmo modo, do total estimado de 476 mil novas ocupações, 13,6% desses devem ser gerados fora da Região Nordeste (Tabela 83). Isso indica, por um lado, quanto o estímulo ao desenvolvimento no Nordeste beneficia conjuntamente o restante do País. Também sinaliza para as deficiências da Região em manter os recursos de que dispõe circulando na economia local, indicando a baixa integração regional, seja pelo suprimento de insumos e bens de capital para

³⁰ Olhando as atividades agrícola e pecuária, para se gerar um emprego, são necessários, R\$ 3.917 e R\$ 9.113, respectivamente. Os valores para comércio e serviços são R\$ 7.569 e R\$ 14.158, respectivamente.

suas empresas, seja na forma de produtos para atender a demanda para consumo de sua população.

6.3.2.2 Impactos Socioeconômicos Previstos dos Financiamentos do FNE para Mini/Micro, Pequenos, Pequeno-Médio e Médios Empreendimentos na Região Nordeste

Os valores contratados pelo FNE para os mini/micro, pequenos, pequeno-médios e médios empreendimentos nos estados da região Nordeste, alcançaram R\$ 2,7 bilhões no primeiro semestre de 2014, consumindo 70,6% do total das contratações do fundo, como mostra a Tabela 84. Vale enfatizar a representatividade das contratações dos empreendedores desses portes, no total das contratações do FNE, por setor. Essa participação, no período em análise, para as atividades pecuária, agrícola e comércio e serviços, representam 99,6%, 81,4% e 83,9%, respectivamente (Tabela 84). A participação dos empreendimentos até o porte médio no total dos financiamentos da atividade agroindústria também é relevante, atingindo 85,4%. A menor participação dos empreendedores até o porte médio está no Setor Industrial, que chega aos 24,7% dos financiamentos do primeiro semestre de 2014 para aquele setor. É precisamente o setor em que suas atividades são intensivas em capital e que, por isto, exigem recursos em maior escala. A orientação estratégica do Banco do Nordeste do Brasil é focar os empreendimentos até médio porte, fato constatado na evolução das aplicações: em 2012, 58,6% dos financiamentos foram para esses empreendedores; no primeiro semestre de 2013, o percentual aumentou para 59,1%; no final do exercício de 2013, o percentual cresceu para 61,7%. Agora no primeiro semestre de 2014, o percentual foi de 70,6%.

Tabela 84 - Repercussões Econômicas das Contratações do FNE por Porte da Empresa (micro, mini, pequena e média) – 1º Semestre de 2014¹ – R\$ Milhões e Empregos em Número de Pessoas

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroindústria	Industrial	Serviços	Comércio	Total
Valor Contratado	518,0	837,3	8,6	258,7	492,5	563,0	2.678,1
Resultados por Setor - Nordeste							
Valor Bruto da Produção	1.281,7	1.989,6	20,2	611,0	1.139,0	1.375,6	6.417,1
Valor Agregado/Renda	807,0	1.156,9	11,3	358,0	617,5	841,6	3.792,3
Empregos	122.200	77.846	532	18.851	27.222	64.450	311.100
Salários	287,3	321,4	3,2	96,9	169,7	258,2	1.136,7
Tributos	174,3	285,6	3,0	86,0	169,2	178,8	896,9
Resultados por Setor - Brasil: Nordeste + Resto do Brasil							
Valor Bruto da							

Produção	2.149,9	3.424,7	34,2	1.037,3	1.951,7	2.276,4	10.874,3
Valor Agregado/ Renda	1.167,0	1.750,5	17,1	535,1	953,5	1.217,2	5.640,5
Empregos	132.249	91.877	663	23.098	34.788	74.382	357.057
Salários	398,9	505,0	5,0	151,6	274,4	375,6	1.710,5
Tributos	313,8	556,8	5,7	166,1	322,9	332,3	1.697,5

Fonte: Ambiente de Controle de crédito. Elaboração: ETENE-Célula de Estudos e Pesquisas. 1. Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período de aplicação de recursos. 2. Valores a preços do primeiro semestre de 2014.

O Setor Agropecuário, que contratou o montante de R\$ 1,4 bilhão, ou 50,6% do total dos recursos e que representa mais de 90% das operações contratadas nos segmentos analisados na Região, é o principal em valor de contratações. Em seguida, figura o Setor de Serviços e Comércio, com 39,4% do total dos recursos financiados e o Setor Industrial, com 9,7% de participação. O setor com menor participação foi o Agroindustrial, com apenas 3,2% dos recursos. A menor participação dos empreendedores agroindustriais é explicada pelas características naturais dessa atividade, volume de investimento e escala (Tabela 84).

Calcula-se que os referidos financiamentos acarretarão, por meio dos efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), os chamados impactos do tipo 2, acréscimos na produção bruta regional de, aproximadamente, R\$ 6,4 bilhões, e impactos extrarregionais (efeito transbordamento) no montante de R\$ 4,5 bilhões, um vazamento de 41,0% da produção bruta. O número de empregos, formais e informais, estimados pela MIP para a Região, a partir das contratações e desembolsos no primeiro semestre de 2013, é de 311 mil, e aproximadamente 46 mil empregos gerados fora da Região. É a variável que menos vazamentos gera para fora da Região Nordeste, quer dizer, 12,4% dos empregos gerados se encontram fora do Nordeste, enquanto os vazamentos dos outros indicadores (valor bruto da produção, valor adicionado, massa salarial e tributos) se encontram entre 32,8% e 47,2%, caso dos tributos. Quanto à renda, sinaliza-se um valor agregado de R\$ 3,8 bilhões no Nordeste e um vazamento de R\$ 1,8 bilhão para as demais regiões brasileiras, o que representa 32,8% do valor adicionado total gerado.

Os impactos em salários e tributos, dentro da região nordestina, das contratações dos empreendimentos de até médio porte, são de R\$ 1,1 bilhão e R\$ 897 milhões, respectivamente. Os impactos para fora da Região (vazamentos) estão estimados em R\$ 574 milhões, para salários, e R\$ 801 milhões, para tributos, que representam 33,5% e 47,2%, respectivamente, do total do impacto gerado nestes indicadores. Cabe aqui observar que o maior vazamento ocorrido nos tributos, tem como fator importante a grande participação dos tributos federais na estrutura fiscal do País.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 7.827, de 27 de Setembro de 1989**. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o FNO, o FNE e o FCO e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16/03/2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.177, de 12 de Janeiro de 2001**. Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16/03/2009.

GUILHOTO, Joaquim José Martins, AZZONI, Carlos Roberto, ICHIHARA, Silvio Massaru, KADOTA, Décio Katsushigue e HADDAD, Eduardo Amaral. **Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados**. Metodologia e Resultado. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). **Avaliação do FNE Rural**. Fortaleza. BNB, 2012. 378 p.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano**, 2000. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em 14 mar 2013.

Portaria nº 377, de 15/08/2013, do MI. Disponível em <<http://www.sudene.gov.br/system/resources/W1siZilsjlwMTMvMDgvMjlvMDIfNTIfMjRfOTQ2X1BvcnRhcmIhX01JXzM3N18yMDEzLnBkZiJdXQ/Portaria%20MI%20377-2013.pdf>>. Acesso em: 05.09.2014.

SOUSA, J. M. P.; NOTTINGHAN, P. T.; GONÇALVES, M. F. **Metodologia de Avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**. Fortaleza: BNB, 2010.

ANEXOS

Tabela 1.A
FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Estados e Setores na Região Semiárida
1º Semestre de 2014

Estado	Valores em R\$ Mil							Estado / Total (%)
	Rural	Agroindustrial	Industrial	Turismo	Infra- Estrutura	Comércio e Serviços	Total Estado	
Alagoas	29.179	-	1.094	8.172	-	18.564	57.009	4,1
Bahia	180.929	673	11.436	1.010	-	58.248	252.296	18,2
Ceará	128.548	-	31.336	4.690	-	118.936	283.510	20,4
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	71.884	-	3.265	-	-	21.366	96.515	6,9
Paraíba	56.430	2.425	17.394	10.941	-	36.141	123.331	8,9
Pernambuco	106.870	376	61.544	1.593	-	52.351	222.734	16,0
Piauí	96.584	28	823	288	-	21.088	118.811	8,5
Rio Grande do Norte	57.701	1.480	29.608	1.489	-	61.179	151.457	10,9
Sergipe	52.756	-	4.951	101	-	26.261	84.069	6,0
Total	780.881	4.982	161.451	28.284	-	414.134	1.389.732	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 2.A
FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Estados e Setores na Região Fora do Semiárido
1º Semestre de 2014

Valores em R\$ Mil

Estado	Rural	Agroindustrial	Industrial	Turismo	Infra-Estrutura	Comércio e Serviços	Total Estado	Estado / Total (%)
Alagoas	29.638	-	20.583	3.688	-	62.786	116.695	4,5
Bahia	217.927	2.143	63.938	12.676	-	276.800	573.484	21,9
Ceará	25.720	90	20.266	6.088	-	59.832	111.996	4,3
Espírito Santo	21.827	2.850	2.437	-	-	8.902	36.016	1,4
Maranhão	261.987	481	6.600	4.787	-	152.851	426.706	16,3
Minas Gerais	57.102	-	2.540	163	-	18.704	78.509	3,0
Paraíba	24.290	1.183	31.239	2.525	-	24.556	83.793	3,2
Pernambuco	21.719	164	567.058	17.163	-	57.074	663.178	25,4
Piauí	158.325	412	113.615	1.652	-	60.715	334.719	12,8
Rio Grande do Norte	3.294	633	6.744	7.009	-	30.961	48.641	1,9
Sergipe	25.215	34	20.413	2.391	-	92.243	140.296	5,4
Total	847.044	7.990	855.433	58.142	-	845.424	2.614.033	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratação" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.